



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O Mundo Rural e o Território de Évora
durante a Antiguidade Tardia**

Frederico Afonso da Hortinha Vieira

Orientação: André Miguel Serra Pedreira Carneiro

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização: *Avaliação de Impacte Ambiental*

Dissertação

Évora, 2016.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O Mundo Rural e o Território de Évora
durante a Antiguidade Tardia**

Frederico Afonso da Hortinha Vieira

Orientação: André Miguel Serra Pedreira Carneiro

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização: *Avaliação de Impacte Ambiental*

Dissertação

Évora, 2016.

Índice

Agradecimentos	
Resumo/Abstract	
1. Introdução	1
2. Caracterização do Território	2
2.1. Geografia	2
2.2. Geologia	2
2.3. Paisagem	3
3. Objectivos	5
4. Metodologia	6
5. Contextualização Histórica	9
6. Estado da Investigação	17
7. O Cristianismo	22
8. Os Mártires: o seu impacto numa sociedade em transformação	27
9. Os Concílios Peninsulares	31
10. A Transformação do Mundo Urbano	37
11. A formação e consolidação da Igreja	46
12. A Aristocracia: ascensão das elites tradicionais	49
13. A Transformação e Cristianização do Mundo Rural	54
14. Igrejas e Sepulturas: novas realidades caracterizantes da sociedade da Antiguidade Tardia	59
15. Sítio - A cidade de Évora	67
16. Sítios Rurais Estudados	68
16.1. Monte da Pecena I	68
16.2. Cabida da Raposa 2	70

16.3. S. Miguel da Mota	71
16.4. Silveirona	74
16.5. Cortiçal	76
16.6. São Geraldo	77
16.7. Monte Musgos 7	78
16.8. Pego do Lobo de Lá	78
16.9. Cruzeiro de S. Brás dos Matos	79
16.10. Castelo da Juromenha	79
16.11. Ribeira do Motoso II	80
16.12. Fonte da Senhora 7	80
16.13. Monte dos Currais 1	82
16.14. Ermida de Santa Catarina	82
16.15. Igreja de Vera Cruz de Marmelar	83
16.16. Herdade do Padrãozinho	84
16.17. Mosteiros	84
16.18. Tourega	86
16.19. Igreja Paroquial de S. Manços	87
17. Sítios Prospectados	89
17.1. Almo 2	89
17.2. Cortiçal 1	90
17.3. Parroxa 2	91
18. Conclusões	92
19. Bibliografia	96
19.1. Fontes Consultadas	96
19.2. Processos consultados na Direcção Regional de Cultura do Alentejo (Évora)	96

19.3. Bibliografia	96
19.4. Recursos Electrónicos	110
20. Anexos	112
20.1. Anexo I: Sítios Analisados	112
20.1.1. Monte da Pecena I	112
20.1.2. Cabida da Raposa 2	114
20.1.3. S. Miguel da Mota	115
20.1.4. Silveirona	117
20.1.5. Monte Musgos 7	121
20.1.6. Pego do Lobo de Lá	122
20.1.7. Ribeira do Matoso II	127
20.1.8. Fonte da Senhora 7	129
20.1.9. Ermida de Santa Catarina	129
20.1.10. Igreja de Vera Cruz de Marmelar	130
20.1.11. Mosteiros	133
20.1.12. Igreja Paroquial de S. Manços	135
20.2. Anexo II: Sítios Prospectados	139
20.2.1. Almo 2	139
20.2.2. Cortiçal 1	140
20.2.3. Parroxa 2	143
20.3. Anexo III: Mapas	143
20.4. Anexo IV: Tabela	146
20.5. Anexo V: Fichas dos sítios prospectados	147
20.6. Anexo VI: Índice de figuras, mapas e tabela	149

Agradecimentos

Queria em primeiro lugar agradecer ao meu orientador o Professor Doutor André Carneiro que concordou em orientar o presente estudo apesar das dificuldades iniciais em que me encontrava e que me ajudou, sempre que necessário, ao longo de todo o processo de realização desta dissertação.

À Professora Doutora Leonor Rocha e ao Professora Doutor Jorge de Oliveira.

Um agradecimento à Direcção Regional de Cultura do Alentejo, e aos seus funcionários, que me permitiu consultar os processos que constam neste estudo.

À minha família que sempre me apoiou, aos meus pais, avós e irmã que sempre me incentivaram para que continuasse a escrever esta dissertação.

Aos meus amigos, Sílvia, Pedro, Rui, Eva, Ruben, Isabel, Manuel e Rodrigo que sempre me apoiaram, ajudaram, incentivaram e pelos bons momentos que passámos e passaremos juntos. Queria ainda agradecer ao Miguel, um amigo de longa data, bem antes de ter iniciado os estudos universitários.

Para finalizar um especial agradecimento à Irene que em muito me ajudou para que este estudo tivesse tomado forma, bem como à sua incansável paciência.

Resumo

Neste estudo pretende-se realizar uma análise da cidade de Évora e do seu mundo rural durante a Antiguidade Tardia.

Através de estruturas funerárias e religiosas, e de alguns elementos arquitectónicos, pretendemos contribuir para o aumento de conhecimento da cidade de Évora e do seu território.

Ao longo deste estudo irá realizar-se uma análise do cristianismo, dos mártires, dos concílios peninsulares, da cidade durante a época em estudo, da ascensão da Igreja e das aristocracias locais, do mundo rural e das estruturas funerárias e religiosas.

Palavras-chave: Évora, Antiguidade Tardia, Cristianismo, Estruturas Funerárias e Religiosas, Mundo Rural.

Abstract - The Rural World and the Territory of Évora during Late Antiquity

In this study it is pretended an analysis of the city of Évora and its rural world during Late Antiquity.

Through funerary and religious structures, and some architectonic elements, we pretend to contribute for the augmentation of knowledge of the city of Évora and its territory.

Thought this study it's going to be done an analysis of Christianity, martyrs, the peninsular councils, the city during the studied epoch, the ascension of the Church and the local aristocracies, the rural world and the funerary and religious structures.

Key-Words: Évora, Late Antiquity, Christianity, Funerary and Religious Structures, Rural World

1. Introdução

O presente estudo tem como título O Mundo Rural e o Território de Évora durante a Antiguidade Tardia, e neste pretende-se realizar uma análise da cidade de Évora e do seu mundo rural durante a Antiguidade Tardia.

A partir de estruturas de cariz funerário e religioso e de alguns elementos arquitectónicos pretendemos colmatar uma lacuna em relação ao conhecimento da cidade de Évora. Para a cronologia em estudo existe uma escassa produção científica, fazendo com que a cidade e a área envolvente pareçam desprovidas de história e de registos arqueológicos. Os poucos estudos realizados referem-se a áreas ou sítios específicos sem analisar a cidade e o seu território. Devido ao facto de existir pouca produção científica portuguesa para Évora e o seu território, e para a Antiguidade Tardia em geral, uma parte significativa da bibliografia utilizada é de investigadores espanhóis.

Ao longo deste estudo irá realizar-se uma análise do cristianismo, do impacto dos mártires, dos concílios peninsulares, da cidade na Antiguidade Tardia, da ascensão da Igreja e das aristocracias locais, do mundo rural e das estruturas funerárias e religiosas. Foi realizado ainda um capítulo especificamente focado nos sítios analisados e outro relacionado com os sítios identificados durante os trabalhos de prospecção.

2. Caracterização do Território

2.1 Geografia

O Alentejo Central é uma sub-região portuguesa, parte da Região do Alentejo. Limita a norte com a Lezíria do Tejo e com o Alto Alentejo, a leste com Espanha, província da Extremadura, a sul com o Baixo Alentejo e a oeste com a Península de Setúbal. Este território caracteriza-se morfológicamente pela existência de extensas áreas de planície, surgindo em algumas áreas do território zonas com relevo acentuado mas sem características montanhosas, como é o caso dos concelhos do Alandroal, parte de Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa, Estremoz e Redondo.

O Alentejo Central comporta três bacias hidrográficas: do Sado, do Tejo e do Guadiana. A maioria das linhas de água existentes possuem pequeno significado, pelo que o controlo e armazenamento de água, superficial e subterrâneo é um fator fundamental, devido à escassez de recursos para fins agrícolas e de abastecimento público. No que diz respeito aos recursos superficiais, o armazenamento melhorou substancialmente em virtude da construção da Barragem do Alqueva.

2.2 Geologia

O Maciço Ibérico constitui o sector mais ocidental e contínuo da Cadeia Orogénica Varisca na Europa, correspondendo a um extenso afloramento de rochas proterozóicas e paleozóicas (Moita, 2008: 9). A diversidade apresentada pelo Maciço Ibérico conduziu a proceder à sua subdivisão em seis zonas principais. São elas: Zona Cantábrica, Zona Oeste-Astúrico-Leonesa, Zona Galaico-Castelhana, Zona Lusitana Alcudiana, Zona de Ossa-Morena (ZOM) e Zona Sul Portuguesa (ZSP) (Moita, 2008: 9).

A nossa área de estudo é o Alentejo Central, que se integra numa das grandes unidades paleogeográficas e geotectónicas da península Ibérica na zona de Ossa – Morena (Ribeiro, et al, 1979; Oliveira et al, 1991). A estrutura mais significativa da área é o anticlinal de Estremoz – Borba – Vila Viçosa, alongada segundo um eixo NW – SE.

Assimetricamente dobrada, com vergência para NE e com fechos periclinais nos extremos NW e SE, em Sousel e no Alandroal, respectivamente. Deste anticlinal fazem parte as importantes jazidas de mármore, exploradas desde a antiguidade (Lopes, 1995).

Do ponto de vista litológico o Alentejo apresenta uma grande diversidade em termos de rochas presentes e de conjuntos litoestratigráficos (Oliveira et al, 1991: 17). Concretamente o Maciço de Évora apresenta uma sequência litoestratigráfica complexa, condicionada por uma forte deformação tangencial polifásica e por uma evolução metamórfica complexa, o que, associado à escassez de um registo bioestratigráfico e dados geocronológicos, contribui para uma incerteza na determinação precisa das idades das formações (Moita, 2008: 14).

A área em estudo é constituída por formações que se compõem de granitos, xistos, calcários cristalinos (mármore), grauvaques e quartzitos (Jan, 2003: 14-15).

Quanto às litologias, os quartzodioritos aparecem representados no Alentejo Central, encontrando-se nas regiões de Montemor-Évora-Reguengos. Os granitos são um tipo litológico frequente nesta área, prolongando-se desde Montemor-o-Novo até Reguengos de Monsaraz. As formações metassedimentares na região são constituídas por três unidades litoestratigráficas, que se iniciam com a Formação dos “Xistos de Moura”, a Formação de Ossa e a Formação de Escoural. Nos limites Oeste e Noroeste e, por vezes, em pequenas manchas no interior, ocorrem formações de cobertura como os calcários, areias, argilas, materiais aluviais e conglomerados os quais correspondem a sedimentos acumulados em ambientes marinhos, fluviais ou lacustres (Jan, 2003: 14-15).

2.3 Paisagem

Em termos paisagísticos as espécies típicas da área são a azinheira (*Quercus rotundifolia*) e o sobreiro (*Quercus suber*). As áreas mais elevadas têm uma vegetação composta pelo sobreiro, medronheiro (*Arbustus unedo*), zêlha (*Acer monspessulanum*), pinheiro manso (*Pinus pinea*), zambujeiro (*Olea europaea var. sylvestris*), carrasco (*Quercus coccifera*), piorno – amarelo (*Retama sphaerocarpa*) e madressilva (*Lonicera etrusca*). A vegetação da zona ibero-mediterrânea aparece nas cotas mais baixas, e é composta pela azinheira, zambujeiro (*Olea europaea var. sylvestris*), loendro (*Nerium*

oleander) e lentisco (*Pistacia lentiscus*), (Albuquerque, 1982). Segundo Albuquerque, a vegetação potencial desta área corresponde aos bosques de Quercíneas, com domínio da azinheira (*Quercus ilex subsp. ballota*) e do sobreiro (*Quercus suber*), acompanhados de matorrais (Albuquerque, 1982).

Nas áreas hidrológicas a vegetação será caracterizada por outras espécies como o amieiro (*Alnus glutinosa*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o choupo (*Populus sp.*) e a silva (*Rubus ulmifolius*), (Albuquerque, 1982).

3. Objectivos

Com este estudo temos como principal objectivo estudar a área que correspondia à cidade de Évora e o seu território, durante a Antiguidade Tardia, mais concretamente desde o século IV até ao VIII.

Para concretizar os objectivos aos quais nos propusemos foi realizado um levantamento de diversos tipos de sítios que se inserem dentro da temática estudada. Os sítios com evidências cristãs ou de cristianização foram muito importantes para este trabalho, entre os quais podemos fazer referência a ermidas e igrejas bem como a sepulturas com orientação característica de enterramentos cristãos. Estas foram muito importantes para determinar a ocupação no meio rural de populações cristãs, bem como terem servido como um elemento de cristianização das estruturas que se encontram na sua área. Foi também realizada uma análise da cidade de Évora durante a Antiguidade Tardia para, com base nesta, efectuar o estudo do mundo rural que pertencia à urbe.

Entre os séculos IV e VIII a esfera religiosa é importante para ter outra perspectiva da ocupação e evolução do mundo rural, bem como para nos mostrar o surgimento do reforço do papel das elites, que na época Medieval se tornaria no feudalismo característico deste período.

Ao longo deste estudo são discutidas várias teorias e são apresentadas outras, sempre fundamentadas com o apoio de informação de diversos autores, com o recurso a prospecções, na análise de relatórios não publicados e de bibliografia.

Não foi só utilizada bibliografia arqueológica e histórica mas também fontes literárias tais como os Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos e as Leis Visigóticas.

4. Metodologia

Este estudo aborda a Antiguidade Tardia na cidade de Évora e o seu respectivo *ager*. Devido a esta escolha decidimos metodologicamente abordar esta questão a partir do estudo das necrópoles, dos elementos arquitectónicos, dos locais de culto e dos espaços de vida, através da cultura material. Considerámos que estes possuem características que possibilitam identificar as áreas com populações cristianizadas e com estruturas de culto.

Geograficamente este estudo engloba uma área que corresponde à cidade de Évora e uma parte considerável do respectivo distrito. Considerámos este factor porque apesar de não termos qualquer informação sobre as delimitações administrativas e paroquiais, o que dificultou bastante a realização da presente análise, decidimos conter a área estudada, aproximadamente, num raio que não supera os 60 km da cidade de Évora por considerarmos que, se a expandíssemos teríamos que analisar sítios que estariam sob a influência de Mérida ou Beja durante Antiguidade Tardia. O que seria impossível analisar com a devida atenção e importância na presente dissertação. Existem elementos arquitectónicos que incluímos neste estudo, e estão fora do limite proposto, mas no capítulo apropriado justificamos a nossa decisão.

Cronologicamente o nosso estudo insere-se num período que tem o seu início no século IV estendendo-se até ao VIII, tendo este como nome Antiguidade Tardia. Este período caracteriza-se por ser uma fase de transição do mundo clássico para o medieval, sendo que os factores que o caracterizam serão explicados ao longo do presente estudo. No século IV, considerámos que as reformas de Diocleciano são um factor que nos permite afirmar que se começa a entrar num novo período que irá estender-se até ao século VIII. Durante a Antiguidade Tardia todas as esferas da sociedade irão modificar-se, o que se reflecte no mundo material. No entanto, não significa que seja o começo da época Medieval, como se verá durante este estudo, a Igreja ganha estatuto e importância, a aristocracia ruraliza-se aumentando a sua importância nos seus domínios, chegando até a reunir exércitos privados, a população, no meio rural, começa a ficar dependente tanto da Igreja ou da aristocracia, e por fim a cidade começa a exhibir uma configuração muito diferente da clássica. A sociedade hispânica entra num processo de proto-feudalização, podendo dizer-se que a época em estudo prepara o caminho para a Medieval.

Considerámos o século VIII como a cronologia final no nosso estudo pelo facto da chegada dos contingentes islâmicos à península, e os anos que a sucedem, representar um elemento transformador para a sociedade hispânica, representando o início do que veio a ser uma realidade diferente da que nos propomos a estudar. É importante salientar que o ano 711 não significa, imediatamente, o final das instituições e sociedade hispânica, sendo que só ao longo deste século é que se vai criando e consolidando a presença islâmica na península.

O cristianismo é um factor que está presente em todo o nosso estudo, já que este foi um elemento crucial para as mudanças sociais, políticas e económicas durante a Antiguidade Tardia.

As necrópoles são um elemento muito importante para identificar se as populações estavam cristianizadas. A orientação das sepulturas pode servir de indicador para perceber se as pessoas que estavam enterradas praticavam o rito cristão ou ainda eram pagãs, apesar do cânone demorar a ser estabelecido. As sepulturas podem também ser um indicador de povoamento para a região em que se encontram. Estas seriam concebidas para enterrar indivíduos que estariam a uma distância relativamente curta do local onde habitavam. Sendo que simplesmente não seria prático enterrar uma pessoa se o núcleo populacional de onde esta provém se situasse afastado da necrópole. Como tal, servem de indicador para se ter uma perspectiva do povoamento rural da zona em que estão implantadas.

Os elementos arquitectónicos foram incluídos no nosso estudo porque são indicadores de uma possível estrutura de culto no local, tanto em contexto urbano como rural, com a diferença de que neste último a área em que se localizava a estrutura pode ser mais ampla, dependendo sempre da área de dispersão dos elementos arquitectónicos. Estes foram incluídos no nosso estudo também pelo facto de serem, normalmente, feitos de uma matéria nobre (mármore) e na sua concepção terem sido investidos recursos e tempo que outro tipo de estrutura (casa, anexo agrícola, etc.) não teria. O tipo de arquitectura utilizada na sua construção é também um marcador cronológico importante que deve ser considerado.

Foi realizada uma pesquisa e recolha bibliográfica que permitiu compilar informações que constituem grande parte do presente estudo. Em termos de novidades científicas esta dissertação ao reunir diversas informações permitiu pôr em comum num determinado período cronológico diversos sítios arqueológicos com a cidade de Évora.

No início do nosso estudo não tínhamos perspectivado a realização de prospecções, mas como nos surgiu uma oportunidade de acompanhar outros trabalhos de prospecção, decidimos implementar uma metodologia de trabalho que fosse ao encontro dos nossos interesses. Esta consistiu em procurar sítios perto de linhas de água, de antigas vias romanas e com alguma altura.

Os trabalhos de campo permitiram identificar alguns sítios e elementos que contribuíram consideravelmente para a realização da presente dissertação. Estes incidiram sobre uma área pertencente à povoação da Igrejinha, concelho de Arraiolos. Como já foi referido anteriormente, a realização de prospecções neste território surgiu de uma oportunidade de ajudar na realização de outro estudo. Apesar da presente dissertação englobar um território extenso, inicialmente não se iriam realizar prospecções devido ao facto de não existirem meios para tal. Os trabalhos de campo no local anteriormente mencionado foram efectuados por uma oportunidade que nos foi apresentada, porque se fosse possível tinham sido empreendidas noutros locais do território analisado no presente estudo.

Das sepulturas encontradas durante as prospecções foram registadas, sempre que possível, as suas orientações, largura, comprimento, as coordenadas, a altitude em que se encontravam e as suas tipologias. As informações de cada sítio estão disponíveis no respectivo capítulo, sendo que as fichas elaboradas para cada sítio estão em anexo.

5. Contextualização Histórica

Este estudo abrange um período cronológico bastante amplo, começando no período de Diocleciano até à chegada dos contingentes islâmicos que provocaram o final do reino visigótico de Toledo, em 711.

Escolhemos o período de Diocleciano como ponto de partida na cronologia do nosso estudo porque esta época trouxe várias alterações do ponto de vista administrativo que tiveram um impacto significativo na Península Ibérica, bem como em todo o Império. Como final da nossa cronologia escolhemos a chegada dos contingentes islâmicos em 711 já que a partir deste acontecimento dá-se uma gradual substituição das elites por novas e leais à nova ordem. A partir desta data a cultura da sociedade hispânica mantém-se mas vai sofrendo influxos de novas influências, dando gradualmente origem a uma nova cultura na península.

Durante a época de Diocleciano o Império foi alvo de uma grande reestruturação. Não se supõe que a reestruturação provisional de Diocleciano fora, na sua finalidade, uma continuação das reformas levadas a cabo anteriormente por Septímio Severo e Caracala, cujas intenções eram diminuir as possibilidades de sublevações mediante a redução dos contingentes militares controlados pelos governadores provinciais, que eram consequência directa do aumento do número de províncias. A realidade político-económica tinha mudado na época de Diocleciano (García Moreno, 1981: 23).

Das 48 províncias que existiam quando alcançou o poder, Diocleciano mais que as duplicou convertendo-as em 104 (Díaz, Martínez, Sanz, 2007: 70). A Península Ibérica foi então dividida na *Baetica*, *Lusitânia*, *Gallaecia*, *Tarraconensis* e *Carthaginensis*, cada uma com o seu *praeses* e todas constituindo a *dioecesis Hispaniarum* (que veio a englobar também a Mautitania Tingitana) (Alarcão, 1974: 60; Jorge, 2002: 82). A diocese da Hispânia era governada por um *vicarius* (governador geral das províncias), por seu turno sujeito ao *praefectus* das Gálias, cargo criado por Constantino antes de 339; deste prefeito dependiam igualmente os vicários da Bretanha, das Gálias e da Vienense (Alarcão, 1974: 60; 1988: 60; Jorge, 2002: 82; Díaz, Martínez, Sanz, 2007: 74).

A nova divisão administrativa da Península data provavelmente entre 284 e 288 (Alarcão, 1974: 60; Jorge, 2002: 82), mas outros autores indicam que esta reforma pode também datar de entre 297-298 (Díaz, Martínez, Sanz, 2007: 77). As fronteiras da

Bética e da Lusitânia não sofreram alterações. A Citerior foi desmembrada nas três províncias da Gallaecia, Tarraconense e Cartaginense. A criação da diocese e do vicariato é certamente posterior, talvez de 297 d. C. (Alarcão, 1974: 60), sendo que para a zona em estudo, seria Augusta Emerita a capital.

Os *praesides* ou governadores das províncias, na Hispânia como nas outras dioceses, foram durante muito tempo *virii perfectissimi*, ou seja, homens escolhidos na classe equestre. Com estas reformas Galieno antecipou as futuras reformas de Diocleciano (Alarcão, 1974: 60; Díaz, Martínez, Sanz, 2007: 64). Na Lusitânia, porém, em data incerta mas entre 338 e 360, o governador voltou a ser de condição senatorial, com o título de *consularis* (Alarcão, 1974: 60).

Um dos factores que fazem da época de Diocleciano importante para o nosso estudo é a questão religiosa. Sendo que este imperador ficou também muito conhecido por ter empreendido perseguições aos cristãos por todo o império.

Também na Hispânia se manifestou activamente a perseguição de Diocleciano. Durante o século III o cristianismo tinha-se desenvolvido na Península com grande dinamismo, tendo a Igreja africana desempenhado um papel importante nesta expansão (García Moreno, 1981: 25).

A partir do século III, as sedes episcopais da Lusitânia começaram gradualmente a tomar lugar nas cidades, onde os bispos organizam as comunidades cristãs. Na Lusitânia, como em outros lugares, as comunidades cristãs parecem ter-se instalado primeiro em áreas urbanas, mas gradualmente ocorreu uma espécie de radiação que fez com que começassem a aparecer comunidades cristãs em zonas rurais. No meio rural desenvolveu-se, paralelamente à cidade, muito lentamente, e muito mais lento que na rede urbana, uma rede de paróquias, no entanto o poder do bispo em todo o território da *civitas* (a cidade e pequenas povoações vizinhas) era, em princípio incontestada, contudo existem casos de bispos de outras confissões, como é o caso do bispo Potâmio de Lisboa que era ariano e o de Prisciliano que chegou a ser bispo de Ávila e teve como seguidores dois clérigos do mesmo estatuto (Jorge, 2002: 161-162).

Aquando da perseguição de Diocleciano de 303, se dermos atenção aos lugares de procedência dos mártires, é necessário concluir que o cristianismo tinha feito grandes progressos na Hispânia. Tendo este facto em conta, pode também referir-se que houve vários mártires que procediam de cidades da Lusitânia, sendo os mais importantes provenientes de Mérida (Santa Eulalia), Lisboa (Veríssimo, Máxima e Júlia), Ávila (os

irmãos Vicente, Cristeta e Sabina) e Évora (S.Manços) (García Moreno, 1981: 25; Jorge, 2002: 87). Existe ainda próxima de Alcácer do Sal uma lápide dedicada aos mártires Justo e Pastor. Estes foram martirizados em Complutum (actual Alcalá de Henares), sendo um bom registo da dimensão que o culto martirial tinha (Almeida e Paixão, 1978: 218; Dias e Gaspar, 2006: 201).

O cristianismo vai ganhando importância paulatinamente, tanto na prática como na vida privada de muitas pessoas. Este fenómeno, contudo, resultaria mais evidente nas cidades, onde a Igreja estava já muito organizada, sendo que as práticas pagãs continuariam nos âmbitos rurais mais tempo que nos urbanos (Cameron, 1998: 66).

Um evento que teve uma grande importância, no início do século IV, para a evolução do cristianismo na Península Ibérica, foi o Concílio de Elvira. Neste foram decididos os primeiros cânones, a nível peninsular, que iriam ter impacto nas crescentes comunidades cristãs. Da província Lusitânia estiveram presente os bispos de Mérida (Liberius), Faro (Vincentius) e Évora (Quintianus) (Maciel, 1996: 37; Jorge, 2002: 99).

Para o final do século IV a Península Ibérica assiste, também, à ascensão do Priscilianismo, uma confissão cristã que contou com um número considerável de apoiantes, incluindo 2 bispos, mas que no final foi eliminada pela Igreja, havendo contudo alguns casos de ressurgimento desta confissão nos séculos seguintes (Maciel, 1996: 46-48).

O início da Antiguidade Tardia é ainda caracterizado pelo alto grau de competitividade dos cidadãos para alcançar estatuto e aceder à riqueza e aos privilégios. Como os cargos oficiais da função pública costumavam ser muito lucrativos e livravam os que os desempenhavam de muitas obrigações desprestigiantes, a burocracia imperial exercia uma atracção poderosa nos melhores talentos que existiam entre os *curiales* dos municípios, ao mesmo tempo os imperadores, conscientes das necessidades económicas e administrativas, promulgavam leis que permitiam obrigá-los a permanecer nos seus cargos (Cameron, 1998: 85).

Existe também um conjunto de eventos políticos que irão ter um impacto significativo na Lusitânia, bem como em toda a península. Por volta de 406, os germanos romperam o limes do Reno e espalharam-se pela Gália. As tropas mercenárias de Constante não apresentaram em nenhum momento batalha aos invasores. Vândalos asdingos e silingos, suevos e alanos penetraram sem dificuldade na Península. Após este acontecimento, os invasores fizeram a partilha da Península. A parte oriental da

Cartaginense e toda a Tarraconense não foram ocupadas, enquanto Fredbal, com os vândalos silingos ocupou a Bética, Ádax e os seus alanos instalaram-se em toda a parte ocidental da Cartaginense e da Lusitânia, e a Gallaecia dividida entre os suevos, com o rei Hermerico, que ocuparam a parte ocidental da província, enquanto os vândalos asdingos, com Gunderico, ocuparam o resto (García Moreno, 1981: 34-35; Alarcão, 1988: 30).

Esta situação iria alterar-se, devido ao confronto na Gallaecia entre os vândalos e os suevos e a intervenção, em apoio dos últimos, do vicário Maurocelo e *do comes Hispaniarum*, o que levou Gunderico a ir para a Bética para unir-se aos vândalos silingos. A possibilidade de que estes dois contingentes de vândalos chegassem a consolidar um reino poderoso não era atractiva aos interesses romanos. O *magister militum* Castino partiu para a Bética com um grande exército romano, mas foi derrotado. As ilhas Baleares e as cidades romanas da Cartaginense, como Cartagena, e da Bética, como Sevilha, foram saqueadas. No ataque a esta última morreu o rei vândalo asdingo Gunderico, sendo substituído por Genserico, que em 429 decidiu levar o seu povo para África (Alarcão, 1974: 61-62; García Moreno, 1981: 35).

A saída dos vândalos da Península alterou as relações de poder. Num primeiro momento, os suevos iriam-se consolidar na Gallaecia enfrentando os galaicos, que ocupavam as praças-fortes. Com o pacto entre o imperador Honório e Hermerico, passava para o poder dos suevos um terço das terras. Sentindo-se doente em 438, entregou o poder ao seu filho Requila, o qual inaugurou uma nova etapa de expansionismo suevo. Esta política expansionista chocaria com os interesses romanos. Não podiam contemplar passivamente como os suevos ocupavam as zonas abandonadas da Bética anteriormente pelos vândalos. O exército romano foi derrotado. Mais tarde, Mérida e Sevilha passaram para os suevos. A contra-ofensiva romana acabou derrotada, e toda a Península, excepto a província Tarraconense, ficou sob o controlo suevo (García Moreno, 1981: 36; Collins, 2004: 31).

Com a morte de Requila em 448, sucedeu-lhe o seu filho Requiário, que herdou um reino que se estendia a quase toda a província. Inicialmente podia contar com potenciais apoios: por uma parte, era o primeiro rei católico e, em segundo, estava casado com a filha do rei visigodo de Toulouse, Teodorico I. Os seus movimentos iniciais levaram-no a criar conflitos de obediência na província Tarraconense. Mais tarde, os condes Mansueto e Fronto impuseram ao rei suevo um tratado segundo o qual

os suevos deviam retirar-se da Cartaginense. Aproveitando a confusão resultante das mudanças de poder em Roma, Requiário quebrou o tratado em 456 invadindo a Cartaginense. Fronto e Teodosio II pediram-lhe que cumprisse o tratado de 453, mas Requiário respondeu com uma incursão na província de Tarraconense, o que motivou a entrada na Hispânia de um exército visigodo na qualidade de federados sob o comando de Teodorico II. A derrota dos suevos na margem do rio Órbigo, a conquista de Braga e a execução de Requiário foram um golpe duro contra os suevos (García Moreno, 1981: 36; Maciel, 1996: 58-59; Collins, 2004: 31-32).

Os suevos não desapareceram como reino, conseguiram reorganizar-se com Maldras, que controlava a região bracarense, e Frantano, que dominava na região lucense. As relações entre estes não foram muito amistosas, o mesmo que os seus sucessores, Frimário de Maldras e Remismundo de Frantano, até que em 464, Remismundo ficou como o único rei suevo. Os suevos não cessaram de empreender acções violentas contra os hispano-romanos da Lusitânia e *Gallaecia*, procurando Remismundo estar de boas relações com Teodorico, chegando a tomar como esposa uma princesa visigoda (García Moreno, 1981: 36; Maciel, 1996: 59-60).

Os visigodos, por sua parte, que tinham entrado na Península como federados, não ficaram inactivos. Quando Majoriano substituiu o imperador Avito, em 458 Teodorico II enviou um exército para a Hispânia (García Moreno, 1981: 36; Maciel, 1996: 60).

Uma batalha que venceram perto de *Scallabis* deve ter-lhes garantido o domínio do Sul do actual território português pelo menos até à linha do Tejo. Remismundo conseguiu refazer a unidade do reino em 465, após a morte de Frumário. Nesse mesmo ano, Conimbriga foi tomada. No ano seguinte, pela traição de Lusídio, governador visigótico de Lisboa, Remismundo ocupou esta cidade (Alarcão, 1974: 63; Maciel, 1996: 60).

Uma incursão dos Visigodos ainda neste ano reduziu o reino suevo à região a norte do Douro, enquanto a parte sul do actual território que compõe Portugal ficava dominada pelos Visigodos (Alarcão, 1974: 63).

O reino suevo duraria ainda mais de um século pois só em 585 foi finalmente conquistado pelos visigodos de Leovigildo (Alarcão, 1974: 63).

Os visigodos começaram a intervir cada vez mais na Península e a levar a iniciativa aos suevos, relegando-os à zona norte ocidental da mesma. Em 472 os

visigodos de Eurico ocuparam em proveito próprio a província Tarraconense (García Moreno, 1981: 37).

Os anos que vão desde a morte de Eurico, em 484, à derrota das forças visigodas perante os francos liderados por Clodoveo em Vouillé, em 507, assinalam a ocupação e estabilização do poder do reino visigótico de Toulouse sobre uma boa parte da península ibérica. Durante este período, excepto no noroeste peninsular, numa linha que partia muito possivelmente de Lisboa até ao actual limite entre a Galiza e Leão, que formava a zona dominada pelo reino suevo, e as áreas cantábricas e bascas praticamente independentes durante o período precedente e de nulo interesse político e estratégico, excepto Pamplona e os caminhos pirenaicos de Navarra, o resto da Península Ibérica deve ter estado sob o domínio directo, ou pelo menos sob a influência, do reino visigótico de Toulouse. Possivelmente tal influência fosse ténue, ou até inexistente, nas zonas mais meridionais da Península, aproximadamente no que consiste a actual região da Andaluzia (García Moreno, 1981: 268-269), e possivelmente do Alentejo.

A derrota de Vouillé em 507 significaria a ruína praticamente de todo o império visigodo na Gália, que a partir de esse momento, e até à chegada dos contingentes islâmicos em princípios do século VIII, ficaria reduzido a uma estreita franja costeira que ia desde a Catalunha até um pouco mais a Este de Nimes. Até esse momento o centro do reino visigodo era constituído pelos territórios da Gália que se estendiam desde o Atlântico e o Loire ao Mediterrâneo. Nesta perspectiva, os territórios hispânicos não tinham constituído mais que um apêndice, uma área reservada para futuras expansões, cuja plena ocupação foi um feito fundamentalmente tardio (García Moreno, 1981: 269).

Os anos que se sucederam à batalha de Vouillé até à criação de um reino visigodo com sede em Toledo podem dividir-se em dois períodos. O primeiro é constituído pelos anos de governo directo do ostrogodo Teodorico, como regente do seu neto Amalarico, até à sua própria morte em 526. Trata-se de um momento de estabilização e fortalecimento do poder visigótico na península ibérica, ao mesmo tempo que se tentam implementar no reino visigótico as estruturas administrativas próprias do Estado ostrogodo na península itálica; é uma época na qual as relações entre ambas as penínsulas do Mediterrâneo ocidental são próximas. O segundo período corresponde aos respectivos reinados, independentes dos ostrogodos de Itália, de Amalarico (526-531), Teudis (531-548) e Teudiselo (548-549). Durante este período, o

poder do reino visigótico tentará estender-se pelas zonas meridionais da Península Ibérica, que até ao momento tinham vivido com um certa independência sob o governo das aristocracias locais tardo-romanas; o que significará uma definitiva mudança do centro de gravidade do reino visigodo da Gália para a Hispânia (García Moreno, 1981: 284), e no caso da Lusitânia de Augusta Emerita para Toledo.

Os anos que vão desde o assassinato de Teudiselo (549) à subida ao trono de Leovigildo (569) são os mais críticos da dominação do reino visigodo na Península Ibérica. Esta altura também viu a criação da província bizantina de *Spania* (García Moreno, 1981: 298). Sendo que esta se inseriu no programa de reconquista bizantina.

Este período também viu o acontecimento do processo de integração entre o elemento dirigente suevo e hispano-romano – que ao mesmo tempo significava a plena consolidação da monarquia e do reino: a conversão ao catolicismo da família real e da sua corte (García Moreno, 1981: 303).

O período da dinastia de Leovigildo (569-603) é um dos mais importantes para compreender a posterior evolução do reino Visigótico. Este corresponde a três reinados sucessivos de membros da mesma família: Leovigildo (569-586), Recaredo (586-601) e Liuvia II (601-603). Os reinados dos dois primeiros assinalam a plena consolidação do Estado visigodo como força política e hegemónica na península ibérica, conseguindo ao mesmo tempo a plena integração política e cultural dos elementos dirigentes de etnia germânica e hispano-romana (García Moreno, 1981: 308).

No decurso do reinado de oito monarcas – Witerico (603-610), Gundemaro (610-612), Sisebuto (612-621), Recaredo II (621), Suintila (621-632), Sisenando (632-636), Chintila (636-639) e Tulga (639-642) – assistem-se a grandes êxitos do poder central do Estado mas também a grandes fracassos, que assinalam uma quebra irreparável dos ideais de governo esboçados na época de Leovigildo e, em parte, por Recaredo. Os reinados de Witerico, Gundemaro, Sisebuto e uma boa parte do reinado de Suintila assinalam um momento favorável do poder central do Estado visigodo; é a altura em que este mesmo poder central obtém por outro lado êxitos externos de enorme transcendência, como a recuperação total das possessões bizantinas na península. Os restantes reinados até 642 marcam uma profunda crise do poder monárquico atacado pela supremacia socioeconómica, cada vez mais evidente, da aristocracia tanto laica como eclesiástica; e perante a incapacidade de institucionalizar e regulamentar de forma

estável na esfera política dita supremacia nobiliárquica, surgirão diversas revoltas e golpes de estado (García Moreno, 1981: 333).

Os reinados de Chindasvinto e Recesvinto (642- 672) vão assinalar um dos maiores esforços para fortalecer a instituição monárquica e a ideia de Estado centralizado e de índole pública herdada do Baixo-império. Mas, paradoxalmente, esta tentativa vai-se realizar a partir do reconhecimento contraditório da inegável realidade da estruturação sociopolítica do Estado visigodo com base numa aristocracia fundiária, unida entre si por múltiplos laços de dependência e fidelidade mutua (García Moreno, 1981: 350).

O período que abrange os reinados de Wamba (672-680), Ervigio (680-687), Egica (687-702), Witiza (698-710), Rodrigo (710-711) e Agila II (711-714), caracteriza-se por uma gravíssima desintegração interna do Estado, tendendo para uma feudalização profunda e para a sua fragmentação em unidades locais de poder muito mais reduzidas, o processo iria ser acelerado com a chegada dos contingentes islâmicos em 711 (García Moreno, 1981: 358).

Após a invasão islâmica de 711 o reino visigótico de Toledo começa a fragmentar-se. Alguns nobres fogem para norte, para as Astúrias, mas uma parte permanece nos seus domínios aceitando o novo domínio, como é o caso de Teudomiro.

Com o domínio árabe as comunidades cristãs continuarão a desenvolver-se e a receber influências desta nova realidade, criando, com o passar dos séculos, uma nova cultura na península.

6. Estado da Investigação

A Antiguidade Tardia em Portugal é um período que até muito recentemente despertou um relativo pouco interesse por parte dos investigadores. Apesar desta situação existem trabalhos e obras de referência que não podem deixar de ser mencionadas.

Em 1928, com a publicação da “Arte Visigótica, História de Portugal” de Vergílio Correia, pode considerar-se como o início da investigação da Antiguidade Tardia em Portugal, mas só em 1954 é que D. Fernando de Almeida dá uma maior importância à arqueologia religiosa na sua obra “Pedras visigodas de Vera Cruz de Marmelar”. Em 1962 o autor publica “Arte visigótica em Portugal”, onde, realiza um extenso estudo, completamente inovador para a época, unindo a perspectiva da história da arte com os dados arqueológicos.

Na década de 70 e 80 do século XX, Jorge de Alarcão descreve o começo da Antiguidade Tardia nas suas obras “Portugal Romano” e “ O Domínio Romano em Portugal”, mas só nos anos 90 é que começa a dar uma maior atenção a esta cronologia.

Em 1995 são publicadas as actas da “IV Reunio d'Arqueologia Cristiana Hispanica” que tinha decorrido em 1992, em Lisboa, constituindo um marco, em Portugal, para a arqueologia deste período de transição. A partir desta data começa-se a assistir à publicação de obras e artigos que podem ser considerados marcantes para o estudo da Antiguidade Tardia em Portugal.

Em 1996 Justino Maciel publica “Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal”, sendo que esta obra é de extrema importância devido ao facto de empreender uma análise da história desta cronologia bem como um importante estudo de diversos sítios arqueológicos, retomando a ligação entre a arqueologia e a história da arte. Em 1998 Jorge de Alarcão publica o artigo “Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal”. É também importante referir a obra da investigadora Ana Jorge “L’*épiscopat de Lusitanie pendant l’Antiquité Tardive (IIIème - VIIème siècles)*”, onde é feito um profundo estudo da província da Lusitânia durante a Antiguidade Tardia, sob a perspectiva da evolução do poder e da influência da Igreja, bem como a consolidação desta instituição na sociedade hispânica, dando especial atenção à Lusitânia.

A partir do novo século começam a aparecer cada vez mais obras que se especializam nesta área e temática concreta. Para a Lusitânia e em especial para Évora,

e para o seu distrito, são publicadas algumas obras e artigos que achámos relevante incluir neste capítulo. De interesse para a região que analisámos no presente estudo, Ana Jorge publicou “A morte no mundo tardo-romano na região de Montemor-o-Novo: a necrópole tardo-romana da Fonte Senhora 7”, um artigo que analisa a referida necrópole, também de grande importância para o presente estudo.

Para a área de S. Manços existe uma obra que é importante mencionar, e que utilizámos na nossa análise, “S. Manços Aspectos da Romanização e da Cristianização”, da autoria de Patrícia Maximino.

Mélanie Cunha publica em 2007 “As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Reflexões sobre a Antiguidade Tardia” e em 2008 “As Necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz): Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia”, estes estudos analisam, como os próprios títulos sugerem, a evolução das necrópoles da Silveirona desde o período romano alto-imperial até, e incluindo, à Antiguidade Tardia.

Existem alguns trabalhos recentes, que tratam também a área do presente estudo, que se têm que ter em conta. Em 2010 é publicada por Jorge Feio “Marcas Arquitectónico-Artísticas da Cristianização do Território entre Évora e Beja”, que como o nome sugere faz uma análise mais centrada em elementos arquitectónicos. Em 2013 Melanie Wolfram publica “Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitânia. Arqueologia – Arquitectura – Epigrafia”, onde realiza uma análise de diversos sítios arqueológicos da província da Lusitânia na Antiguidade Tardia. Em 2014 é publicada “Ocupação “Germânica” na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII” de Andreia Arezes onde se analisam diversas necrópoles com cronologias tardias em Portugal, sendo que algumas estão presentes no nosso estudo.

Apesar de terem sido feitos alguns estudos em Portugal, no que diz respeito à Antiguidade Tardia a investigação está mais desenvolvida em Espanha, materializando-se numa extensa produção científica.

Uma obra de grande importância para o estudo desta cronologia tardia é “Concilios visigóticos e hispano-romanos” de J. Vives, publicada em 1963. Com esta publicação o autor disponibilizou as actas dos concílios, facilitando o seu uso para os diversos investigadores. Esta obra é considerada um marco no estudo da Antiguidade Tardia peninsular.

Um dos investigadores que contribuiu bastante para o estudo da Antiguidade Tardia é Palol i Salellas. No presente estudo utilizámos “Demografía y Arqueología Hispánicas de los siglos IV al VIII”.

Antes de discutirmos a extensa bibliografia de investigadores espanhóis que utilizámos, não podemos deixar de fazer referência a Peter Brown, um dos mais importantes investigadores do período tardio. Este autor deu um importante contributo para o estudo da Antiguidade Tardia. Devido às suas análises ajudou a cunhar o próprio termo, bem como a estabelecer as suas balizas cronológicas.

Apesar de termos usado a época de Diocleciano como início e o ano de 711 como final da época em estudo, a Antiguidade Tardia é uma cronologia muito subjectiva, dependendo principalmente da área em estudo, deixando a cada investigador a opção de estabelecer as balizas que o definem. Peter Brown na sua obra de 1971 “The world of late antiquity, AD 150-750”, tido como um marco para o estudo deste período tardio, contribui para tudo o que foi referido anteriormente. Do autor utilizámos também o artigo “The cult of the Saint. Its rise and function in Latin Christianity” de 1981.

De autores do mundo anglófono utilizámos também a obra de 1993 (neste estudo foi utilizada a edição de 1998) “El mundo mediterráneo en la Antigüedad Tardía. 395-600” de Averil Cameron que, apesar de publicada anos mais tarde que Peter Brown, também é um marco no estudo da Antiguidade Tardia, pondo em comum todo o mundo mediterrâneo através da análise tanto de casos particulares como das relações entre determinadas áreas.

O estudo da antiga província da Lusitânia, nesta cronologia tardia, em Espanha, teve um grande impulso a partir dos finais da década de 70, como se pode ver na extensa produção científica que começa a aparecer. Em 1978 Enrique Cerrillo publica “Las construcciones basilicales de época paleocristiana y visigoda de la antigua Lusitania”, onde realiza um estudo dos edifícios de culto cristão na Lusitânia. Em 1983 Fernández Caton realiza um importante estudo da Passio de S. Manços “San Mancio. Culto, leyenda y reliquias. Ensayo de crítica hagiográfica”. Em 1984 Cerrillo, Ongil e Saucedo publicam “Espacio y religión aproximación a una Arqueología de la religión”, realizando um estudo sobre os espaços religiosos cristãos, e Sanz Serrano “Aproximación al estudio de los ejércitos privados en Hispania durante la antigüedad tardía”, onde analisa o surgimento de exércitos privados durante a cronologia em estudo. Em 1989 Cerrillo publica outro artigo que muito contribuiu para o estudo do

mundo funerário na Antiguidade Tardia “El mundo funerario y religioso en época visigoda”. Neste ano García Iglesias publica “Las posesiones de la iglesia emeritense en época visigoda”, onde analisa o poder que a Igreja tem, através das suas propriedades e explorações rurais, durante a época visigótica. Ainda durante este ano Ripoll López publica “Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania”, no qual analisa o povoamento através do mundo funerário.

Um investigador que muito contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento da Antiguidade Tardia foi Javier Arce. Apesar de referirmos uma das suas obras no seguinte parágrafo, não podíamos deixar de manifestar que o autor tem um número considerável de análises publicadas de elevada importância, sendo que utilizámos também no nosso estudo, para além da que será referida, “The urban domus in Late Antique Hispania: examples from Emerita, Barcino and Complutum. Housing in Late Antiquity”, publicada em parceria com Alexandra Chavarria Arnau.

Nos anos 90 começam a ser publicados os Cadernos Emeritenses, pelo Museu de Mérida. Estes estudos, para além de outras cronologias, contribuíram imenso para o estudo da Antiguidade Tardia em toda a Península Ibérica. Para esta cronologia destacam-se os números, 10 editado por Agustín Velázquez, Enrique Cerrillo e Pedro Mateos, 22 por Javier Arce, 32 por Isabel Velázquez, 34 por Antonino González Blanco e Agustín Velázquez e o 41 por Isaac Sastre de Diego.

Nesta década começam, também, os estudos sobre o mundo urbano. Sendo de destacar o investigador García Moreno “La ciudad en la Antigüedad Tardía (siglos V a VIII)”.

É a partir de 2000 que a produção científica aumenta consideravelmente. Díaz e Torres publicam “Pervivencias paganas en el Cristianismo hispano (siglos IV-VI)”. Azkárate Garai-Olaun, em 2002, publica “De la Tardoantigüedad al Medievo cristiano. Una mirada a los estudios arqueológicos sobre el mundo funerário”. Barroso Cabrera, López Quiroga e Mórín de Pablos publicam em 2006 “Mundo funerario y presencia "germánica" en "Hispania"(ss. VII-VII). Gallia e Hispania en el contexto de la presencia" germánica"(ss. V-VII): balances y perspectivas”.

No estudo do mundo urbano Sánchez Ramos é uma investigadora que actualmente tem desenvolvido algumas análises, a solo ou como colaboradora. Em 2008 publica “Las ciudades hispanas durante la Antigüedad Tardía: una lectura arqueológica”, em 2010 “Topografía cristiana en Hispania durante los siglos V y VI. El

tiempo de los bárbaros. Pervivencia y transformación en Gallia e Hispania (ss. V–VI dC)”, ambos os artigos com Gurt Esparragera, e em 2015 “Los paisajes urbanos de la Antigüedad tardía en Hispania = Urban landscapes in Hispania during Late Antiquity. Espacio Tiempo y Forma” com Morín de Pablos.

Alexandra Chavarría Arnau é também uma investigadora que publicou estudos de grande interesse na área do povoamento e das aristocracias rurais. No nosso estudo utilizámos alguns dos seus artigos. Em 2007 publica “Aristocracias tardoantiguas y cristianización del territorio (siglos IV-V): ¿otro mito historiográfico?” e “El final de las villae en Hispania (siglos IV-VII d.C)”. Em 2015 publica o artigo “Tumbas e iglesias en la Hispania tardoantigua”, analisando o mundo religioso e funerário.

Tomás Cordero é também um investigador que ultimamente tem realizado estudos sobre a antiga província da Lusitânia, principalmente da cidade de Mérida e o seu meio rural. Em 2013 publicou “El territorio emeritense durante la Antigüedad Tardía (siglos IV-VIII). Génesis y evolución del mundo rural lusitano”.

Todos estes investigadores, e respectiva produção científica, contribuíram para o estudo e análise da Antiguidade Tardia na Península Ibérica. Devido a este facto foram considerados indispensáveis para o estudo que realizámos.

7. O Cristianismo

Durante a época romana, na Lusitânia, e em toda a Hispânia, chega uma doutrina proveniente da Palestina que se chama cristianismo. É um facto conhecido que esta nova doutrina pregada por Cristo na Galileia e disseminada pelas acções dos apóstolos utilizou como meio de difusão o império romano. Roma, com o seu domínio sobre todos os povos que rodeiam o Mediterrâneo, tinha conseguido uma unidade política que proporcionou uma situação favorável para a nova doutrina se estender com mais facilidade e rapidez. Os evangelizadores ao serviço da fé cristã dispunham de melhores vias e de não terem a dificuldade de encontrarem pessoas que só falassem a língua local em cada território que visitavam. A unidade linguística e política do império facilitou a rápida expansão, no tempo e geograficamente, do cristianismo. Existiam factores de cariz social e religioso que favoreceram a propagação da fé cristã. No que se refere ao ambiente social, parece claro que a existência de numerosos estratos sociais desejosos de um ideal que os retirasse da sua condição de escravos e servos possa ter sido um factor para a disseminação da nova doutrina, que defendia que todos os homens são iguais e que prometia a salvação eterna. No que toca ao ambiente religioso, a crise dos deuses oficiais do império, nos quais os próprios romanos tinham já pouca confiança, favoreceu também a aceitação de formas de vida religiosa mais intimistas e espirituais (Sánchez Salor, 2008: 19-20).

De acordo com E. Sánchez Salor, segundo Cipriano, bispo de Cartago, por volta de meios do século III é mencionada a existência de comunidades cristãs, já organizadas, em cidades da Península Ibérica (Sánchez Salor, 2008: 21). Esta informação tem de ser tida em conta com especial atenção porque, arqueologicamente não existe qualquer evidência da existência de comunidades cristãs na península, nesta altura. Sendo que mesmo existindo, seguramente não seria em todas as cidades.

Segundo Enrique Cerrillo Martín de Cáceres, apesar das fontes escritas terem um nível de informação muito concreto e explícito, no que se refere à mudança de mentalidade religiosa, o autor dúvida que as fontes possam aplicar-se na generalidade a toda uma população. Este investigador dá como exemplo a Carta de Cipriano, bispo de Cartago, às comunidades de fiéis cristãos de Astorga e Mérida, em que se pode deduzir que existe uma parte da população dessas cidades que seguem a doutrina cristã, ou que nessas cidades está instalada uma comunidade que vive numa situação de

clandestinidade ou semiclandestinidade, igual que noutras cidades em que há notícias da existência de mártires cristãos durante as perseguições do século IV. Estes casos por muito explícitos e concretos, por muitos dados narrativos que rodeiem o processo de cristianização, não podem, dado a sua natureza concreta, extrapolar-se a outras cidades mais ou menos próximas, e muito menos serem mudadas da cidade ao campo, ou vice-versa (Cerrillo, 1995b: 362).

Uma fonte importante para o estudo da evolução do cristianismo são os concílios realizados na Península Ibérica. Estes, desde o século IV, começam a fornecer informações, pelo menos da existência de novas sedes episcopais, sem oferecer detalhes de realidades a nível local. Das actas dos concílios, já do século VI e VII, podem observar-se situações do que pode ter sido a situação dos campos nesta altura (Cerrillo, 1995b: 362).

As perseguições são também um elemento importante na história do cristianismo. Uma data importante, no contexto das perseguições, é o dia 23 de Fevereiro de 303, festa das *Terminália* no calendário romano. Este foi o dia assinalado para eliminar os cristãos. Foi um édito planeado pelo Imperador Diocleciano em Nicomedia. Este proibia aos cristãos adorar o seu Deus abertamente e obrigava-os a realizar uma demonstração de que estavam de acordo com a religião estabelecida. As assembleias de cristãos foram proibidas. Decidiu-se que as igrejas deviam ser destruídas, bem como as casas em que se encontrassem cópias das escrituras ou qualquer propriedade da Igreja. Os objectos de culto cristão deviam ser confiscados para o tesouro imperial e os livros litúrgicos apreendidos para serem queimados. Os cristãos que não estivessem dispostos a mudar de opinião ficavam sem qualquer privilégio legal, estando sujeitos a tortura. Qualquer pessoa que fosse reclamar à justiça, civil ou criminal, devia oferecer um sacrifício aos deuses antes de ser ouvida. As ordens imperiais urgiam os magistrados locais e as personagens importantes de cada cidade a supervisionar própria e adequadamente a supressão do culto cristão (Arce, 2002: 169; López, 2008: 128).

Em 303 ao se celebrarem as *vicennalia* de Diocleciano, foi promulgada uma amnistia segundo a qual todos os presos podiam sair em liberdade na condição de oferecerem um sacrifício aos deuses, mas a princípios de 304 outro édito foi muito mais severo: homens, mulheres e crianças deviam oferecer libações e sacrifícios colectivamente. Este decreto não foi promulgado nem obrigado a ser cumprido por

Maximiano e Constâncio no Ocidente. No ano 305, aquando do retiro de Diocleciano e Maximiano e com os novos governantes, a situação dos cristãos estabilizou-se, pelo menos no Ocidente (Arce, 2002: 170).

Desde a segunda metade do século III e durante o século IV estenderam-se pela Lusitânia práticas ascéticas, sendo algumas delas perseguidas e condenadas pelas hierarquias eclesiásticas (Sánchez Salor, 2008: 42).

Ao evoluir, o cristianismo foi sendo interpretado de diversas formas, dando origem a diversas confissões, para além da oficial. No contexto Ibérico a confissão que teve maior impacto foi o priscilianismo. Por volta da metade do século IV apareceu na Lusitânia um grupo de pessoas, que se consideravam como eleitos, puros e inspirados por Deus. Professavam a pobreza, a contenção, a abstinência de carnes e uma vida de penitência, chegando a proibir o matrimónio. Há indícios que põem esta confissão em relação com grupos gnósticos procedentes do Egipto. A este grupo de ascetas uniu-se Prisciliano, originário da Gallaecia mas que desenvolveu a sua carreira na Lusitânia, chegando a ser bispo de Ávila. Prisciliano era um homem culto, de origem nobre, capaz de seduzir um considerável grupo de seguidores, homens e mulheres de todos os estratos sociais, laicos, clérigos e até bispos. O comportamento de Prisciliano é denunciado pelo bispo de Córdova, Higino, ao metropolitano de Mérida, Idácio. O facto de no grupo de Prisciliano haver dois bispos pode indicar que esta situação possa ser um conflito de autoridade dentro da Lusitânia entre a corrente maioritária de pensamento de carácter hierárquico e um movimento de carácter carismático (Maciel, 1996: 46-47; Chavarría, 2007a: 204; Sánchez Salor, 2008: 41).

No ano 380, após ter sido denunciado, reúne-se o Concílio de Saragoça, no qual desempenha um papel de protagonista o metropolitano de Mérida, Idácio. Analisam-se precisamente as práticas ascéticas dos priscilianistas que não se adaptam à ortodoxia, nem a ortodoxia se adapta a eles. Após o concílio, Prisciliano revolta-se sendo ordenado bispo por Instâncio e Salviano e nomeado para o bispado de Ávila. Passados alguns anos, em 385, após se ter conhecimento desta situação em Roma e na Gália, Prisciliano é condenado à morte junto com alguns dos seus seguidores (Maciel, 1996: 47-48; Chavarría, 2007a: 204; Sánchez Salor, 2008: 42).

Para escrevermos sobre o cristianismo em Évora e no seu mundo rural temos, como já foi dito, de começar a escrever sobre esta religião num contexto mais amplo. São já bastante conhecidas as perseguições e punições que os cristãos sofreram pelo

Império Romano até esta religião se ter tornado oficial. Até se tornar o culto oficial do estado, várias pessoas sacrificaram-se em seu nome, originando com o tempo o culto aos mártires. Este tornou-se um elemento bastante importante tanto para a religião cristã como para a cristianização dos territórios do Império, principalmente para o mundo rural, mas este aspecto do cristianismo irá ser desenvolvido nos seguintes capítulos.

Com o surgimento do cristianismo, o antigo mundo greco-latino transformou-se a partir das suas bases, primeiro aos poucos e depois de forma decisiva e absoluta. Não era só uma nova religião, era uma nova forma de entender o mundo, uma mentalidade que chocava com as categorias existentes, especialmente em relação com a associação da concepção divina do poder, com a estreita relação estabelecida entre o poder imperial e a religião pagã como forma de identidade do mundo romano. Esta religião expandiu-se com um notável êxito dentro de uma sociedade que já tinha dado tolerância a outras religiões de tendências monoteístas, e sobretudo místicas, que propunham mundos sobrenaturais e alternativos a uma religião oficial, politeísta e instrumentalizada pelo poder. O descontentamento das massas populares favorecia a difusão de novas crenças, e entre todas o cristianismo emergiu em força e rapidamente foi interpretado como uma ameaça ao Estado e os seus seguidores como pessoas perigosas e dissidentes. Tem de se ter em conta que a religião cristã era natural de um mundo culturalmente distinto do Greco-Romano, apesar de estar em territórios dominados por este (Velázquez, 2005: 33).

De certa forma é difícil compreender o vasto alcance desta religião e o seu rápido sucesso num mundo tão distinto do que a criou. Os seus fundamentos ultrapassaram qualquer tipo de fronteiras e a intenção universal da sua mensagem fez com que fosse assimilada por pessoas de outras culturas. Não se tratava de substituir a identidade de gregos ou romanos por hebreus, pois ser cristão era uma nova forma de pátria, dentro de uma cultura ocidental. Devido a este motivo, e por outros, os começos desta nova religião foram difíceis. De umas primeiras atitudes de indiferença ou menosprezo passou-se a outras abertamente hostis e de perseguição (Velázquez, 2005: 33).

No início os cristãos do mundo romano viveram e conviveram com os pagãos. As comunidades jovens cresceram e estabeleceram aos poucos as suas hierarquias e os seus representantes. Um dos objectivos prioritários era a evangelização, o proselitismo,

a expansão das suas crenças, da mensagem dos Evangelhos e da figura de Cristo (Velázquez, 2005: 33-34).

A partir de finais do século II o cristianismo começou a ganhar uma maior expressão nas cidades do Império, os cristãos foram, gradualmente, assumindo um papel de relevância nas comunidades locais. Quando escrevemos sobre o papel da relevância não estamos a querer referir que no início tenham ocupado cargos de elevada importância na administração das urbes, mas sim no contexto das comunidades mais desfavorecidas (Brown, 1971).

Ao longo dos séculos, e com a adopção do cristianismo, os cristãos foram começando a ganhar mais relevância na administração e na esfera religiosa. Embora o cristianismo, com o passar do tempo, se tenha tornado um fenómeno de elites, possibilitou, pelo menos no seu princípio, a ascensão de pessoas de classes mais desfavorecidas, e até escravos (Brown, 1971), a esferas da sociedade até então consideradas inalcançáveis. O cristianismo demonstrou uma grande capacidade de atracção e expansão, extendendo-se por todas as províncias do Império (Sastre, 2015: 75), não deixando, contudo, de ser uma religião usada pelas elites como veículo de reforço da sua autoridade.

A difusão e aceitação do cristianismo por parte da sociedade da Antiguidade Tardia é, sem dúvida, um dos fenómenos mais importantes deste período histórico. É, por isso, necessário calibrar a incidência desta nova religião sobre os comportamentos funerários e sociais. A conclusão é que a mudança não foi tão radical como pode parecer, continuando, em grande parte, as mesmas crenças e costumes adaptadas a um novo significado. Apesar de acabar por se tornar, a partir do século IV na religião oficial e “do Estado”, a resistência por parte da população, principalmente a rural, foi suficientemente importante como para provocar de forma reiterada a atenção da hierarquia política e religiosa reunida em assembleia durante os concílios (Azkarate, 1988. 517; Román, 2009: 123).

8. Os Mártires: o seu impacto numa sociedade em transformação

O papel que os mártires tiveram na religião cristã foi de extrema importância. No que lhes diz respeito, estes tiveram um papel fulcral no processo de cristianização do Império, principalmente na esfera rural. Um mártir era visto como o exemplo perfeito do homem cristão que deu a sua vida pela fé.

Segundo Cristina Godoy, o fervor despertado por aqueles que se sacrificaram para defender a fé cristã foi tão importante na Hispânia que se pode dizer que o seu culto provocou tanta ou mais devoção que os próprios sacramentos do baptismo e da eucaristia (Godoy, 1995: 51).

Um mártir é uma pessoa que se sacrificou por professar a sua fé e cuja veneração e culto são reconhecidos, em primeiro lugar localmente e depois geralmente pela Igreja. A um mártir é atribuída a capacidade de realizar milagres, adquirida simplesmente pelo tipo de morte sofrida, sendo esta a que o eleva à santidade (Velázquez, 2005: 76).

Os mártires são caracterizados nas primitivas “Actas dos Mártires” por serem pessoas de todas as classes e condições: bispos, diáconos, soldados, mulheres virgens, escravos ou homens ilustres. Entre os diversos estratos sociais dos cristãos, alguns tipos vão-se perfilando nitidamente: bispos e laicos ilustres, homens cultos, alguns conhecedores de filosofia antiga, bem como crianças e jovens virgens. Até ao ponto de haver uma certa comparação e, segundo alguns casos, explícita entre os cristãos que sofreram perseguições pelas suas crenças religiosas e os filósofos que sofreram pelas suas ideias. Os soldados também renunciaram ao seu serviço nos exércitos imperiais para se tornarem soldados de Cristo. É importante lembrar que a última grande perseguição, de Diocleciano, começou por um édito que afastava do serviço militar os cristãos que continuaram a sê-lo. Os mártires constituem as figuras centrais da Igreja primitiva, são fundamentais para a afirmação da mesma e para a difusão dos seus ensinamentos (Velázquez, 2005: 78).

A importância do culto aos mártires era enorme até o cristianismo ter deixado de ser banido e transformou-se em culto dos santos a partir de finais do século IV (Wolfram, 2013: 289). Com o passar do tempo os cristãos adoptaram o culto dos mártires como um dos pilares centrais da sua religião.

É a partir de meados do século III mas principalmente a partir do século IV que começam a ser venerados os mártires e os santos em necrópoles suburbanas ou até mesmo rurais. Ao aumentar o número de cristãos, a Igreja sente a necessidade de empreender à organização destes sítios públicos. Se o culto privado aos mortos continua sem grandes legislações por parte da Igreja, o culto público começa a ser alvo de regras estabelecidas nos diversos concílios dos séculos IV e V (Vives, 1963; Wolfram, 2013: 290).

O martírio sofrido pelos cristãos em épocas de perseguição teve um grande efeito nas comunidades de fiéis. A admiração e veneração que suscitava traduziu-se na prestação de culto à memória dos martirizados. Uma das primeiras comemorações dos martírios foi a dos *dies natales*, estes celebram os mártires e servem para que estes fiquem guardados na memória colectiva, uma memória que, de outra forma, poderia perder-se (Velázquez, 2005: 45).

Outra forma de comemorar a memória dos mártires são os calendários litúrgicos. Estes são catálogos onde estão cada um dos nomes dos santos e festividades de culto que se têm de comemorar numa igreja. Tem de se ter em conta que estes calendários, ao se copiarem de uns manuscritos a outros, podiam ir adicionando nomes às datas, muitas vezes em função de variantes locais, ou de zonas onde se presta um determinado culto. Os calendários cristãos aparecem no século IV e são de carácter local (Grégoire 1984; Velázquez, 2005: 46).

Existe ainda uma outra forma de comemorar a memória dos mártires que são os martirologios. Estes são listas de santos estabelecidas por meses e dias, em função dos seus aniversários, em que se determina uma data de celebração litúrgica numa igreja específica, à qual se adicionam dados de carácter local, de mosteiros, dioceses, entre outros. Também podem apresentar notificações de comemorações de outras igrejas, ou da Igreja (Aigrain, 2000: 11; Velázquez, 2005: 49), sendo que existem martirologios locais, semelhantes aos calendários, e outros de alcance mais amplo. A diferença mais importante em relação aos calendários é que podem apresentar um resumo da história do personagem, com o tipo de morte que recebeu e o nome dos perseguidores ou executores. Estes martirologios recebem o nome de históricos e não devem ser interpretados no sentido de veracidade histórica, mas sim o de conterem alguma informação sobre a vida do mártir. No entanto vão aumentando a informação sobre as datas de mudanças de relíquias e outras comemorações, adicionando por vezes detalhes

lendários. Também podem mencionar aniversários de santos que não são mártires, ordenações de bispos, fundações de igrejas, ascetas, entre outros temas (Velázquez, 2005: 48-49; López, 2008:130).

Um elemento que teve grande importância na cristianização da sociedade na Antiguidade Tardia é o culto das relíquias. Desde os primeiros martírios que os corpos dos mártires são venerados. Os lugares de martírio ou de enterramento, *loca sancta*, convertem-se em lugares de concentração e peregrinação. A multiplicação de relíquias gera um maior culto, já que não só se veneram os corpos mas qualquer objecto tocado nos seus sepulcros (Velázquez, 2005: 96). As relíquias serviam para favorecer as igrejas das zonas onde aparecem, fazendo com que estas ganhassem prestígio para que se tornassem um centro de fé para os cristãos desses locais (Maciel, 1996: 40; Velázquez, 2005: 96). A igreja de Vera Cruz de Marmelar é um bom exemplo do que anteriormente foi descrito, já que ainda contém um pedaço do santo lenho, sendo ainda hoje um local de peregrinação. O sítio do Monte da Cegonha, apesar de ficar fora da nossa área de estudo, ainda que próxima, também demonstra arqueologicamente esta realidade.

A região de Évora teve diversos mártires, sendo eles os mártires da Tourega, Santa Comba e *Inonimata*, Santa Celerina e São Brissos (que prestaram as últimas exéquias a São Torpes), São Jordão e São Brissos (Carneiro, 2009: 209). Mas de todos houve um mártir que se destacou e que o seu culto pode ter contribuído bastante para a cristianização do território eborense, falamos do mártir S. Manços.

Ao escrever sobre S. Manços é preciso fazê-lo com precaução, já que são diversas as teorias em relação ao sítio onde foi sepultado bem como a cronologia da sua morte.

Um aspecto que alguns investigadores estão de acordo é o facto do mártir ter sido morto por judeus, contudo outros apontam que poderia ter sido por arianos. Os perpetradores da sua morte eram de um estrato socioeconómico elevado que possuíam diversos trabalhadores dependentes, colonos, sendo um deles S. Manços, e que forçavam a sua fé nos mesmos mas o mártir ao negar se converter acabou por morrer devido aos maus tratos dos seus donos. Não existe nenhuma prova de que existiam judeus que eram detentores de vastas terras, tanto na região de Évora como em toda a península.

Afirmamos isto porque não existe nenhuma prova arqueológica, até à data, que sustente a teoria de terem existido judeus detentores de vastas terras na província da

Lusitânia. Por exemplo, na Península Ibérica existem *villas* que têm vestígios do culto adoptado pelos seus ocupantes, sendo que podem pertencer ao culto greco-romano, Mitra, divindades locais, etc., nenhuma, até à data, exhibe vestígios de culto judaico.

Apesar da história do mártir S. Manços provocar discórdia entre investigadores é certo que o mártir é importante para o nosso estudo. Pensa-se que pode ter sido o primeiro bispo de Évora e que está enterrado na localidade de S. Manços. Em relação a estes factos também não existe concordância entre investigadores.

Segundo Raúl González não se pode dizer exactamente onde se passou a história narrada no *Passio Mantii*, apesar deste investigador concordar que pode ter sido em Évora. Segundo Raúl González o *Passio Mantii* passa-se entre os séculos VI e VII, dando como exemplo o baptistério octogonal, descrito no *Passio*, como sendo este um exemplo da arquitectura que foi utilizada antes da criação do reino visigodo, sendo que Justino Maciel concorda com esta cronologia. Os nomes latinos utilizados pelas pessoas descritas no *Passio Mantii* também são um exemplo de que a acção se passou durante a Antiguidade Tardia. Durante a época de domínio visigodo a população continuou a usar nomes de origem latina em preferência a nomes germânicos, sendo que os próprios visigodos chegaram até a usar nomes latinos em detrimento dos seus (Maciel, 1993, 1996: 40 e 113; González Salinero, 1998; Maximino, 2010: 31).

Já Luís García Moreno refuta tudo o que Raúl González escreve preferindo situar a escrita do *Passio Mantii* após 711, em pleno domínio árabe. O autor baseia a sua teoria na forma como foi escrita, dando vários exemplos de martírios ocorridos durante a época árabe. O investigador coloca a acção do martírio perto de Ávila, em Talavera de la Reina (provincia de Toledo), explicando que Évora pode ter sido o local mas que Talavera devido à sua localização num ponto estratégico tem mais probabilidades de ter sido o local do martírio de S. Manços (García Moreno, 2013).

Para o nosso estudo o que é importante não é o local onde S. Manços foi morto ou enterrado mas sim o facto do mártir ter sido cultuado na região de Évora. Os restos do mártir até podem não estar na localidade de S. Manços mas é um facto que era um local de culto ao mártir, tornando-a num pólo de difusão do cristianismo e de actividade religiosa, bem como atribuía um determinado prestígio à cidade de Évora.

9. Os Concílios Peninsulares

Os concílios que se realizaram na Península Ibérica são fontes de extrema importância, no que diz respeito à organização da Igreja e da sociedade ibérica durante a Antiguidade Tardia peninsular.

Este capítulo contém os concílios e os respectivos éditos que têm uma maior importância para o nosso estudo.

No nosso estudo considerámos que os nomes Évora, Elbora e Elvora fazem referência à localidade portuguesa Évora, actual capital do Alentejo Central. Apesar de existirem mais localidades com estas designações na Península Ibérica, segundo alguns investigadores (Jorge, 2002; Maximino, 2010; Sastre, 2015) (e pelo facto de ter sido sede de bispado durante toda a Antiguidade Tardia) considerámos que nas actas dos concílios, quando aparecem os nomes Évora, Elbora e Elvora, estes, são referentes à actual Évora portuguesa.

Concílio de Elvira – a. 300-306?

Este concílio foi assinado pelo bispo Quintiano de Évora, descrita como Elbora. Neste concílio já se tratam as questões de culto aos ídolos pagãos, do I-IV, XLI e LIX édito os bispos tratam da idolatria aos deuses pagãos bem como as respectivas penalizações, em termos de fé, a ter em conta (Vives, 1963: 1-12).

Neste concílio já se proibem certas formas pagãs de culto aos mortos como por exemplo no édito XXXIV “*Nos cemitérios não se acendem velas. Não devem durante o dia acender-se velas no cemitério, porque não se há-de perturbar os espíritos dos justos. Àqueles que não cumpram com estas coisas, sejam excluídos da Igreja*” (Vives, 1963: 7).

Neste concílio demonstram-se algumas tendências iconoclastas, como por exemplo no édito XXXVI “*Que não haja pinturas na igreja*” (Vives, 1963: 8).

A partir dos cânones do Concílio de Elvira deduz-se que existiam cristãos desta época que pertenciam aos estratos mais acomodados ou superiores da sociedade romana. Estes podem possuir campos (cânone XLIX), escravos (cânones V, XLI, LXVII), são duúnviros (cânone LVI) e podem emprestar os seus vestidos para as procissões (cânone LVII). Os bispos, presbíteros e diáconos podem, dentro da província, dedicar-se ao comércio (cânone XIX), o que indica que os cristãos

desempenhavam funções na economia. A questão social do cristianismo na hispania é diferente da que foi o cristianismo nas suas origens. Os cristãos romanos desempenham as altas magistraturas das cidades e estavam em boas relações com os pagãos, e com os judeus. O cristianismo hispano era uma religião urbana e com membros nos altos estratos sociais (Blázquez, 2008: 73).

No que diz respeito às relações dos cristãos com o paganismo, segundo o Concílio de Elvira, este último estava bastante activo em toda a península e tanto cristãos como pagãos conviviam em relativa harmonia. De acordo com os cânones, os cristãos faziam sacrifícios aos ídolos (cânone I), os flâmines baptizados faziam sacrifícios (cânone II) ou alguma oferenda (cânone IV), indicando que alguns cristãos desempenhassem ao mesmo tempo funções que correspondiam a sacerdotes pagãos (Blázquez, 2008: 73).

O concílio faz também referência aos *dominus* cristãos (cânone XLIV), que teriam de cristianizar os seus escravos e colonos, e aos cristãos que eram assassinados por destruir os ídolos (cânone LX), sendo que este cânone proíbe a destruição dos templos pagãos (Blázquez, 2008: 74).

No Concílio de Elvira também se discutem os diversos graus da hierarquia eclesiástica. Especificamente em relação a bispos, presbíteros e diáconos (cânones XVIII, LXXV, XXXIII) e às virgens consagradas a Deus (XIII), que não formavam parte da hierarquia. As qualidades necessárias para desempenhar os rituais sagrados eram: ser pessoa conhecida (cânone XXIV), de boa moral (cânone XXX), não proceder de descendência herege (cânone LI), nem ser liberto (cânone LXXX). É proibida a prática da usura (cânone XX), de receber dádivas dos que comungam (cânone XXVIII) ou dinheiro pelos serviços litúrgico (cânone XLVIII). As suas obrigações são de carácter religioso, sendo assim o bispo podia ordenar aos diáconos e aos presbíteros que administrassem a comunhão aos doentes (cânone LIII), baptizassem (cânone LXXVII) e regulamentassem a vida entre as comunidades (cânones XXV, LVIII) através de cartas (Blázquez, 2008: 88).

O cânone LIII indica ainda que cada bispo tinha plena autoridade dentro da sua cidade e não podia receber uma pessoa excomungada por outro bispo, sendo que nenhum bispo tinha autoridade sobre os fiéis de outro bispo (Blázquez, 2008: 89).

II Concílio de Braga – a. 572

Este concílio é dividido em duas partes.

Na primeira parte, de interesse é o édito X “ *Que o presbítero, depois de ter tomado alimento não celebre a missa pelos defuntos*” que serve para erradicar as práticas ainda vigentes na Igreja da confissão priscilianista (Vives, 1963: 84).

Na segunda parte do concílio existe um édito, LIX contra práticas pagãs dentro da própria Igreja. Desde o cânone LXXI até ao LXXV trata-se de formas de combater práticas pagãs entre a população (Vives, 1963: 100-104).

No 2º Concílio de Braga existem ainda mais éditos contra as práticas pagãs de culto aos mortos, como por exemplo o cânone LXVIII “*Que não está permitido celebrar a missa sobre o túmulo dos mortos*” e o LXIX “*Não está permitido aos cristãos levar alimento aos túmulos*” (Vives, 1963: 102).

III Concílio de Toledo – a. 589

Este concílio é provavelmente o mais conhecido para a Península Ibérica pelo facto de definir desde logo que a fé católica passa a ser oficial e a fé ariana passa a ser repudiada, grande parte do concílio trata da liturgia canónica que passa então a ser utilizada.

Um dos primeiros éditos que têm importância para este estudo é o XIX que coloca as igrejas e todos os seus bens sob a administração do bispo. Com este édito começa-se a dividir a Igreja como instituição das restantes, ou seja a sua autonomia começa a tomar forma.

Concílio de Toledo de 597

Em relação a este concílio a única informação de interesse para o nosso estudo é ter sido assinado pelo bispo Iosimus de Évora.

IV Concílio de Toledo – a. 633

O primeiro édito deste concílio começa por confirmar à fé católica. Este concílio também faz referência à proibição dos clérigos de recorrerem a práticas ou praticantes de artes “ocultas” (Vives, 1963: 187).

Este concílio foi assinado pelo bispo Sisisclo de Elbora, antigo nome dado a Évora.

X Concílio de Toledo – a. 656

Este concílio também é relevante porque o segundo édito exige que os clérigos cumpram com os juramentos feitos aos reis e o édito III, em que os seculares não têm

autoridade sobre os religiosos. Estes dois éditos são importantes porque, mais uma vez, indicam-nos tentativas de reforço de autoridade. O édito II de certa forma faz com que os clérigos sejam leais aos reis enquanto o édito III separa a religião da esfera administrativa secular começando a moldar o que seria a definitiva separação da Igreja dentro dos próprios reinos característica da Idade Medieval (Vives, 1963: 310-311).

Este concílio foi assinado pelo bispo Zósimo de Eborá.

Concílio de Mérida – a. 666

A reunião do Sínodo de bispos da Lusitânia no ano 666 celebrado em Mérida constitui uma importante data no que diz respeito à coesão da administração religiosa da Província da Lusitânia (Cerrillo, 1995b: 362).

Este concílio dedica uma parte importante das suas actas à resolução de problemas relacionados com o património das igrejas lusitanas, problemas de litígios entre dioceses, de administração de propriedades, e às relações que se estabeleciam entre bispos, e outros clérigos, bem como os seus respectivos súbditos. O concílio trata de definir âmbitos de jurisdição numa tentativa de marcar as suas competências em relação com as do ordenamento civil, ocupa-se portanto das relações de poder (Díaz, 1995: 51-52).

O cânone XIX deste concílio diz respeito aos fundadores de basílicas ou benfeitores das mesmas. Os bispos preocupam-se com os presbíteros, para que estes não se esqueçam de recitar o nome dos construtores ou benfeitores durante o ofício dominical, se estes estão vivos, e se estes estiverem mortos recitá-los conjuntamente com os fiéis defuntos no lugar apropriado. Se os doadores eram servos fiscais, a sua doação deveria ser autorizada pelo rei. Este tipo de doações seria a mais frequente, até se ter conservado uma fórmula notarial destinada a este fim. Com a conversão da monarquia ao catolicismo em 589, as igrejas de dioceses viram o seu património aumentado com as riquezas das dioceses arianas (Díaz, 1995: 54).

O cânone VIII diz respeito à necessidade de reordenar os limites tradicionais das dioceses metropolitanas. Este concílio ordena que se restaurem os velhos limites e a todos os bispos ordena “que guardem diligentemente a diocese e não tolerem que se lhe tire nada por qualquer dos irmãos”. Tal princípio, pelo qual o bispo é responsável por preservar o território da diocese, pode remeter para uma época primordial da história da Igreja em que existia uma unidade patrimonial da diocese que na prática já tinha

desaparecido na Península Ibérica em princípios do século VI, apesar do bispo ficar como responsável desse património (Díaz, 1995: 55).

O cânone XII põe a possibilidade de um bispo levar para a igreja catedral algum diácono ou presbítero das igrejas rurais, ficando claro que apesar de receberem uma quantia do bispo pela sua boa conduta “não serão privados das igrejas que em primeiro lugar foram consagrados, nem dos bens das mesmas”. O presbítero das igrejas rurais exerce sobre este património um controlo administrativo equivalente ao do bispo sobre os bens da sua igreja (Díaz, 1995: 56).

No cânone XVI limita-se uma velha norma que permitia ao bispo, se não tivesse suficiente para viver com os seus próprios bens, ficar com um terço dos ingressos das igrejas rurais. Este capítulo também se dedica à reparação das basílicas de onde provêm os ingressos, os presbíteros têm de prometer ao bispo que cuidarão das igrejas. Só quando uma igreja não tem bens suficientes é que o bispo a tem de cuidar (Díaz, 1995: 56).

O cânone XVIII diz respeito aos presbíteros não esquecerem as suas obrigações religiosas por usar os bens da igreja a que presidem em benefício próprio (Díaz, 1995: 56).

O presbítero é, no âmbito patrimonial, *dominus* dos seus servos, aos quais se podem identificar como domésticos, parte do seu serviço pessoal, mas que devem estar mais ligados aos trabalhos agrícolas (Díaz, 1995: 57).

No cânone XVII pode observar-se a complexidade das relações que se estabeleciam na pirâmide de hierarquias, poderes e estratificação social que tinha no seu topo o bispo. A ideia geral do cânone é impedir que após a morte do bispo nenhum dos seus súbditos murmure dele ou denigra a sua reputação, estabelecendo penas de acordo com a sua categoria e condição social. Neste os bispos aplicam penas espirituais, excomunhão ou penitência, bem como físicas, flagelação (Díaz, 1995: 58).

Este concílio foi assinado pelo bispo Pedro de Évora.

XII Concílio de Toledo – a. 681

Este concílio volta a fazer referência aos “adoradores de ídolos”, no édito XI, informando-nos que nesta época ainda subsistiam tradições de origens pagãs que não se conseguiram eliminar (Vives, 1963: 398).

Este concílio foi assinado pelo bispo Tructemundo de Elbora, um dos antigos nomes de Évora, e pelo bispo Juan de Beja.

XIII Concílio de Toledo – a. 683

Este concílio já faz parte dos que foram realizados numa fase tardia e muito próximos uns dos outros. Pelo que se pode observar nas suas actas, este foi realizado mais para legitimar e fortalecer a autoridade régia do que para tomar decisões da esfera eclesiástica.

Este concílio foi assinado pelo bispo Tructemundo de Elvora, um dos antigos nomes de Évora.

XIV Concílio de Toledo – a. 684

Este concílio não tem nada de relevante para o nosso estudo bem como não foi assinado pelo bispo, ou representante, de Évora.

XV Concílio de Toledo – a. 688

Este concílio não tem nada de relevante para o nosso estudo mas foi assinado pelo bispo Tructemundo de Elvora, um dos antigos nomes de Évora.

XVI Concílio de Toledo – a. 693

Este concílio volta a fazer referência aos “adoradores de ídolos” no édito II, o que nos diz que nesta época ainda existiam praticantes de cultos pagãos e que a Igreja tinha uma certa dificuldade em eliminar essas práticas. O simples facto de existir um édito dedicado a esta temática é uma prova de que deveria ser um problema de dimensões consideráveis, principalmente em áreas rurais (Vives, 1963: 498-500).

Este concílio tem um édito que serve para legitimar a autoridade régia e a sua descendência, como se pode observar no édito VIII. Este tipo de éditos só começa a aparecer nos últimos concílios e são um bom indicador de reforço de autoridade (Vives, 1963: 505-507).

Este concílio foi assinado pelo bispo Arcontio de Évora e pelo bispo Juan de Beja.

10. A Transformação do Mundo Urbano

A constituição da cidade da Antiguidade Tardia deve entender-se como um longo processo que, em grande parte, se define através de uma nova configuração do espaço urbano. A ordenação da urbe irá reger-se por uns pressupostos distintos dos da cidade clássica: observa-se o progressivo abandono dos modelos reticulares e tudo o que a sua implantação supunha. Assiste-se à reutilização dos grandes edifícios e espaços públicos que tinham caracterizado a imagem da cidade clássica. Os espaços de vivenda, com um novo tipo de habitação, surgem próximos dos novos centros de poder que serão o reflexo de uma sociedade diferente, regida por uma escala de valores distinta (Gurt e Sánchez, 2008: 182; Romaní e Acero, 2014: 1801).

Ao longo do século IV percebe-se uma progressiva substituição da organização administrativa e territorial romana por outra que vai lentamente sendo implantada pela Igreja. Esta irá tomar o controlo da administração e evolução do território a partir das sedes episcopais nos diversos territórios das dioceses que se vão configurando. Na província da Lusitânia algumas sedes de *conventus* como Beja (elevada a bispado só em 531) ou Santarém não foram, inicialmente, elevadas à categoria de sede episcopal, enquanto outras povoações como Évora ou Faro o foram. No momento de promover determinadas cidades deve ter sido tido em conta outro tipo de factores, tais como geopolíticos, para além da importância de determinadas povoações principais e secundárias na esfera político-administrativa romana. Não se deve esquecer que estas povoações localizavam-se perto de grandes vias, o que pode ter contribuído para terem sido elevadas à categoria de bispados (López Quiroga e Bango, 2005: 30).

Durante a Antiguidade Tardia existem cidades que alcançam um novo estatuto com a aquisição de novos escalões de complexidade administrativa, como é o caso das sedes episcopais, um processo lento, que nos primeiros momentos só corresponde àquelas que já gozavam, ou tinham gozado, de uma certa proeminência na administração civil, como são os casos de Olisipo (Cerrillo, 1995a: 20) e muito provavelmente Eborac.

Os principais processos que irão determinar uma mudança na topografia urbana, a partir do século V, dependem, por um lado, do desaparecimento da unidade territorial que se produz com a fragmentação do Império, com as várias consequências que esta irá ter na organização e concepção da cidade, e por outro, do fenómeno da cristianização,

com o qual se irá desenvolver uma nova arquitectura pública que no início convive e logo substitui as construções que a precederam (Gurt e Sánchez, 2010: 321).

A paz e a situação social e religiosa do império no século I favoreceram a extensão do cristianismo. Provavelmente os seus pregadores escolheram como focos preferíveis de actuação as zonas e cidades de maior importância e mais romanizadas dentro do império. Dentro da Hispânia é lógico pensar que os pregadores iriam em primeiro lugar às cidades mais importantes e romanizadas, para as quais existiam vias de acesso relativamente cómodas (Sánchez Salor, 2008: 20). A incidência do cristianismo no tecido urbano foi contínuo e paralelo à conversão das populações, as manifestações cristãs mais antigas detectadas pela arqueologia não afectam inicialmente o tecido urbano da cidade, aparecendo sobretudo fora dos muros através do mundo funerário. A partir do século V as construções episcopais intramuros, através de uma arquitectura monumental, juntamente com as residências civis (*palatia*), tornam-se nos novos centros de poder e símbolo de uma nova urbe, configurando assim uma nova topografia urbana e uma imagem totalmente diferente da cidade, trata-se de uma progressiva substituição de um urbanismo antigo por outro (Gurt e Sánchez, 2010: 321; Romaní e Acero, 2014: 1801).

A partir do século VI muitas cidades consolidam-se como sedes episcopais, um estatuto que, como já foi referido anteriormente, não coincide necessariamente com os principais centros urbanos alto-imperiais. As sedes episcopais tornam-se em notáveis centros urbanos que concentram e mantêm todas as funções administrativas, económicas e religiosas. A nova fase construtiva das cidades irá manifestar-se através de uma arquitectura de poder projectada pela e para a Igreja que, intramuros, irá materializar-se na reconstrução e potencialização dos conjuntos episcopais, sendo esta que eliminará os símbolos da cidade imperial e substitui-los-á definitivamente por outros totalmente novos (Gurt e Sánchez, 2010: 321).

A presença de recintos amuralhados de cariz funcional, diferentes das muralhas de fundação que tinham uma função simbólica, é uma das características que foram interpretadas com a insegurança que se fazia sentir (Cerrillo, 1995a: 19). A muralha da cidade de Évora foi construída em época baixo-imperial, entre os séculos III e IV (García Moreno, 1986: 98; Sánchez e Morín, 2015: 102).

O fenómeno da construção de muralhas baixo-imperiais é complexo e heterogéneo em quanto à sua diversidade tipológica, contextos e ampla cronologia. Tem

sido relacionado com motivos militares e territoriais, bem como o controlo fiscal e captação de *annona* e a sua circulação e distribuição. Não se pode esquecer que estes recintos cumpriam a função de definir centros de poder que apareceram no século IV como centros de amplos territórios (*Aeminium, Aquae Flaviae, Eborac, Ossonoba*, entre outras), e dignificar o seu estatuto urbano, contribuindo também para a protecção e normalização da recolha tributária, especialmente a partir de 589 com a emissão de moeda (tremisses de ouro). A existência de um recinto amuralhado pode ser considerado como um elemento que define uma cidade em relação com outros aglomerados populacionais, sendo um sinal de estatuto (Sánchez e Morín, 2015: 103). Apesar das cidades terem herdado recintos amuralhados da época imperial, durante a Antiguidade Tardia estes sofreram restaurações e ampliações (García Moreno, 1986: 98).

A cidade na Antiguidade Tardia não pode ser reduzida exclusivamente ao espaço marcado pelas muralhas. A nova topografia cristã contribuiu para a modificação de conceitos importantes de carácter topográfico e simbólico do mundo clássico inerentes à presença das muralhas (Cantino Wataghin 2007: 109; Sánchez e Morín, 2015: 104). As muralhas tinham diversas funções, umas meramente práticas que tinham a ver com a defesa do recinto urbano, outras mais simbólicas, como a manifestação do estatuto económico das elites e estatuto municipal (Sánchez e Morín, 2015: 104).

As muralhas não só transformaram o perfil das cidades como condicionaram, desde então, a evolução urbana, obrigando ao adensamento do tecido. Se pensarmos que a decadência dos cultos pagãos e a final adopção do cristianismo como religião oficial levaram, na mesma altura, ao abandono ou à transformação dos templos, compreenderemos quanto as cidades se devem ter transformado no decurso do século IV d. C. (Alarcão, 1988: 76).

Segundo Isaac Sastre de Diego, uma das prováveis características representativas da cidade na antiguidade tardia pode ser o aumento do contraste material da riqueza social na topografia urbana. Este processo de contraste pode ser observado em diversas cidades do Mediterrâneo ocidental, até na própria cidade de Roma, uma característica que segundo o autor tem-se vindo a chamar de “ruralização da paisagem urbana” (Sastre, 2015: 122-123). Esta consideração, ao ser aplicada na nossa área de estudo, deve ser encarada mais como uma hipótese e não uma afirmação de que a cidade de Évora, nesta época, assistiu a uma “ruralização”.

Uma característica que pode ter acontecido em relação ao tecido urbano da cidade é este ter-se contraído, uma característica comum nas cidades deste período.

Do ponto de vista da urbanística cristã é um facto que certas áreas das cidades se tenham modificado devido à instalação de novos edifícios destinados ao culto cristão, resultado de uma profunda elaboração derivada de planificações hierarquizantes e burocratizantes que a nova religião começou a elaborar, sobretudo a partir do século VI na Península Ibérica. A instalação arquitectónica no interior das cidades pode ser o resultado da presença de igrejas/basílicas, não significando necessariamente a substituição radical das antigas áreas de culto romanas pelas cristãs, nem as situadas no interior das áreas do fórum. As igrejas e os edifícios episcopais foram construídos em espaços urbanos sacralizados *ex novo*, e criados *ad hoc* sobre áreas de prestígio, como é o caso da implantação das basílicas cristãs nos espaços das civis. Também importante é a criação de áreas de culto aos mártires nos subúrbios das cidades, que podem ter actuado como um fenómeno de atracção de uma população flutuante de peregrinos, com benefícios para qualquer cidade, sendo importante referir um dos casos mais conhecidos, a Igreja de Santa Eulália em Mérida. De certa forma os sectores responsáveis pela nova urbanística tiveram respeito pelas antigas áreas, tal como se pode observar em Évora e Mérida onde sobreviveram excelentes exemplos de templos romanos, apesar de terem sido utilizados para novas funções e por isso ocultos, e onde as áreas de culto cristão foram edificadas fora do recinto do fórum, próximas, mas nunca sobre este (Cerrillo, 1995a: 26-27).

Pensa-se que a maior parte das igrejas era, nos séculos IV e V, construída fora do centro da cidade, ainda intramuros e que, com o abandono progressivo dos edifícios públicos romanos, comessem a ser construídas em zonas mais centrais. As igrejas episcopais eram normalmente integradas num complexo conjunto de construções que incluíam além da igreja escola episcopal onde os catecúmenos eram iniciados ao baptismo. O próprio baptistério que até ao século VII realizava este ritual com recurso à imersão localizava-se numa estrutura anexa à igreja e à casa ou palácio do bispo. Nos primeiros tempos só o bispo é que tinha direito de baptizar e de realizar a eucaristia, o que explica a importância dos edifícios onde estes sacramentos eram efectuados (Wolfram, 2013: 288).

A progressiva ocupação das vias urbanas, a mudança na viabilidade e a elevação do nível de circulação, contribuíram também para a desestruturação dos modelos

reticulares. A ocupação parcial das ruas, a compartimentação de um espaço que até à data tinha sido transitável, é um fenómeno que pode ser atribuído à Antiguidade Tardia, (Gurt e Sánchez, 2008: 184).

Um dos factores que mais incidiu na desarticulação urbana da cidade clássica foi a transformação das estruturas monumentais e dos edifícios públicos mais emblemáticos. Como resultado do fenómeno de transformação que afectou a maior parte dos núcleos urbanos das províncias ocidentais, durante a Antiguidade Tardia assiste-se ao abandono de muitos dos antigos espaços públicos (templos e foros), aparecendo ao mesmo tempo novas estruturas, muitas delas eclesiásticas, que tornam visível o estatuto da cidade e da sua população (Sánchez e Morín, 2015: 104).

A manutenção das infra-estruturas públicas também é um elemento importante durante a Antiguidade Tardia. A limpeza das águas pluviais e fecais constituía outro dos elementos que definiam a cidade clássica e o abandono deste modelo vai contribuir para o aparecimento da cidade tardia. Com a descomposição da rede pública de esgotos como sistema unitário e integral, durante a Antiguidade tardia estes irão sofrer um processo desigual, onde se combina a continuidade, e até recuperação de certas partes dos esgotos, com o abandono de outros, em função de cada cidade. É importante relembrar que os núcleos populacionais não voltarão a ser dotados de uma rede global de saneamento mantendo ou reconstruindo os sistemas que respondem a necessidades pontuais. Nos momentos de revitalização urbana, principalmente nos séculos IV e VI, os esgotos irão ser recuperados parcialmente ou até construídos, ou até simplesmente existe uma certa preocupação pela continuidade do funcionamento da rede de saneamento (Gurt e Sánchez, 2008: 187; Romaní e Acero, 2014: 1803; Sánchez e Morín, 2015: 105).

No que diz respeito à transformação dos espaços e formas de habitação urbanos, estes afectam em primeiro lugar as construções públicas da fase alto-imperial, que são aproveitadas na Antiguidade Tardia para a instalação de pequenos núcleos habitacionais, que utilizam na sua construção materiais reutilizados. Em segundo lugar, as transformações afectam as grandes *domus* urbanas (Chavarría, Arce e Ripoll 2007: 305-336; Gurt e Sánchez, 2008: 188; Sánchez e Morín, 2015: 105-106). A construção de algumas residências de prestígio pode situar-se no século IV, as principais transformações arquitectónicas consistiram na monumentalização das divisões mais significativas das *domus* que já existiam (Sánchez e Morín, 2015: 106).

A mudança decisiva irá acontecer no século VI, assistindo-se a um abandono permanente da estrutura para adquirir a partir desse momento diversas funções funerárias ou produtivas. As divisões da *domus* desaparecem para dar lugar a uma compartimentação sistemática do espaço para receber várias habitações caracterizadas por uma simplicidade tipológica e construtiva (Gurt e Sánchez, 2008: 188; Sánchez e Morín, 2015: 106). Como é o caso de uma *domus* no bairro da Morería, em Mérida.

Nesta época existe um conjunto de edifícios residenciais, administrativos e representativos, ligados aos espaços de poder pertencentes às elites civis, militares e às novas monarquias que se instalam na península. Situam-se intramuros, mas também nos *suburbia* das cidades, espaços periurbanos e territórios mais próximos a estas (Sánchez e Morín, 2015: 119).

A arquitectura áulica realizada desde a consolidação do reino visigodo de Toledo a meados do século VI até ao seu colapso no VIII estabeleceu uma série de tipologias e modelos construtivos que tiveram uma grande transcendência em construções posteriores. Para restituir a imagem projectada pela cidade da Antiguidade Tardia que desenvolveu uma paisagem cultural própria à volta dos novos edifícios públicos (eclesiásticos) e privados é necessário identificar a arquitectura que o cristianismo e as elites civis produzem para poder contextualizar e explicar o significado da sua topografia (Sánchez e Morín, 2015: 121).

O mundo funerário é outro indicador fundamental para detectar e testemunhar as mudanças sociais que se produzem durante a Antiguidade Tardia. Nesta época assiste-se à descentralização das necrópoles, estando este factor mais relacionado com o processo de transformação urbana que com a difusão do cristianismo. Durante a sua fase inicial, a reorganização da topografia do subúrbio, provavelmente reflectiria a complexidade e diversidade social das novas comunidades (Sánchez e Morín, 2015: 106-107).

Durante esta época produz-se uma ruptura em relação aos usos e organização do espaço funerário que tinha tido a cidade romana. A topografia, agora, é caracterizada pela descentralização do lugar que tradicionalmente ocupavam as antigas necrópoles. Este processo supõe o abandono de muitos dos antigos sectores de enterramento, normalmente vinculados às principais vias que confluem na cidade, resultando na mudança destes espaços de enterramentos (Sánchez e Morín, 2015: 107).

Relacionadas com os distintos processos de transformação e com a formação de uma nova paisagem urbana, tem de se ter em conta que, as sepulturas urbanas ou

intramuros parecem ser um indício da perda definitiva do significado sagrado do antigo *pomerium*, assim como a eliminação da sua sacralidade, que na cidade tardia é substituída por novos elementos sacros que definem o espaço urbano (Cantino Wataghin 1999: 147 – 180; Sánchez e Morín, 2015: 118).

O desejo dos fiéis de descansar *ad sanctos* supõe, incluindo as igrejas episcopais, uma nova relação entre vivos e mortos desconhecida até ao momento entre os costumes dos primeiros tempos cristãos, demonstrando que existe um vínculo entre lugares de celebração martirial e o centro episcopal (Godoy 2005: 66; Sánchez e Morín, 2015: 118), parecendo evidente a atracção que exerce o próprio conjunto episcopal para o estabelecimento de uma necrópole no seu espaço de influência (Sánchez e Morín, 2015: 118).

Tem de se destacar que em todo o processo de gestação dos novos espaços urbanos, a importância da relação das necrópoles com as estruturas religiosas deve ter sido muito elevado. A topografia funerária parece ser mais importante do que a “importância urbana” no momento de situar as estruturas que determinarão o centro de poder eclesiástico da cidade da Antiguidade Tardia e a paisagem da futura cidade medieval (Sánchez e Morín, 2015: 119).

As mudanças mais antigas que começam a forjar a primeira imagem da cidade cristã produzem-se aos poucos nas necrópoles dos subúrbios durante o século IV, ligadas às manifestações de culto martirial. O mundo funerário é o primeiro cenário urbano claro do desenvolvimento topográfico do cristianismo, sendo protagonista na criação de uma nova linguagem que condicionará a imagem da urbe tardia e preparará a paisagem da medieval. Muitos investigadores actuais classificam a estrutura urbana da cidade da Antiguidade Tardia como policêntrica por estar organizada em função de diversos espaços sacros e novos centros religiosos, monumentalizados por uma nova e própria arquitectura (Sánchez e Morín, 2015: 108-110).

As cidades da Hispânia não se mantiveram à parte do fenómeno das sepulturas urbanas. Este processo em que os enterramentos se espalham dentro dos perímetros amuralhados está ligado à profunda transformação que experimenta a cidade clássica, ao mesmo tempo origem da cidade medieval. O cristianismo e as suas manifestações urbanas são o elemento essencial que altera a limitação topográfica e funcional do espaço intra e extramuros. Esta superação da estrita e antiga separação entre a zona habitada e a zona destinada a necrópoles resultou em duas mudanças importantes: a

relação que a população estabelece com os seus defuntos, e a forma como as pessoas percebem e vivem no espaço urbano. A origem da convivência de vivos e mortos está na dinâmica urbana, própria da cidade tardia, que a partir deste momento é organizada em função de distintos polos de atracção relacionados com o culto cristão situados tanto intramuros como extramuros (Gurt e Sánchez, 2008: 196; Gurt e Sánchez, 2010: 332).

Uma boa parte dos estudos realizados sobre a cidade da Antiguidade Tardia centraram-se na investigação do complexo episcopal como principal motor da estruturação da cidade cristã, interessando-se por compreender a sua complexidade monumental e a sua topografia (Guyon 2005: 116; Cantino Wataghin e Guyon 2007: 285-328; Sánchez e Morín, 2015: 114). Geralmente as mudanças mais significativas detectadas nos complexos episcopais peninsulares produzem-se entre a segunda metade do século VI e inícios do VII, ou seja, quando se consolida a estrutura estatal da monarquia visigótica e com ela a rede de bispados fruto do III concílio de Toledo em 589 (Sánchez e Morín, 2015: 114).

A topografia dos *episcopia* durante a Antiguidade Tardia esteve provavelmente sujeita, também, a factores sociais, políticos e económicos, intrínsecos de cada cidade e existentes no momento de projectar o conjunto cristão (Sánchez e Morín, 2015: 115). O *episcopium*, que substituiu os centros monumentais de época alto-imperial como o centro da cidade durante a Antiguidade Tardia, consolidou-se como um conjunto arquitectónico principal. O seu comportamento como uma entidade urbana em contínua evolução arquitectónica pareceu reflectir o dinamismo e a força que alcançaram as novas elites locais (Gurt e Sánchez, 2010: 323).

Provavelmente não existiu um plano pré-definido que condicionava a construção dos *episcopia* num lugar concreto, a sua localização topográfica poderia depender das particularidades urbanísticas de cada centro urbano. O seu modelo de organização varia em cada cidade em função da disponibilidade de espaços abandonados, ou da localização de certos edifícios que as elites urbanas doaram à Igreja para cobrirem as novas necessidades litúrgicas (Gurt e Sánchez, 2010: 323).

No que diz respeito ao seu aparecimento na paisagem urbana, a maioria dos exemplos hispanos situam-se tanto próximos à muralha, como centrais, junto ou no foro, sendo que para o caso de Évora não há nenhuma evidência, assim como provavelmente extramuros relacionados com espaços funerários mais antigos, seguindo uma dinâmica muito próxima à que apresentam outros *episcopia* do Ocidente romano

(Bonnet e Beltrán 2000: 467-490; Guyon, 2005: 18; Beltrán 2010: 31-49; Gurt e Sánchez, 2010: 323; Sánchez e Morín, 2015: 115).

Os complexos episcopais dispunham de outros edifícios que não tinham funções estritamente litúrgicas: o *atrium* e o palácio episcopal. Trata-se de dois componentes importantes na nova articulação urbana da cidade tardia. O *atrium* é um exemplo da arquitectura do poder episcopal que dignifica as funções do bispo, é um espaço de prestígio e de privilégio unido exclusivamente à dignidade episcopal. Formava parte de um complexo arquitectónico mais amplo, no qual se localizava num lugar próximo à igreja e aos aposentos privados do bispo. Ignora-se como seria a sua planta e que elementos estruturais o definiam. O bispo utilizaria o *atrium* como um lugar polivalente, para recepções e audiências, reuniões, com um carácter judicial, e até assistencial (Gurt e Sánchez, 2010: 330).

A associação e inserção topográfica da residência do bispo no mesmo espaço onde este exercia a sua actividade pastoral, é uma prova do aumento da importância que os grupos episcopais foram adquirindo. A realidade arqueológica na Hispânia não permite distinguir o edifício onde residiria o bispo dentro dos conjuntos episcopais, tendo-se que confiar nas fontes literárias. Segundo a *Vitae Sanctorum Patrum Emeretensium*, o palácio, que se encontrava junto à catedral, era uma construção com mais de uma planta de altura e organizada à volta de um peristilo (Alba, 2005: 230; Gurt e Sánchez, 2010: 331).

Como se pôde observar ao longo deste capítulo, a cidade da Antiguidade Tardia caracteriza-se por um urbanismo descontínuo e por distintos pólos de atracção intramuros e extramuros. Uma imagem que levou a definir a cidade desta época como policêntrica, articulada em função de enclaves urbanos opostos, acentuados por uma topografia cristã (Gurt e Sánchez, 2008: 191).

11. A formação e consolidação da Igreja

Os séculos IV, V e VI d.C. representam o momento em que a Igreja se vai sobrepondo a todos os níveis da sociedade, tanto a nível religioso bem como administrativo, social, económico e militar. A partir do século IV, será esta instituição que estará no centro de todo o mundo ocidental (Wolfram, 2013: 283).

Até ao século IV d.C. os bispos detinham um poder essencialmente de cariz religioso. Os cargos civis foram durante muito tempo detidos por pagãos e a assimilação do papel do bispo com o de *patronus* não é imediata (Lepelley, 1998: 18; Wolfram, 2013: 286). A função principal do bispo na cidade era a prática da caridade, a distribuição de esmolas e o cuidado dos necessitados, sobretudo às viúvas e aos órfãos. O peso do bispo junto das autoridades estava sobretudo relacionado com o seu prestígio religioso. O bispo ajudava os necessitados sem nenhuma vinculação jurídica, não querendo dizer que fosse um *patronus* propriamente dito (Lepelley, 1998: 20; Wolfram, 2013: 286-287).

É necessário recuar até ao período de Diocleciano para perceber como durante o século IV e V os bispos acederam de forma gradual aos poderes civis locais. Durante este período a comunidade cristã cresce consideravelmente, o que obriga a uma maior organização e hierarquização do clero. Sendo assim, o bispo torna-se não só o líder da comunidade de laicos como também de uma estrutura cada vez mais complexa envolvendo o clero. As intervenções da Igreja nos assuntos civis tornam-se cada vez mais importantes, sendo que quanto mais poder tivesse um bispo mais peso tinha na sociedade, incluindo na administração da justiça. Um bispo com conhecimentos jurídicos e administrativos era um bom protector para os seus fiéis, e se fosse detentor de um elevado poder económico, tornava-se naturalmente um benfeitor. Além de participar no restauro de edifícios públicos, o bispo também se transformou no novo construtor de edifícios religiosos que se tornaram os novos eixos de atracção da cidade tardia (Wolfram, 2013: 287).

A Igreja foi praticamente a única instituição que permaneceu e progrediu no contexto das invasões dos povos germânicos. Tinha acumulado poder e propriedades antes do Império colapsar, e quando isto aconteceu, quando a fidelidade da aristocracia perdeu uma referência definida e passou a estar fragmentada, com um carácter local ou no melhor dos casos comarcal ou regional, a Igreja contou com estruturas

organizacionais supralocais, que reproduziam as antigas estruturas administrativas imperiais, com uma hierarquia disciplinada e autoridades centralizadas. Já tinha à sua disposição um património que lhe permitia ser auto-suficiente, gerar os seus próprios recursos, competir não só em igualdade de condições mas também em vantagem com os grandes proprietários laicos na altura de acumular possessões. Para a Igreja iam, através de oferendas, doações ou testamentos, uma grande quantidade de bens móveis e imóveis que passavam a ser administrados pelos bispos, assim estes assimilavam os grandes proprietários e utilizavam nestas propriedades os mesmos critérios de rentabilidade que os grandes proprietários laicos (Díaz, 1995: 52).

Um dos casos mais conhecidos de doações, e neste caso régia, à Igreja é a história do abade Nancto, que consta no terceiro capítulo do *Liber Vitas sanctorum patrum Emeretensium*. Após chegar de África e depois de uma época a viver em Augusta Emerita, o abade abandonou a cidade para refugiar-se num local afastado e viver em isolamento com os monjes que o acompanhavam. Quando o rei Leovigildo soube da fama de Nancto, cedeu-lhe uma propriedade do fisco para que com ela pudesse viver com os seus monjes. Um dia os habitantes decidiram ir conhecer o seu novo senhor, encontrando-o a cuidar de umas ovelhas. Surpreendidos pelo seu aspecto pobre mataram-no, considerando que não serviriam um *dominus* como aquele (Chavarria, 2004: 114).

Para além de descrever uma clara doação régia à Igreja, trata-se de uma história com imensos elementos típicos dos relatos hagiográficos de época tardia: a origem remota do monje, a sua *peregrinatio* a um local longínquo e a pobreza do seu aspecto (Chavarria, 2004: 114).

Após o Concílio de Elvira, observa-se uma mudança a partir de meados do século IV. As leis contra as práticas divinatórias, sacrificiais e que obrigavam ao encerramento de templos apoiaram juridicamente os bispos no que diz respeito a fazer desaparecer com rapidez os edifícios e cultos apoiados publicamente, fazendo com que o estado romano apoiasse o cristianismo e a construção de igrejas (Sanz Serrano, 2003: 48).

O momento em que a Igreja lusitana iniciou esta acumulação de propriedades não pode ser fixado com precisão, mas o processo seria paralelo ao das outras no conjunto do Império (Díaz, 1995: 52).

De certa forma o imperador Constantino criou os fundamentos sobre os quais a Igreja católica iniciou o seu imparável crescimento como uma força social e económica, bem como hegemónica (Sastre, 2015: 74).

No século V, não a maioria mas antes uma boa parte dos latifundiários hispânicos já deviam ser cristãos, e é lógico pensar que acontecessem cedências, totais ou parciais, de propriedades fundiárias em benefício da Igreja. Na época visigoda é um facto que as igrejas tinham possessões territoriais e que as exploravam (García Iglesias, 1989:392).

No que diz respeito ao aumento do poder da Igreja, um bom exemplo são os milagres. Com o passar do tempo, os milagres são cada vez mais um sinal de identidade da Igreja e propriedade da mesma, por isso as instituições eclesíásticas são reticentes em admitir milagres de alguns eremitas ou pessoas que vivem um pouco à margem do espaço controlado por estas. Ao mesmo tempo que são muito cuidadosas com o reconhecimento dos milagres em vida, sobretudo em certos momentos e em função do nível de inserção e representação dessas instituições que tenham os *viri sancti* (Velázquez, 2005: 95-96).

Durante toda a primeira metade do século V as políticas imperiais continuaram com a criação de normativas que regulassem a Igreja na sua relação com uma nova sociedade cristianizada. O decreto de Teodósio II de 434 garantia para a Igreja as heranças tanto de bispos como de qualquer clérigo ou religioso que pertença a uma ordem religiosa e que morresse sem descendência. A herança podia ser incorporada directamente pelo mosteiro a que o defunto pertencera (Sastre, 2015: 103).

No que diz respeito ao aumento do poder da Igreja, no século VII sabe-se que os bispos aplicavam castigos aos súbditos da Igreja. Os delitos dos servos deviam ser denunciados perante um juiz da cidade e o seu tribunal julgava qualquer possível delito, desde que o bispo não impusesse penas muito severas, sendo que o bispo poderia adicionar uma doação ou venda de um servo. A partir desta situação entende-se que tanto os bispos como os presbíteros utilizam no âmbito da sua jurisdição e sobre os seus súbditos uma justiça privada, o que faz sentido num processo de independência em relação aos poderes públicos e com a sua condição parcialmente pública. Esta é uma situação que o Concílio de Mérida de 666, sob a pressão das autoridades visigóticas, tenta corrigir (Díaz, 1995: 57).

O bispo é um mero administrador de um património cujo último titular é completamente abstracto: Deus. O primeiro adquire a relevância social e económica de um grande proprietário residente na cidade, algo que era provavelmente comum a muitos proprietários laicos. Desde a cidade administra as diversas possessões cujas características podiam ser muito variadas em tamanho e forma de exploração. É provável que algumas terras estivessem exploradas por *mancipia* sob as ordens de um *villicus*, uma pessoa livre, um liberto vinculado à igreja, um escravo ou até mesmo exploradas por escravos que teriam outros escravos ao seu serviço. A *Lex Wisigothorum* faz do *villicus* responsável pela fuga de escravos, fenómeno tão frequente que este tipo de exploração, onde o escravo é um mero trabalhador agrícola, deve ter sido mais frequente do que se pensa (Díaz, 1995: 61). Apesar de se ter que considerar que o número de escravos, nesta época, poderia ser menos do que se pensa.

Um aspecto interessante em relação à difusão do cristianismo é a cronologia do estabelecimento de dioceses da província da Lusitânia. As datas oscilam entre a metade do século III até ao VII. A primeira é Mérida, sede metropolitana. Durante o século IV o número das sedes aumenta em quatro, enquanto no século V não existe alguma referência que permita considerar que o número tenha aumentado. Talvez esta situação tenha a ver com a situação que se vive na Península durante este período. No século seguinte o crescimento é significativo, aumentando em 7 enquanto no século VII, com a administração eclesiástica já consolidada só aparece Calábria, referida pela primeira vez em 633 (Cerrillo, 1995b: 360).

12. A Aristocracia: ascensão das elites tradicionais

A reorganização administrativa do Imperio empreendida por Diocleciano em finais do século III e continuada por Constantino e os seus sucessores, produziu grandes mudanças na organização e composição da administração e, conseqüentemente, das classes dirigentes, o que deu lugar a importantes transformações nas aristocracias e nas suas propriedades rurais. Produz-se uma grande ampliação do número de senadores devido à multiplicação de títulos, fazendo com que entre membros da ordem senatorial

existissem grandes desigualdades, tanto a nível do património como na qualidade do seu poder e incidência política e económica. Apesar de ser reservado às classes senatoriais, alguns postos significativos no governo que dizem respeito ao controlo da cidade de Roma e à esfera da administração, foram atribuídos a uma nova categoria emergente de funcionários de distintos estratos sociais (Chavarría, 2007b: 42). Com Teodósio este processo aumenta e inclusivamente beneficia as elites peninsulares, dada a sua condição de hispânico.

Segundo Chavarría estas mudanças, por um lado, deram lugar a importantes transformações nas elites e no seu modo de vida. Muitos burocratas residentes nas províncias consolidaram a sua posição social, o seu poder e a sua riqueza pessoal, devido a um maior reconhecimento por parte do governo materializado em maiores privilégios fiscais. Por outro, ainda que as antigas famílias senatoriais continuassem a conservar prestígio do ponto de vista social e principalmente económico, produziu-se uma evidente diminuição dos seus cargos e do seu poder político. Estes factores podem ter levado a que estes indivíduos, ao se distanciarem das esferas de poder, passassem mais tempo nas suas propriedades rurais (Chavarría, 2007b: 42).

A aristocracia é um elemento com uma grande importância durante a época tardo-romana, é o grupo social e económico com mais poder. No século IV, apesar de alguns cristãos desempenharem importantes cargos imperiais, a maioria da aristocracia, certamente, ainda era pagã. Pode ter havido uma rápida cristianização das famílias dependentes de cargos na corte imperial, principalmente nas nomeações que procediam da Gália e Hispânia (Sastre, 2015: 75).

A cristianização das elites pagãs foi um fenómeno descontínuo e gradual que não teve o seu culminar até ao último terço do século IV e inícios do V. Foi nesse momento que a religião cristã adquiriu suficiente importância e conveniência para exercer um poder de atracção definitivo sobre todos os estratos da sociedade romana (Sastre, 2015: 50).

Para o final do século IV grandes sectores das comunidades agrícolas das províncias ocidentais do Império continuavam a praticar sacrifícios, ritos divinatórios e a venerar as divindades pagãs. Segundo alguns investigadores, a presença do paganismo no mundo rural permaneceu fortemente enraizado durante toda a Antiguidade Tardia, maioritariamente entre os estratos mais populares, constituindo um problema importante

na segunda metade do século VI (Chavarría, 2007a: 208-209; Sanz Serrano, 1995: 242-243).

A oposição ao cristianismo por parte da aristocracia foi diminuindo até desaparecer por volta do final do século IV. A cristianização da classe mais poderosa da sociedade teve o seu revés na aristocratização pela qual passou a Igreja, que a partir do momento, ficou irreversivelmente transformada (Sastre, 2015: 76).

Tradicionalmente tem-se dado um papel relevante às aristocracias rurais em relação à cristianização do território devido à sua actividade como construtores de igrejas rurais. Diversos investigadores referem a construção de oratórios e igrejas em *villae* por parte das classes proprietárias como um fenómeno característico do século V. Contudo ao se analisar as evidências arqueológicas existem indícios que indicam a construção de edifícios de culto cristão no mundo rural no século IV, como é o caso da Quinta das Longas, em Elvas, em que a *domus ecclesia* esta datada nesta cronologia e em Monte da Cegonha, na Vidigueira, onde a primeira fase da basilica é de finais desse século. Contudo, as primeiras referências na Hispânia à construção de igrejas por parte das aristocracias não aparecem até ao século VI, intensificando-se no século VII (Chavarría, 2007a: 203).

Os primeiros indícios relacionados com a presença do cristianismo no mundo rural na Hispânia surgem no primeiro quarto do século IV associados aos estratos aristocráticos da sociedade tardia e relacionados com o conflito priscilianista (Chavarría, 2007a: 203-204).

A primeira referência documental em que se menciona explicitamente a existência de igrejas em *villae* é o cânone V do I Concílio de Toledo (400) quando se refere aos clérigos que não vão à missa. Este cânone indica que, apesar do priscilianismo, existiam edifícios de culto reconhecidos pela Igreja em residências rurais privadas e nas aldeias do território (Chavarría, 2007a: 205).

Apesar de não estar comprovada na Lusitânia, uma das características do aumento do poder da aristocracia é o surgimento dos exércitos privados. Em primeiro lugar, não podem ser considerados como simples grupos armados porque qualitativa e quantitativamente foram capazes de dar uma resposta armada a autênticos exércitos organizados, protagonizando acontecimentos políticos relevantes. Estes exércitos têm que se considerar privados devido à sua composição e comportamento porque provêm de uma esfera doméstica, não são corpos militares pertencentes aos imperadores. Podem

ser caracterizados por uma relativa espontaneidade mas não ocupam o lugar das tropas oficiais, já que estas continuam a existir. Estas forças militares não fazem parte do Estado nem respondem à esfera pública, podendo até actuar contra, porque esta não pode exercer mais controlo do que os seus líderes. É precisamente esta minoria privilegiada que serve de ligação aos governantes, os exércitos só respondem perante eles, razão pela qual chegam a representar, ocasionalmente, uma ameaça (Sanz Serrano, 1986: 226).

Segundo a investigadora Rosa Sanz Serrano, a composição dos exércitos privados podia ser bastante heterogénea, tanto como eram as forças produtivas do mundo rural e dos habitantes das cidades. Podiam ser compostos, e muito provavelmente foram, por elementos social e juridicamente distintos que, de uma maneira ou outra, dependiam dos nobres que os convocavam (Sanz Serrano, 1986: 239). Os soldados desertores provavelmente também ofereciam os seus serviços aos *domini*, acabando por fazer parte dos seus exércitos privados como soldados ou como conselheiros militares (Sanz Serrano, 1986: 244).

Alguns factores que, provavelmente, permitiram à aristocracia se tornar cada vez mais independente do controlo estatal foram o poderio económico, o controlo dos estratos sociais e a organização dos seus dependentes. Estes factores permitiram que certos indivíduos pudessem alcançar um poder que lhes permitiria manterem políticas independentes (Sanz Serrano, 1986: 248).

O reino visigodo, nos seus momentos mais difíceis teve que admitir a divisão peninsular e a força militar que significavam os exércitos privados, tal como a influência que estes podiam ter entre as populações. Também tiveram que aprender que a sua utilização podia criar-lhes benefícios ou criar graves conflitos capazes de acabar com a estabilidade. Foi precisamente com as tentativas de unificação peninsular que ressurgiram os exércitos com uma organização melhorada, que apoiavam independências ou usurpações e pequenos conflitos entre nobres, acabando por dirigirem a política do reino (Sanz Serrano, 1986: 261).

Desde muito cedo o exército visigodo foi formado, na sua maioria, por tropas dos *fideles regis*, recrutadas dos seus latifúndios, acabando estas por constituir os efectivos provinciais. Esta foi uma mudança importante em relação com o mundo romano, tendo sido necessária devido às transformações que se tinham produzido durante os séculos V e VI. A primeira referência relativa a este fenómeno é do reinado

de Wamba (672-680) e é uma lei que lembra os nobres e o povo que devem ir em ajuda do soberano se se encontrassem a menos de 100 milhas da zona onde ocorressem conflitos armados (*L. V., IX, 2, 8*; Sanz Serrano, 1986: 263). Pouco tempo depois esta lei foi apoiada por outra de Ervígio (*L. V., 2, 9*; Sanz Serrano, 1986: 263) que relembra a obrigatoriedade de todos os nobres de empreender guerra com pelo menos uma décima parte dos seus servos (Sanz Serrano, 1986: 263).

A estrutura política e socioeconómica favoreceu cada vez mais os particularismos, e o estado visigodo era já incapaz de voltar a acumular as forças que o compunham porque, depois de quase dois séculos, as comunidades habituaram-se a obedecer só ao *dominus*, do qual dependiam para subsistência, segurança e as suas vidas, mais que de um hipotético Estado do qual se sentiam afastados e podiam servir só em último recurso. A experiência ensinou os visigodos que era muito difícil subsistirem sem uma mínima organização militar a nível local, dirigida por quem estava vinculado à terra em todos os aspectos. (Sanz Serrano, 1986: 263-264).

Sem o sistema de patrocínio característico da Antiguidade Tardia, e as relações que este criou entre os distintos grupos sociais, vários acontecimentos característicos deste período não teriam acontecido ou teriam sido diferentes, tal como a resistência protagonizada pelos territórios da península aos suevos, vândalos, alanos e visigodos. Neste caso as povoações perdiam mais do que ganhavam num estado de guerra contínua, e se não tivesse sido a motivação das elites que controlavam tanto as cidades como o campo, nada tinha sido feito a partir dos quadros militares e administrativos, que estavam desorganizados (Sanz Serrano, 1986: 264).

Sem o sistema de dependência, consolidado e melhorado com o domínio visigótico, não seria possível manter os exércitos privados que protagonizaram as disputas entre facções até ao ano 711 (Sanz Serrano, 1986: 264).

Durante a Antiguidade Tardia a propriedade agrária era trabalhada por um campesinato dependente e com diversos titulares, a aristocracia hispano-romana e a hierarquia religiosa. As grandes propriedades substituem as antigas *villae*, sendo constituídas pela concentração e absorção de pequenas e médias propriedades dispersas (Díaz, 1992: 302).

O *dominus* exercia a sua autoridade e obtinha um benefício económico das possessões e dos que lhe eram dependentes. As formas de exploração de uma grande propriedade devem ter sido diversas. Podem ter existido explorações bastante extensas

trabalhadas por indivíduos que não eram livres, este seria um sistema mais conflituoso pela dificuldade de controlar grandes grupos de *mancipia* ou *servi*. Podiam ser conjuntos de territórios procedentes da acumulação de propriedades e cultivados por pessoas dependentes. Estas podiam ter pertencido a antigos proprietários que com o tempo se foram tornando eles mesmos dependentes de um *dominus* (Díaz, 1992: 304-305).

Estas duas formas de exploração não eram impossíveis com a organização de propriedades em exploração bipartida, que incluiria uma reserva, que poderia incluir uma antiga *villa*, centro residencial do *dominus*, e terrenos entregues a colonos/arrendatários perpétuos, ou aos seus antigos donos. Podiam situar-se na área da residência do *dominus* ou afastadas deste, podiam até estar noutra província. Quem trabalhava as terras pagaria uma renda e provavelmente serviço pessoal (Díaz, 1992: 305).

13. A Transformação e Cristianização do Mundo Rural

A *urbs* na sociedade romana não compreendia só o espaço em que se localizavam os elementos próprios da vida urbana, mas também era entendida como o centro de um universo formado pelo seu *ager* (Bendala Galán e Abad Casal, 2008: 20; Cordero, 2013: 77). Para conhecer melhor como era estruturada uma comunidade é preciso conhecer a sua cidade e o seu território e analisá-los em conjunto, descartando a oposição cidade-campo proposta para o mundo antigo (Cordero, 2013: 77).

O estabelecimento dos limites do *ager* é a solução de uma comunidade para evitar a confusão com outros territórios adjacentes e estabelecer com segurança o espaço em que os magistrados possam exercer o seu poder. A delimitação das fronteiras era realizada pelos agrimensores como um feito de extrema importância ligado à religião. Os *termini* actuavam como salvaguarda da propriedade privada e pública mas

ocasionalmente usavam-se como limites elementos naturais (Ariño Gil et alii, 2004: 21-22; Cordero, 2013: 77). Existiam outras fórmulas de fixação do território que variavam em função das certas necessidades e problemas (Cordero, 2013: 77).

É provável que tenha sido nos campos, dentro do conservadorismo cultural clássico dos sistemas agrários, onde perduraram por mais tempo as fórmulas romanas, não só externas, mas também as tecnológicas e os outros hábitos herdados directamente das áreas urbanas. A cidade podia ter mudado de liderança, mas as zonas rurais podem ter continuado mergulhadas no seu tradicionalismo. É sobre estas áreas que a Igreja irá esforçar-se para erradicar as velhas fórmulas que pouco tinham a ver com o cristianismo. Os escritos de tipo *De correctione rusticorum*, de Martinho de Dume são um bom exemplo, bem como outras medidas presentes nos cânones dos concílios de Braga. Ao que foi anteriormente mencionado também tem de se adicionar uma provável debilidade dos laços que durante séculos uniram as cidades e os campos, com os quais a Igreja teve de criar fórmulas alternativas para que essas comunidades de fiéis não ficassem isoladas (Cerrillo, 1978, 1984: 49, 1995a: 27-28; Fernández Alonso, 1955: 201).

Diferente do cristianismo urbano, que apesar de também serem conhecidos casos radicais como é o caso bem conhecido da destruição do Sarapeum de Alexandria e o movimento sistemático de destruição da idolatria e edifícios pagãos, no mundo rural pode observar-se um maior radicalismo no respeito e conservação das áreas de culto pagão. Observava-se assim a uma substituição, porventura violenta, já que muitos dos templos cristãos eram construídos sobre lugares de culto a divindades pagãs, muitas vezes pré-romanas (Cerrillo, 1995a: 28).

A partir da segunda metade do século IV o cristianismo começa-se a expandir pelas áreas rurais sob uma forte influência das elites locais (Sastre, 2015: 86).

A Igreja interessou-se pelo mundo rural, por razões espirituais (a evangelização da população rural) económicas bem como pelo vazio de poder. As receitas que a Igreja precisava para manter o clero, construir edifícios de culto e distribuir caridade procediam de duas fontes: as oferendas dos fiéis e as rendas das suas propriedades. Desde o século III a Igreja tinha começado a adquirir propriedades e a receber doações e heranças, inicialmente centros de culto e espaços funerários, mas depressa (e segundo mostram os éditos de restituição de propriedades proclamados após as grandes perseguições) converte-se em proprietária de terras e dos edifícios que estas contêm.

Este processo intensificou-se em época de Constantino, acentuando-se a um ritmo imparável a partir de Teodósio, quando o cristianismo se converte na religião oficial do Estado e as elites abandonam o culto pagão (Chavarría, 2007b: 41).

Tal como na cidade, o mundo rural nos primeiros anos do século V tem em perspectiva profundas mudanças. O campo continuava a ser um foco de preocupações para as autoridades. Um decreto imperial do ano 399 proibia aos *possessores* vender as suas propriedades rurais em segredo para evitar as suas obrigações ao serviço municipal ou provincial. Tal como tinha feito a administração romana, a hierarquia eclesiástica do século V preocupou-se em estender o seu controlo a zonas rurais que começavam a desenvolver uma actividade cristã pelas mãos de alguns aristocratas recentemente cristianizados (Sastre, 2015: 124-125).

Quando se escreve sobre a cristianização dos campos grande parte dos fósseis directores começam a aparecer por volta do século VI como as igrejas rurais e elementos decorativos das mesmas, ou as sepulturas com espólio que denunciam a presença de populações cristãs (Cerrillo, 1995a: 21).

A partir dos séculos V-VI são cada vez mais frequentes nas proximidades das *villae* edifícios de carácter cultural ligados às funções paroquiais. Esta função depreende-se a partir da presença das pias baptismais e da ampliação das áreas de necrópoles no seu interior ou imediações (Cerrillo, 2008: 185).

Tem de se ter em conta que a concentração de restos escultóricos de carácter litúrgico ou arquitectónico podem determinar a presença de um edifício de culto apesar de este não ter sido reconhecido arqueologicamente (Cerrillo, 2008: 186). Trata-se de edifícios que materializam toda a doutrina jurídica de igrejas próprias presente na legislação visigótica posterior (Cerrillo, 1995b: 373, 2008: 187).

A Igreja não fez mais do que explorar esta possibilidade jurídica e servir-se dela com o objectivo de ampliar o seu controlo episcopal sobre os territórios rurais e obter deles a fiscalidade necessária para a diocese. A obrigatoriedade da presença de um clérigo, assim como a manutenção por parte do proprietário-fundador, implica a dupla tarefa de controlar e manter assegurada a difusão da doutrina cristã em áreas rurais. É provável que seja para finais do século VI e durante o VII quando melhor e em maior número apareçam as construções culturais que surgiram nas proximidades das *villae* (Cerrillo, 2008: 187). Como é o caso da *villa* de Torre de Palma que contém um baptistério. Este foi construído ainda quando o local era habitado, sofrendo, a partir do

século VI, ampliações, numa fase em que a *villa* já estava em decadência (Carneiro, 2014: 340-341).

A presença de um baptistério constitui um feito de grande transcendência que permite estabelecer uma clara hierarquia dentro da própria Igreja no mundo rural e no controlo, mais ou menos directo, do bispo da diocese na construção e desenvolvimento da uma rede eclesiástica rural. É evidente que os baptistérios só podem estar presentes nas igrejas que têm um carácter pré-paroquial, destinadas à *cura animarum*, e suficientemente afastadas da sede episcopal para justificar a sua presença (López Quiroga e Bango, 2005: 38).

No século VII a localização dos edifícios e dos complexos culturais estaria ligado às facilidades de acesso e de comunicação oferecidas pela rede viária de época romana que unia as povoações principais e secundárias (Reynaud, 1999; Saxer, 1999; López Quiroga e Bango, 2005: 38).

A presença de um baptistério nas igrejas rurais pode constituir uma prova da intervenção episcopal na construção deste, sendo também uma prova da estreita relação entre a cidade e o seu território (López Quiroga e Bango, 2005: 38), e do poder das aristocracias.

Durante o século VII algumas igrejas são reformadas ou ampliadas. Mais uma vez a presença de um baptistério, de lugares de relicário ou de cemitérios permitem analisar as diferentes etapas deste processo de expansão da influência da Igreja no meio rural (López Quiroga e Bango, 2005: 38).

Além do grupo de basílicas de absides enfrentadas, no mundo rural construiu-se outro tipo de edifícios religiosos cuja simplicidade e reduzidas dimensões fazem questionar a sua verdadeira função como igrejas paroquiais, ao menos de origem, quando o que se parece claro é o seu propósito funerário. Estas construções são compostas por dois espaços, um quadrangular e um santuário anexo à planta, que pode ser absidado ou recto (Sastre, 2015: 133).

Em relação às necrópoles, as que normalmente podem considerar-se como cristãs são aquelas que se encontram a ocupar os pavimentos e os exteriores dos edifícios de culto (Cerrillo, 2008: 187).

Diferentes das necrópoles de clara ascendência “germânica”, os enterramentos cristãos tradicionais caracterizam-se pela ausência de roupas, pelo qual se sugere que foram depositados nus ou com um vestuário muito simples. A presença de marcadores

de sexo ou estatuto costumam ser escassos e cingirem-se a algum anel ou punhal, com ausência de outros complementos de roupa (Cerrillo, 2008: 188).

A morfologia dos enterramentos pode apresentar certas tipologias de carácter hierarquizante. Podem encontrar-se desde sarcófagos de mármore ou de granito de uma só peça, fossas com protecções laterais de ladrilho, de lajes ou uma fossa simples. Em muitos edifícios de culto pode-se encontrar marcas de hierarquia, tais como o privilégio dos espaços funerários em interiores ou a proximidade ou afastamento do centro de culto, o cuidado na construção da fossa ou a existência de um sarcófago monolítico, mesmo que este seja de granito (Cerrillo, 2008: 188).

É frequente que quando intervenções arqueológicas em igrejas medievais documentam a presença de ocupações rurais assume-se uma suposta continuidade entre ambos os elementos (*villa* e igreja) propondo, sem que existam dados arqueológicos, que a igreja medieval evoluiu a partir de uma igreja primitiva ou oratório tardio construído pelo proprietário na sua *villa*. Sem uma escavação é impossível dizer qual é a cronologia fundacional da igreja e confirmar a continuação entre a ocupação da *villa* e do edifício sucessor. A vinculação da igreja com a existência de um oratório que a precedeu é uma hipótese que pode carecer de confirmação através do registo arqueológico, existindo outras possibilidades que podem explicar a sua construção: a presença de uma área funerária, a existência de uma comunidade rural fixada no sítio, uma topografia privilegiada, a abundância de materiais construtivos, só para enumerar algumas hipóteses (Chavarría, 2007a: 212-213).

Também não é apropriado identificar como igrejas ou áreas cristãs todos os edifícios que foram criados como mausoléus e que nos finais do século IV e V funcionavam como tal, apesar de numa fase tardia tivessem sido transformados em igrejas. Podem não existir provas de que se celebravam cerimónias litúrgicas ou não se saber a confissão religiosa dos inumados (Chavarría, 2007a: 213).

14. Igrejas e Sepulturas: novas realidades caracterizantes da sociedade da Antiguidade Tardia

A morte de um ser querido, a preparação do corpo, a sepultura, o destino das almas, a possibilidade de que estas sejam eventualmente salvas e o juízo final foram elementos de grande importância para o antigo cristianismo e durante toda a época medieval. Estes elementos são fundamentais para entender as características das sepulturas e a sua ligação com os edifícios de culto (Chavarría, 2015: 13).

Portanto, não é surpreendente que uma das primeiras decisões dos bispos, ainda no século III e por isso anterior à construção das igrejas monumentais, fosse a aquisição de terrenos onde os fiéis enterravam, faziam ritos funerários e veneravam as sepulturas dos seus familiares e dos mártires (Chavarría, 2015: 13-14).

A partir do século IV nestas áreas funerárias foram construídos grandes edifícios para tapar as sepulturas e monumentalizar os sepulcros dos mártires, primeiro em Roma e depois noutras cidades do Império. Estas basílicas estavam ligadas aos sepulcros (desempenhavam a função de cemitérios cobertos onde se faziam celebrações relacionadas com o culto funerário e martirial) mas depressa começaram a realizar cerimónias litúrgicas (Chavarría, 2015: 14).

A ligação entre edifícios de culto cristão e espaços funerários é uma constante durante toda a época medieval tanto na esfera urbana como na rural, não só porque muitas igrejas foram construídas sobre cemitérios anteriores ou em relação com mausoléus, mas porque as igrejas construídas em áreas que não eram funerárias também atraíram sepulturas. A partir do século VI e VII assiste-se a algumas igrejas serem construídas pelas elites para albergar a própria sepultura. Isto não implica que a presença de inumações durante a Antiguidade Tardia esteja relacionada a um edifício de culto. As sepulturas nas igrejas eram um grande privilégio e constituíam um dos possíveis lugares onde um indivíduo podia ser enterrado. A população continuou a utilizar as necrópoles de tradição romana, sepultando em pequenos cemitérios familiares ou em áreas funerárias mais extensas nas proximidades de estruturas habitacionais de carácter disperso ou aldeias. Podiam ainda estar bastante dispersas no território e ligadas a monumentos preexistentes ou a elementos distintivos da paisagem como os limites de

propriedade. A obrigatoriedade de realizar enterramentos nos cemitérios das igrejas é um fenómeno mais tardio, provavelmente nunca anterior ao século IX com a criação dos cemitérios paroquiais (Chavarría, 2015: 14-15).

A variedade que caracteriza a localização das sepulturas pode observar-se também na escolha das suas estruturas (em sarcófago, em caixa de ladrilhos ou de lajes de pedra, rupestres, em fossas revestidas com placas de madeira, em fossa simples ou as diversas variantes dos tipos anteriores) e dos revestimentos das mesmas, sobretudo se tinham de ser vistas (mosaico, lajes de pedra, telhas, signina). É possível que o material utilizado na construção das sepulturas dependesse da disponibilidade deste no contexto da necrópole. Por vezes diferentes categorias de sepulturas podem identificar distintos estratos sociais no mesmo cemitério (Chavarría, 2015: 15).

No que diz respeito a enterramentos dentro de igrejas para os fiéis estarem mais perto dos mártires, apesar de ser uma prática comum a partir de um determinado momento, a Igreja começa a legislar com a finalidade de exercer controlo. No ocidente a primeira proibição aparece no século VI no cânone XVIII do I Concílio de Braga (563), ao proibir as sepulturas no interior das basílicas dos santos, autorizando só as que estavam junto aos muros do edifício. É possível que a Igreja ao proibir as sepulturas nos edifícios de culto estivesse interessada em regulamentar esta prática com o objectivo de impedir que qualquer pessoa (incluindo pecadores, indivíduos que tinham tido uma vida pecaminosa ou não conversos) gozasse deste privilégio (Vives, 1963: 75; Chavarría, 2015: 18).

Os primeiros vestígios arqueológicos relativos a igrejas rurais situam-se principalmente relacionados com as *villae*. O estudo destes edifícios de culto é bastante complexo porque raramente se pode contar com dados precisos relativos à cronologia e características originais das igrejas assim como o estado em que se encontravam nas *villae* nesse momento. Muitas igrejas rurais tradicionalmente classificadas nos séculos IV e V apresentam importantes questões no que diz respeito à sua cronologia e à sua identificação funcional (Chavarría, 2007b: 144).

No que diz respeito a igrejas construídas no meio rural, nos séculos IV e V eram provavelmente construídas pelos bispos com a colaboração dos proprietários cristãos com o objectivo de evangelizar a população rural. Mais tarde, entre os séculos VI-VIII, quando a rede de igrejas com *cura animarum* estava bem definida, alguns proprietários

rurais construíram igrejas com um uso mais restrito e com uma finalidade funerária (Chavarría, 2015: 32).

O estudo das sepulturas descobertas nas igrejas mostra-nos que a sua implantação espacial não era casual mas sim ditada pela posição do defunto no universo cristão local. Esta posição simbólica é enfatizada através da tipologia da sepultura, por vezes os depósitos funerários, raramente inscrições funerárias e quase sempre por uma implantação em função das áreas litúrgicas da igreja, bem como pela existência de mausoléus com sepulturas *ad sanctos*. Isto pressupõe a existência de uma autoridade que controlava quem tinha ou não acesso a este privilégio, tendendo-se a pensar que os espaços mais desejados estavam reservados aos membros da hierarquia eclesiástica (Chavarría, 2015: 39-40), ou a quem tivesse uma função social proeminente, como o *vir honestus* da necrópole da Silveirona.

O baptistério tinha um profundo significado litúrgico e funerário, era um lugar no qual se administrava o sacramento, símbolo da função episcopal, ligado aos importantes conceitos de morte e ressurreição. Este espaço teve sempre tendência a ser pouco utilizado na Península Ibérica, confirmando o que tinha sido estabelecido pelo concílio de Auxerre onde se lembra que não era correcto enterrar nos baptistérios, favorecendo a presença de anexos funerários nas proximidades do ambiente principal do baptistério (Chavarría, 2015: 42).

As igrejas e as sepulturas formam parte da paisagem cristã da Antiguidade Tardia, ainda que a sua relação nem sempre se mostre de uma forma clara (Utrero, 2009: 18).

As necrópoles evoluíram desde as primeiras classificações sujeitas a uma leitura étnica para outras que abordam uma interpretação contextual (Azkarate, 2002; Utrero, 2009: 18), abrindo distintos caminhos que conduzem a uma análise do espaço urbano e rural, a sua ocupação e os seus usos. Uma necrópole é sempre um indicador de um espaço habitacional e eventualmente de um edifício de culto, sendo que nem sempre é acompanhada por este último (Utrero, 2009: 18).

Entretanto as igrejas na Antiguidade Tardia enfrentam um processo semelhante de renovação metodológica e explicativa. De uma técnica de escavação e de publicação que demonstrava um interesse principal por obter uma planta arquitectónica coerente do edifício e catalogar os achados de acordo com um esquema descritivo, começa-se a dar um salto até à elaboração de plantas com processos tanto construtivos bem como de

usos litúrgicos e funerários como resultado da adopção do método estratigráfico (Utrero, 2009: 18).

Uma igreja é um edifício que oferece um serviço litúrgico sendo o altar o elemento que outorga essa categoria. A igreja pode também cumprir funções baptismas e funerárias, mas é a função sacramental que define uma igreja, sendo o uso funerário parte da mesma desde a sua concepção primitiva (Utrero, 2009: 18).

As igrejas não têm como propósito oferecer unicamente funções de cariz funerário, dependendo das necessidades do local estas podem juntar-se a outras para desempenhar outro tipo de funções. A igreja martirial é o resultado da atracção suscitada pela presença de restos de um mártir, num processo em que se une a busca de salvação, a proximidade ao santo defunto e a capacidade económica dos defuntos que originaram a nova área sepulcral dentro e fora do edifício (Brown, 1981; Utrero, 2009: 18). O mausoléu funerário é assim o verdadeiro núcleo de criação e atracção tanto do cemitério como da igreja. Pode acontecer que algumas igrejas, prevendo um eventual importante uso funerário criem um espaço organizado para esta actividade. Podemos dar como exemplo Santa Eulalia de Mérida onde o culto eucarístico e martirial já se mostram unificados. Noutro horizonte estariam as basílicas que dependem da memória da comunidade em relação à santidade de um lugar em que supõe que aconteceu um martírio (Utrero, 2009: 18).

Os restos dum mártir também podem ser em forma de relíquias que, depositadas no altar, justificam a função do lugar de culto em que se encontram. A este grupo pertencem grande parte das basílicas da Antiguidade Tardia, rodeadas e/ou ocupadas por sepulturas. Ignora-se a procedência das relíquias e, por isso, a função, excepto nos edifícios de culto urbano em que as fontes escritas nos dão informação necessária. Contudo a presença de relíquias não se deve confundir com um sentido sepulcral mas como parte do rito original da igreja (Utrero, 2009: 18).

No que diz respeito às basílicas, independentemente do grau de relação com o mártir, podem ter uma câmara funerária destinada a conter os restos de uma personagem importante e/ou receber espaços para tais finalidades durante a sua vida, processo que se acompanha de um cemitério. Praticamente todas as basílicas são ocupadas à sua volta e/ou no seu interior por sepulturas, as quais se convertem inevitavelmente num indicador do período de utilização do edifício (Utrero, 2009: 18-19).

Um aspecto que se tem que ter em conta é a dificuldade de dar ao defunto cristão uma categoria martirial que converta o mausoléu em lugar do martírio ou lugar do enterramento. A presença, no mausóleo, de elementos próprios de culto martirial (uma janela ou *fenestella confesionis*, um relicário ou um altar) ou a presença de uma basílica e/ou uma necrópole são elementos que se têm de ter em consideração. Este último caso não se deve tomar como norma, já que se pode cristianizar um sítio de culto ou funerário pagão sem a presença original de um mártir (Utrero, 2009: 20).

Os cânones, maioritariamente do século VI, que tratam de regular os enterramentos nas basílicas não se cumprem na Península, bem como em todo o Mediterrâneo ocidental (Effros, 1997: 15; Giuntella, 1998: 72; Utrero, 2009: 29). As distintas normas conciliares sobre a prática de enterramentos nos edifícios de culto reflectem o desejo por parte dos bispos de controlar as áreas funerárias. É nos finais do século VI e durante o VII que o interesse da igreja pela comemoração do rito funerário aumenta progressivamente (Effros, 1997: 8; Utrero, 2009: 29).

Durante os séculos VI e VII começam a desenvolver-se os primeiros cemitérios cristãos, concebidos *ex novo* e utilizados exclusivamente pela própria comunidade (Sánchez, 2006: 88 e 94; Román, 2009: 124). Desta forma passa-se de uma paisagem funerária constituída por vias sepulcrais, em época romana pagã, a zonas funerárias que se juntam massivamente à volta das sepulturas *ad sanctos*, dos *martyria* e das basílicas, tanto intra como extramuros (Vaquerizo, 2008: 68; Román, 2009: 124). Também a partir do século VI, irá ocorrer o fenómeno das sepulturas intramuros, sepulcros isolados que se instalam sobre os níveis de abandono e colmatação em construções e espaços públicos, de forma que a população aceitará conviver com os seus defuntos tanto no interior como no exterior do *pomerium* (Román, 2009: 124).

Em relação ao mundo rural, geralmente as necrópoles parecem situar-se perto de núcleos populacionais (*villae, vici*). Segundo a investigadora Gisela Ripoll as necrópoles não se situavam, aproximadamente, a mais de 10km e a não menos de 500m de uma povoação rural ou centro urbano, como é também o caso dos cemitérios romanos. A investigadora afirma que a presença de uma necrópole ou conjunto funerário é um factor determinante na presunção da existência de um povoado, de um centro de exploração rural e/ou de um centro religioso (Ripoll, 1989: 396-398). É frequente encontrar estas necrópoles rurais situadas em altura ou sobre a ladeira de uma colina, perto de uma linha de água, de uma via de comunicação, de uma zona com boa

visibilidade (Ripoll, 1998: 248; Román, 2009: 124) ou sobre antigas *villae*, sendo este último um fenómeno muito frequente durante a Antiguidade Tardia, seja amortizando os restos da *villa*, reutilizando os seus elementos construtivos como materiais de construção para as sepulturas ou por existir uma continuidade de povoamento nessa zona (Gamo, 1998: 275; Román, 2009: 124).

Pode acontecer que sobre uma antiga *villa* romana, normalmente abandonada, se instale, a partir do século V d. C, uma necrópole ou um edifício de culto cristão que possa ter associada uma necrópole posterior à construção do centro de culto. Igualmente, ainda que em menor quantidade, acharam-se exemplos de *villae* romanas que na última fase da sua existência, inícios/meados do século V d. C, parecem adquirir um certo significado religioso através da construção de um oratório privado ou de uma igreja cristã entre as suas estruturas, apesar de não existirem exemplos desta realidade para o território português (Román, 2007, 2009: 124). Este fenómeno pode ser explicado, por um lado, com a aquisição de propriedades por parte da Igreja onde se procederá à edificação de paróquias rurais, ou à materialização do cristianismo dos seus possesores, que irão decidir incluir nos seus *fundus* um edifício privado de carácter religioso (oratório, mausoléu, entre outros), que posteriormente será da Igreja para, mediante a construção de uma piscina baptismal ou baptistério, constituir as paróquias rurais (Arribas, 2000; Román, 2009: 124).

Em relação às necrópoles tardias de ambientes rurais que não estão vinculadas a um edifício religioso, não se encontram exemplos claros de cristianização, tanto nas de época tardo-romana como nas de época visigoda. Mas devido à falta de outras evidências que comprovem a cristianização deste tipo de necrópoles, tem de se ter em conta o espólio encontrado. Contudo segundo Román Punzón a presença de um jarro funerário junto aos inumados, que alguns autores interpretaram como um símbolo cristão de baptismo, não parece uma evidência sólida, bem como o surgimento de alguns objectos de adorno pessoal, como pulseiras ou anéis com símbolos supostamente cristãos como cruces ou pombas, já que podem tratar-se simplesmente de motivos decorativos sem um significado especial para o seu portador (Román, 2009: 124).

Muitos investigadores consideram que nos séculos IV-V o cristianismo encontra-se amplamente difundido na maioria da Península, apesar da assimilação das crenças cristãs, a erradicação das práticas pagãs era ainda um processo por concluir

(Díaz e Torres, 2000: 236; Román, 2009: 125). Este processo seria maior ou menor dependendo da zona peninsular que se estuda (Muñiz, 2000: 144; Román, 2009: 125).

Pode considerar-se que muitos dos supostos indícios de paganismo identificados no ritual funerário das necrópoles tardias não seriam mais que costumes antigos, fortemente enraizados entre as populações hispano-romanas, que provavelmente nem seriam considerados como pagãos pelas autoridades eclesiásticas que eram tão hispano-romanas como os demais membros da população. Foram práticas consideradas como costumes tradicionais romanos, tão enraizados e assimilados que pertenceriam mais ao âmbito social que ao religioso (Román, 2004: 153, 2009: 125).

Sendo assim o estudo de elementos tão importantes para o conhecimento real da cristianização do mundo rural como são as fundações de mosteiros (Díaz e Torres, 2000: 256; Román, 2009: 125) e de outros edifícios de culto, *ex novo* ou aproveitando construções anteriores, como é o caso das *villae*, ou a expansão no território de oratórios rupestres podem aumentar o conhecimento em relação à cristianização do ambiente rural durante a Antiguidade Tardia (Román, 2009: 125).

Os cemitérios ou necrópoles podem oferecer informação relacionada a uma povoação cuja coerência ou inter-relação se desconhece mas deve-se ser cauteloso porque nem todas as sepulturas definem uma realidade étnico-religiosa. Se uma inumação apresentar espólio e orientação canónica pode-se conseguir distinguir até que ponto estava patente o processo de aculturação dos indivíduos sepultados (Ripoll, 1989: 390).

A maioria das necrópoles visigodas, ou de época visigoda, situam-se perto de um caminho ou via de comunicação, próximas a uma linha de água e normalmente a alguma altura. Muitas encontram-se isoladas, o que não implica que num determinado momento da sua utilização não estivessem em lugares povoados (Ripoll, 1989: 402).

Em relação à organização das necrópoles, as sepulturas podem estar em grupos e ordenadas de uma maneira a formar passagens para circulação e espaços que poderiam em determinados casos serem considerados como locais de reunião (Ripoll, 1989: 405).

Nas necrópoles instaladas em âmbito eclesiástico as sepulturas ocupam todo o território externo e interno da estrutura arquitectónica, deixando normalmente livre a zona da abside onde se realizavam os ofícios. Nas basílicas de abside contraposta a abside ocidental pode estar ocupada por uma sepultura (Ripoll, 1989: 406-407).

Não podemos deixar de mencionar também a reutilização de sepulturas, considerada uma prática comum durante a Antiguidade Tardia, ligada a realidades tardo-romanas (Carmona, 1998: 173). A sucessiva reutilização de sepulturas corresponde, na maioria dos casos, a associações familiares (Barroso, López y Morín, 2006: 226).

Outras propostas associam a reutilização de um espaço funerário por distintos grupos, à colocação de restos de inumações anteriores sobre as tampas dos sepulcros, relacionando esta situação a uma mudança de comunidade (Carmona, 1998:174). Não estamos de acordo em relação a esta proposta já que o respeito pelos inumados é uma constante, sendo que as reutilizações devem ter sido fruto de outros factores e não devido à mudança de comunidade.

Em relação à reutilização de sepulturas, diversos investigadores realizaram alguns modelos para conseguirem classificar e deduzir o número de indivíduos depositados. Por exemplo, um acúmulo ósseo nos pés da sepultura pertence ao primeiro dos depositados e o indivíduo mais recente seria o que se encontraria posicionado. O crânio mantém-se na cabeceira da sepultura, supondo respeito para com a pessoa inumada (Carmona, 1998: 102).

No que diz respeito às orientações das sepulturas esta é uma área um pouco debatida, ao analisar os cemitérios da Antiguidade Tardia. Alguns investigadores afirmam que a orientação mais frequente durante a época tardo-romana é E-O, com a cabeça virada para E (Cerrillo, 1989: 96; Fuentes, 1989: 249; Román, 2009: 125), enquanto em época visigoda esta situação inverte-se sendo maioritário os inumados com a cabeça a oeste, evidenciando uma influência forânea (Carmona, 1998: 166; Román, 2009: 125).

A razão da mudança de orientação de E-O para O-E ainda não foi bem explicada, existindo uma certa aceitação generalizada por parte de diversos investigadores em relacionar a segunda orientação com a chegada do cristianismo, já que nesta posição o defunto encontrava-se a olhar para oriente, onde nasce o sol, o símbolo do renascer para uma nova vida (Méndez e Rascón, 1989: 172-173; Gamo, 1992: 13; Román, 2009: 125), ou com a Parusia (Román, 2009: 125).

Tanto o rito de inumação como a orientação das sepulturas, têm de ser considerados como critérios relativos, não sendo absolutos para provar a vinculação religiosa dos defuntos (Vizcaíno, 2011: 134).

15. Sítio - A cidade de Évora

Évora

No museu de Évora estão conservadas três peças arquitectónicas (capitel n° ME 18312, cancela n° ME 4120, pé de altar n° ME 18317) pertencentes a uma provável igreja visigótica que terá existido perto do templo romano, ao nível do actual museu e da Sé Catedral, uma vez que foram descobertas aquando das escavações no âmbito da remodelação do Museu de Évora (Wolfram, 2011: 171). Em 1996 durante a intervenção no museu de Évora pela empresa Arkhaios foi identificado um nível de grandes lajes de pedra em mármore, dispostas em alinhamento O-E. Uma destas pedras foi identificada como sendo uma laje de cancela visigótica e foram encontradas algumas cerâmicas tardo-romanas. Foi ainda encontrada uma laje de mármore com decoração de tipo visigótico, apresentando encaixes laterais para as cancelas desta época, sendo utilizada como tampa de uma sepultura. Os responsáveis pela intervenção descreveram a peça dizendo que era uma laje de mármore com decoração à base de círculos secantes e tangentes envolvendo botões e faixa com motivo ondulante envolvendo pequenas rosetas e apresentando encaixes laterais típicos para as cancelas desta época. Esta peça pode indicar a presença de uma basílica no local ou proximidade (Processo: n° 2.00.001.loc.8, DRCA, T. Hauschild, Ana Gonçalves, 1996).

Na intervenção de 1998, pela mesma empresa, existe uma referência à primeira fase de construção de uma estrutura de planta circular, ligeiramente ovalada, construída em pedra e com uma forma em perfil semelhante a uma “falsa cúpula” (Processo: n° 2.00.001.loc.8, DRCA, T. Hauschild, Ana Gonçalves, 1998).

Em 2008, aquando do acompanhamento da obra realizada no museu, foi identificado um bloco de mármore, aparelhado e com forma paralelepípedica, decorado com uma cruz em duas das suas faces, com uma provável cronologia do período visigótico. Pode tratar-se de um elemento decorativo que se inseria no espaço arquitectónico de um edifício deste período em que são características peças com decoração de contexto litúrgico (Processo: n° 2.00.001.loc.8, DRCA, Inês Simão, Sandra Brazuna, 2008; Simão e Brazuna, 2010: 78).

No que se refere à antiga igreja de S. Pedro, esta situa-se na actual Rua Diogo Cão, a ficha do Endovélico refere em 1998 que “os trabalhos arqueológicos realizados na antiga Igreja de São Pedro, uma das mais antigas paróquias da Cidade de Évora, que

no século XII servira de Igreja Templária, mas antes fora já ermida, vieram confirmar a antiguidade do edifício e a veracidade das fontes documentais escritas. Cedo foi alvo de remodelações, que lhe foram sucessivamente alterando a fisionomia original e culminaram no século passado com a dessacralização do local. Este antigo edifício não foi excepção ao hábito funerário de sepultar os mortos, traduzindo-se na reutilização e perturbação dos espaços já ocupados no seu interior. Foram detectados até ao momento três fases de enterramentos, correspondentes a períodos cronológicos distintos que vão do século VI ao XV.” Neste local pode situar-se o espaço funerário contíguo à igreja visigótica situado sob o actual Museu de Évora, 100 metros a Norte. A provável continuidade de ocupação entre estes dois pontos (a antiga igreja de S. Pedro e o actual Museu de Évora) foi confirmada pelo acompanhamento arqueológico realizado em 2002 no actual Largo Dom Miguel Portugal, onde foi encontrado um espaço funerário ininterrupto entre o período romano e medieval (Wolfram, 2011: 172). Estes dois espaços funerários podiam ainda ser independentes, sem ligação directa entre eles, mas a distância entre os dois muito provavelmente descarta esta hipótese.

16. Sítios Rurais Estudados

16.1. Monte da Pecena I

O sítio do Monte da Pecena I situa-se do ponto de vista administrativo no distrito de Évora, concelho de Portel e freguesia de Monte Trigo. Foi intervencionado entre Setembro e Outubro de 2007 pela empresa de arqueologia Crivarque, Lda., no âmbito dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural, do projecto de implementação do Aproveitamento Hidroagrícola de Monte Novo – Bloco 4 (Martins, et al, 2014: 289).

Neste sítio foram escavadas 4 sepulturas que passamos a descrever em seguida:

Sepultura 1

Num primeiro momento foi aberta no substrato xistoso uma cova de formato rectangular, orientada Oeste-Este, com cerca de 45cm de profundidade, tendo como dimensões 2,30m de comprimento por 0,80m de largura máxima. Posteriormente foi construída ao redor das paredes uma sucessão de camadas de tijolos maciços, blocos

pétreos e material de construção, estruturados sem qualquer tipo de argamassa a ligá-los. Não apresentava qualquer tipo de material a cobrir o fundo, sendo este assim constituído apenas pelo substrato geológico. A cabeceira encontrava-se especialmente bem estruturada, mostrando uma escolha cuidadosa dos materiais de construção, que se enquadravam perfeitamente nas dimensões existentes. A cobertura era constituída por 3 grandes lajes de xisto afeiçoadas, mais 2 de formato rectangular mais pequenas junto dos pés, tendo a meio dois tijolos de grandes dimensões. Na zona lateral e entre as lajes, os espaços encontravam-se colmatados com material de construção de dimensões mais reduzidas (Martins et al, 2014: 289-290).

Sepultura 2

Num primeiro momento foi aberta no substrato xistoso uma cova de formato rectangular, orientada Oeste-Este, com cerca de 35cm de profundidade, tendo como dimensões 2m de comprimento por 0,70m de largura máxima. Posteriormente foi construída em redor das paredes uma sucessão de camadas ou níveis de tijolos maciços e material de construção cerâmico, sem qualquer argamassa. Encontravam-se assim colocados nas paredes laterais enquanto na zona da cabeceira e dos pés existia apenas um grande tijolo quadrangular colocado ao alto. Não tinha qualquer tipo de material a cobrir o fundo, sendo este assim constituído apenas pelo substrato geológico. A cobertura encontrava-se parcialmente destruída, conservando apenas duas grandes lajes rectangulares de xisto e um tijolo quadrangular de grandes dimensões (Martins et al, 2014: 290).

Sepultura 3

Esta sepultura verificou-se estar muito destruída, conservando-se apenas uma única fiada de material de construção delimitando a estrutura da sepultura. Num primeiro momento foi aberta no substrato xistoso uma cova de formato rectangular, orientada Oeste-Este, com cerca de 15cm de profundidade, tendo como dimensões 2m de comprimento por 0,90m de largura máxima. Posteriormente foi construída ao redor das paredes uma camada de tijolos maciços. Encontravam-se assim juntos nas paredes laterais enquanto na zona da cabeceira existia apenas um grande tijolo quadrangular colocado horizontalmente, sendo que nos pés estava colocado ao alto. Não apresentava qualquer tipo de material a cobrir o fundo, sendo este assim constituído apenas pelo substrato geológico (Martins et al, 2014: 290).

Sepultura 4

A sepultura 4 encontrava-se, tal como a sepultura 3, num estado de conservação muito deficiente. Num primeiro momento foi aberta no substrato xistoso uma cova de formato rectangular, orientada Oeste-Este, com cerca de 40cm de profundidade, tendo como dimensões 2m de comprimento por 0,80m de largura máxima. Posteriormente foi construída ao redor das paredes uma camada com recurso a tijolos maciços, blocos pétreos de diversas dimensões e morfologias e lajes rectangulares de xisto. Na cabeceira e na zona dos pés foram colocadas duas grandes lajes de xisto ao alto. Não apresentava qualquer tipo de material a cobrir o fundo, sendo este assim constituído apenas pelo substrato geológico. Esta sepultura não apresentava qualquer tipo de cobertura, desconhecendo-se assim se seria esta a sua estrutura original ou se esta foi removida pelos trabalhos agrícolas levando à destruição parcial da sepultura. A disposição caótica dos materiais de pequenas dimensões revelam provavelmente uma acção pós-deposicional relacionada com trabalhos agrícolas (Martins et al, 2014: 291).

Nenhuma sepultura cortava ou se encostava a outra, não havendo assim sobreposições de estruturas ou remodelações do espaço da necrópole. Tipologicamente são de formato rectangular, de dimensões distintas, mas todas apresentam os mesmos materiais de construção. Apenas a sepultura 4 apresentava também alguns blocos de granito na estrutura. Foram ainda identificados vários fragmentos de *tegulae*, e alguns tijolos apresentavam linhas paralelas ou marcas de pegadas de cão e gato, que seguramente foram realizadas num momento anterior à cozedura das peças, sendo relativamente frequentes em contextos romanos. Não existia qualquer tipo de espólio arqueológico associado, nem vestígios osteológicos, encontrando-se as sepulturas vazias, apesar de não terem sido violadas ou vandalizadas em períodos posteriores à sua utilização. (Martins et al, 2014: 291). Tipologicamente as sepulturas enquadram-se numa cronologia entre o V d. C. e o VII d. C.

16.2. Cabida da Raposa 2

O sítio Cabida da Raposa 2 situa-se do ponto de vista administrativo no distrito de Évora, concelho de Évora e freguesia de São Manços. Foi intervencionado entre Setembro e Outubro de 2007 pela empresa de arqueologia Crivarque, Lda., no âmbito dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural, do projecto de

implementação do Aproveitamento Hidroagrícola de Monte Novo – Bloco 4 (Martins et al, 2014: 289 e 292).

Numa sondagem foi identificada uma estrutura que foi caracterizada como sepultura. Esta foi escavada no substrato geológico e posteriormente delimitada com fragmentos de grande dimensão de talhas que constituíam assim, a estrutura rectangular da própria sepultura. Não foi identificado espólio osteológico. No sedimento que se encontrava no interior da estrutura foram recolhidos fragmentos de paredes de talhas que possivelmente fariam também parte da própria estrutura. Ainda nesta mesma camada foi recolhido um fragmento de bordo de pote, de cerâmica comum, sem decoração, que poderá corresponder ao espólio directamente associado à sepultura. Tipologicamente trata-se de uma forma fechada, com um bojo ovóide e bordo simples voltado para fora. Encontra paralelos tipológicos no espólio de outras necrópoles do Alto Alentejo (Nolen, 1985, 118), sendo porém o pote da Cabida da Raposa 2 de cronologia mais recente (Martins et al, 2014: 292).

Tipologicamente trata-se assim de uma sepultura em caixa, constituída quer nas paredes laterais como na cabeceira por grandes fragmentos de formato rectangular e quadrangular de talhas, desconhecendo-se como seria a cobertura. Estes fragmentos assentavam directamente sobre o substrato geológico, fazendo assim a caixa rectangular da sepultura. A elevada quantidade de cerâmica de construção e talhas dispersos à superfície do terreno que foram identificados na intervenção, poderão por um lado fazer certamente parte da estrutura identificada, e por outro corresponder a outra(s) estrutura(s) que foram revolvidas pelos trabalhos agrícolas, visto se encontrarem numa cota superior (Martins et al, 2014: 292). Segundo a tipologia, e devido ao facto da sepultura não apresentar espólio arqueológico ou osteológico, esta enquadra-se numa cronologia entre o V d. C. e o VII d. C.

16.3. S. Miguel da Mota

Na encosta Nascente do outeiro de S. Miguel da Mota, que se localiza a 4 km a norte de Terena e a norte da ribeira de Luciféce, encontra-se o santuário romano da divindade indígena *Endovellicus*, cujo grande conjunto epigráfico composto por mais de 80 peças foi dado a conhecer desde as explorações de José Leite de Vasconcelos em 1890 (Wolfram, 2011: 170).

Este sítio é conhecido desde o século XVI, quando André de Resende o menciona (Resende, 1593; Schattner et al, 2005: 896), destacando a grande quantidade de material romano reutilizado na construção da capela de São Miguel. Tratam-se maioritariamente de altares, pedestais para estátuas e de fragmentos escultóricos (Schattner et al, 2005: 896).

Segundo Mélanie Wolfram no topo da crista deste outeiro foi construída em tempos remotos, talvez no período visigótico ou moçárabe, uma ermida dedicada ao arcanjo S. Miguel, utilizando dezenas de epígrafes e esculturas romanas na sua construção (Wolfram, 2011: 170).

O sítio foi parcialmente escavado em 2002 (Guerra et al, 2003) a fim de contextualizar este culto e entender a cronologia da utilização do local. Nenhuma estrutura de tipo templo foi encontrada sob a ermida, terá antes sido, segundo os arqueólogos responsáveis pela intervenção, um “santuário de terraços” (Guerra et al., 2003) na encosta a nascente que foi frequentado desde o séc. I d.C. ao início do séc. III d.C., havendo no entanto indicadores datando do século IV-VI no topo do monte (Wolfram, 2011: 170).

As escavações de 2002 revelaram sob o pavimento da ermida várias sepulturas de inumação sem espólio que não dão indicações suficientes para se lhes atribuir uma cronologia certa. Segundo os arqueólogos responsáveis pela intervenção, por falta de elementos de cronologia segura, não é possível saber se teriam pertencido a uma fase de ocupação anterior à ermida de S. Miguel ou a um momento antigo da existência deste templo cristão (Guerra et al. 2003). As suas características são no entanto cristãs, excluindo um período de cronologia islâmica. Os escassos artefactos do século IV até ao VI d.C. que foram encontrados fora do contexto em S. Miguel da Mota apareceram unicamente no topo do monte e em níveis inferiores aos pavimentos da ermida ou no nível de entulho, remexido em 1890 por José Leite de Vasconcelos. Não deixa assim ser interessante saber que foram achados um bordo de prato com parede recta em TSCI D, forma Hayes 61 (séc. IV-V) e um fragmento de lucerna “Africana Clássica” datável entre o séc. IV e VI (Guerra et al. 2003: 456). De acordo com os arqueólogos a UE24 pode tratar-se do resíduo de uma ocupação antiga, de época tardo-romana (Guerra et al. 2003: 453), que forneceu um bico fundeiro de uma ânfora de fabrico lusitano (Almagro 51c), um anel de bronze com decoração reticulada desenhada a buril e um bronze de

tipo *Victoriae DD*, provavelmente de Constâncio II (Guerra et al. 2003: 453, Wolfram, 2011: 170).

Em S. Miguel da Mota foram ainda encontrados quatro elementos arquitectónicos com características únicas, comparando com outros descobertos no território lusitano. Estas são: uma placa de cancela com *chrismon* (Wrench, 2008: 399; Wolfram, 2011: 85), uma placa de cancela com coluna e ave (Wrench, 2008: 402; Wolfram, 2011: 85), uma pilastra embutida no muro do Castelo de Alandroal (Wrench, 2008: 405; Wolfram, 2011: 85) e um friso com motivo em espinha (Wrench, 2008: 407; Wolfram, 2011: 85).

Provavelmente a peça mais emblemática deste pequeno conjunto é a placa com *chrismon* (Wrench, 2008: 399; Vidal Álvarez, 2005: C62210; Wolfram, 2011: 85). Existem muitos paralelos no resto da Península Ibérica para esta temática de placas ou nichos decorados com *chrismon* elaborados, como por exemplo em Mérida numa placa tripartida conservada no M.A.N. de Madrid (Vidal Álvarez, 2005: 206-207, C-45; Wolfram, 2011: 85), numa placa-nicho provinda de Córdoba (RST: 27, fig. 13) ou numa cancela de Salvatierra de Tormes em Salamanca (Vidal Álvarez, 2005: C68; Wolfram, 2011: 85). Os pássaros encontram paralelos numa pilastra em Badajoz (Vidal Álvarez, 2005: C37; Wolfram, 2011: 85) e Cáceres (Vidal Álvarez, 2005: C59; Wolfram, 2011: 85).

O paralelo mais directo para a placa do Alandroal é uma placa fragmentada achada a uns 100m da actual ermida del Cristo de la Veja, na Veja Baja em Toledo (RST:109, n.º2; Wolfram, 2011: 85). A composição destas duas peças é quase idêntica, com a diferença da própria cruz de S. Miguel da Mota ter pormenores mais próximos das peças de Mérida e Córdoba e da placa de Toledo ter mais motivos decorativos em torno. A peça do Alandroal apresenta um trabalho escultórico mais simples, apesar da presença de duas aves a ladear a cruz. As tranças de duas pontas foram simplesmente incisas como se fossem inacabadas. A peça de S. Miguel da Mota parece assim um sincretismo entre vários grupos escultóricos, inspirando-se em modelos emeritenses, toledanos mas com um trabalho da pedra mais parecido com o grupo escultórico de Beja (Wolfram, 2011: 85).

A placa com frontão e ave (Wrench, 2008: 402; Wolfram, 2011: 85), decorada pela mesma “trança esquemática” e pela mesma ave do que a peça anterior, tem paralelos variados em cancelas de Mérida (Wrench, 2008: 403; Wolfram, 2011: 85).

Existe uma peça pagã com características escultóricas muito semelhantes à placa de S. Miguel da Mota (colunelo e capitel com volutas, frontão estriado). Trata-se de uma peça dedicada ao culto da Lua encontrada em Mérida (Ramírez Sádaba e Mateos Cruz, 2000: n.º 163; Wolfram, 2011: 85). Alguns investigadores datam-na do séc. VI a VII, outros do século IV (Ramírez Sádaba e Mateos Cruz, 2000: 206; Wolfram, 2011: 85).

16.4. Silveirona

A necrópole da Silveirona pode dividir-se, segundo Mélanie Cunha, em Silveirona I, para a época romana, e Silveirona II, para o período tardo-romano e Antiguidade Tardia. Para o nosso estudo interessa-nos a necrópole da Silveirona II já que esta corresponde à cronologia que nos propusemos a estudar, sendo que não podemos deixar de referir que a Silveirona II está sobre e perfura as estruturas da I. As necrópoles, romana e paleocristã, da Silveirona localizam-se no concelho de Estremoz, Alentejo Central, a escassos metros da villa da Coelha, identificada mas não escavada por Manuel Heleno. A necrópole tardo-antiga da Silveirona II situa-se a 300 metros da necrópole romana.

Relativamente ao conjunto paleocristão da Silveirona II existem quatro cadernos de campo de Manuel Heleno, uma planta do cemitério desenhada, provavelmente, em 1934, pelo desenhador do Museu Francisco Valença (Biblioteca do M.N.A), mais de cem fotografias tiradas pelo arqueólogo, inscrições epigráficas datadas da primeira metade do século VI d.C. e pouco material arqueológico composto por cerâmica e metal (Cunha, 2007: 679).

Os cadernos de Manuel Heleno constituem um elemento imprescindível para o estudo desta necrópole, segundo o próprio “O cemitério abrange uma área em forma de ovalo com os eixos de 33m e 30m, respectivamente orientados o primeiro (maior) de SW para NE, o menor de NW para SE. Toda a metade limitada pelo eixo maior SW-NE, isto é, a metade para NW foi destruída” (Heleno, 1934 em Fabião et al, 2008: 39).

Parte da área abrangida pela necrópole e alguns dos túmulos, terão sofrido forte devastação ou sido mesmo destruídos, resultado das práticas agrícolas e de ações de vandalismo, segundo descreve o próprio Manuel Heleno: “[...] Tendo visitado o local, que é designado pelo nome [...] especial de “Currealinho”, verifiquei [...] vandalismo [...] com grandes prejuízos científicos. Tinha destruído metade do cemitério, com mais de 50 sepulturas e com desenas de crâneos que foram quebrados e enterrados. [...] a metade

para NW foi destruída e nela se encontraram as sepulturas citadas, cobertas por vezes ou constituídas por inscrições romanas ou visigóticas [...]” (Heleno 1934: Caderno n.º 1 em Arezes, 2014: 358).

A relação espacial entre os dois núcleos funerários está bem documentada e provada, mas, segundo as descrições dos Cadernos de Campo, estariam separados por trezentos metros podendo apontar para dois núcleos separados. No entanto, a datação tardia de algumas sepulturas do núcleo romano aponta para um possível deslizamento gradual de um núcleo para o outro (Cunha, 2007: 679). Nas imediações da Silveirona, sondagens levadas a cabo no Monte da Coelha revelaram os alicerces de uma construção que continha pavimentos musivos, que Manuel Heleno interpretou como parte do que teria sido uma *villa* romana (Cunha 2008: 28; Arezes, 2014: 353)

Graças à planta de Francisco Valença, a parte escavada da Silveirona II está bem documentada. Este núcleo funerário instalou-se num espaço previamente ocupado e abandonado por volta do século IV d.C.. É composto por trinta e cinco sepulturas de forma trapezoidal; são todas de inumação, excepto duas, com enterramentos simples e colectivos. As sepulturas organizam-se à volta das estruturas arquitectónicas prévias que se tornaram provavelmente em *martyria* ou túmulos venerados no século VI. A construção das sepulturas é mais complexa e compõe-se essencialmente por caixas em lajes de pedras, por vezes reutilizadas. Também são utilizados tijolos e pedras ligadas a barro e todas são cobertas por uma ou mais lajes horizontais, na maior parte das estruturas os corpos eram depositados sobre o terreno natural, xistoso (Cunha, 2007: 679; Arezes, 2014: 361; Carneiro, 2014: 232). Dois sarcófagos monolíticos fazem parte deste conjunto. O espólio funerário é raro e compõe-se por vezes de objectos de adorno e pouca cerâmica. Um aspecto interessante deste núcleo funerário são as placas epigráficas romanas reutilizadas e as inscrições paleocristãs maioritariamente datadas da primeira metade do século VI (Cunha, 2007: 679).

As inscrições paleocristãs encontradas *in situ* na Silveirona II, datadas de 513 a 544 mostram uma perda de sofisticação na sua realização, indicando-nos ainda que este espaço foi tumulado por uma comunidade extremamente numerosa e, julgando pela epigrafia, de elevado estatuto social. De facto, relativamente às placas funerárias romanas reutilizadas numa das sepulturas da Silveirona II, o trabalho escultórico nas lápides paleocristãs é rudimentar: as placas são de forma irregular e simplesmente alisadas na face epigrafada, as arestas não são trabalhadas e o campo epigráfico não é

assinalado, as letras são inscritas sem *ordinatio* prévia (Cunha, 2007: 681; Carneiro, 2014: 233).

O espólio funerário nas sepulturas da Silveirona II é quase inexistente, a bilha n.º 128 é a única, podendo fazer parte de uma das sepulturas, assim como elementos de adorno em liga de cobre, característicos de um período de influência germânica, em comparação com as sepulturas da Silveirona I que não continham este tipo de material (Cunha, 2007: 682; Carneiro, 2014: 234).

As inumações colectivas da Silveirona II são mais um aspecto interessante em comparação com as inumações simples da Silveirona I. Quase metade das sepulturas da Silveirona II contém esqueletos de pelo menos dois indivíduos, com ou sem redução prévia do esqueleto anterior, revelando assim um hábito comum de reutilizar as covas. Uma sepultura que reutilizou as placas epigráficas romanas é um bom exemplo: sepultou, no mínimo três indivíduos, chamados *Veranianus*, *Savianianus* e *Talassa*, num espaço de treze anos (Cunha, 2007: 682). A repetida reutilização de algumas câmaras não invalidou que, num conjunto de outras, se depositasse um único defunto: na área preservada do cemitério tardio de Silveirona, terão sido onze as sepulturas em que a condição de suposta individualidade na morte foi identificada (Arezes, 2014: 362).

16.5. Cortiçal

A necrópole do Cortiçal situa-se na Igrejinha, concelho de Arraiolos. A primeira vez que se tem conhecimento deste sítio é no periódico *Folha da Tarde* de 30 Setembro de 1901 (Arezes, 2014: 368).

As escavações decorreram entre os meses de Outubro e Dezembro de 1901. No contexto desta intervenção, em que Júlio César Garcia colaborou com Almeida Carvalhais, foi descoberto muito material metálico, cerâmico vítreo e osteológico (Vasconcelos 1915: 321; Arezes, 2014: 368).

No terceiro volume da obra “Religiões da Lusitânia”, ao enumerar os distintos tipos de sepulturas indicados para receber defuntos inumados, Leite de Vasconcelos refere a necrópole do Cortiçal, por nela se terem detectado três das tipologias conhecidas, mencionando também no interior de um dos sepulcros estava um prato com a inscrição, *CALANTANI*, entretanto associada à *civitas Calanticensium* (Vasconcelos 1913: 377, 1915: 190; Arezes, 2014: 369).

No que diz respeito aos túmulos da necrópole, Leite de Vasconcelos descreve-nos que eram “[...] covas simples, [...] covas forradas de paredes de pedra e de tijolos [...]”, a par de “[...] verdadeiras caixas feitas de lajes, de tijolos e de tegulas, a pino [...]” (Vasconcelos 1913: 377-378; Arezes, 2014: 369). Quanto aos fundos, por vezes, coincidem com o terreno natural, sendo que, noutras situações, eram recobertos por ladrilhos. Já no que diz respeito à preparação das coberturas, recorreu-se fundamentalmente à utilização de lajes e *tegulae*. Num dos casos a tampa foi estruturada com base em tijolos dispostos em camadas e suportados por quatro barras de ferro (Vasconcelos 1913: 378; Arezes, 2014: 369). De acordo com as notas tomadas por Almeida Carvalhais, nesta sepultura de lajes e onde figuravam os referidos ferros de sustentação, encontrava-se depositado o esqueleto praticamente completo de um indivíduo do sexo masculino, que se julgou ser já idoso e que surgia acompanhado de um pote (Arezes, 2014: 369). Cronologicamente a maioria dos objectos pertence à realidade funerária romana. No entanto, o Cortiçal terá sido também lugar de um número de enterramentos realizados em período tardio. Assim o provam algumas das peças, cuja datação e enquadramento cultural diferem do universo que se afigura predominante na necrópole (Arezes, 2014: 370).

Existem lacunas nos diversos aspectos que permitem caracterizar esta necrópole, desconhece-se a organização das sepulturas, a orientação das estruturas de inumação, de que modo se posicionavam os defuntos no seu interior ou se as câmaras teriam sido sujeitas a reutilização (Arezes, 2014: 370).

16.6. São Geraldo

A necrópole de São Geraldo situa-se no concelho de Montemor-o-Novo. Leite de Vasconcelos foi o primeiro a mencionar este sítio ao reclassificar como visigóticos vestígios resgatados em Cascais aludindo a um cemitério localizado em Montemor-o-Novo, embora sem especificar qual a necrópole, tudo leva a crer que corresponderá a São Geraldo. Este sítio foi explorado por Almeida Carvalhais, tal como o de Cortiçal (Vasconcelos 1906: 325-326; Arezes, 2014: 370).

Relativamente aos materiais, as informações são escassas. Leite de Vasconcelos qualifica-os de modestos, mas não chega a descreve-los (Vasconcelos 1913: 583; Arezes, 2014: 371). Posteriormente menciona dois vasos cerâmicos e uma fivela de cinturão (Vasconcelos 1915: 193; Arezes, 2014: 371).

Em meados dos anos 50, e a propósito da inventariação das estações intervencionadas por funcionários do Museu Etnológico ou pelo próprio Leite de Vasconcelos, Manuel Heleno menciona a necrópole de São Geraldo (Heleno 1956: 222; Arezes, 2014: 371). Nos anos 60, D. Fernando de Almeida e Pere de Palol i Salellas, mantiveram a classificação vigente para São Geraldo, e a sua integração na esfera dos sítios peninsulares tardios (Almeida, 1962: 246; Palol i Salellas 1966: 34; Arezes, 2014: 371). Já perto do final da década de 80, em trabalho dedicado às sepulturas medievais, Mário Barroca chamava a atenção para a escassez de dados para várias das necrópoles deste período, fornecendo o exemplo de São Geraldo como um dos casos em que, além da vaga indicação que diz respeito à sua implantação geográfica, muito pouco se sabe (Barroca 1987: 77; Arezes, 2014: 371).

16.7. Monte Musgos 7

Este sítio situa-se na freguesia de Monte do Trigo, a oito quilómetros a Norte de Portel. Numa pequena elevação efectuou-se um total de onze sondagens de diagnóstico, registando-se apenas uma sepultura de inumação, escavada na rocha, de um indivíduo do sexo masculino, o qual foi sepultado vestido, como se pode concluir a partir de uma fivela de ferro classificada como reniforme e à qual se atribuiu uma cronologia entre os séculos V e VII (sécs. V-VII) (Faria, 2002: 143; Wolfram, 2011: 177; Arezes, 2014: 373-374). As peças com configuração reniforme denotam influxos de cariz mediterrânico e bizantino, que se disseminam pela Península fundamentalmente no século VII (Ripoll López 1998: 129; Arezes, 2014: 374). O autor desta escavação supõe no entanto que este enterramento fará parte de “uma necrópole muito mais vasta” de época visigótica (Wolfram, 2011: 177), situação que só se poderá confirmar com a realização de mais trabalhos de campo.

16.8. Pego do Lobo de Lá

Este sítio localiza-se na freguesia de Monte do Trigo. É composto por uma zona habitacional de época romana e por uma necrópole na encosta poente. Esta é composta por 29 sepulturas que não se enquadram cronologicamente no período romano, mas sim no da Antiguidade Tardia, com mais de três dezenas de sepulturas identificadas, constituídas por lajes de xisto e *imbrices*, *tegulae* e lateres romanos reaproveitados da zona habitacional referida (Faria, 2002: 144; Wolfram, 2011: 177).

Encontrou-se algum mobiliário fúnebre mas a única indicação que se tem é a de brincos. Das 29 sepulturas, duas (sepultura 10 e 6) tinham a particularidade de ter os corpos depositados ao contrário do modelo cristão (com a cabeça para este e não para oeste), mas a grande maioria parece seguir o modelo ortodoxo. Desta forma o autor crê na existência próxima de uma igreja/basílica edificada no interior deste espaço ou então edificada na sua proximidade (Faria, 2002: 144; Wolfram, 2011: 177).

16.9. Cruzeiro de S. Brás dos Matos

Este cruzeiro é composto por uma base alta, com uma altura que varia entre 71 e 83cm de altura, com um pequeno degrau de cerca de 20cm, no qual está embebida a referida peça, da qual se conseguem ver os 68cm superiores; do topo escavado da peça parte uma cruz em pedra com 202cm de altura, totalizando um monumento com cerca de 3,7m de altura, é feito em mármore da região de Borba. Tem uma altura de 68cm e apresenta lateral e alternadamente, as dimensões de 28 e 31cm (Correia, 1995: 495).

Apresenta cruzeiros patadas em todas as suas faces mas, numa delas, a que está virada para o templo (31 x 68cm), apresenta uma possível incrustação de pedraria, ao centro da cruz desenha-se um pequeno botão com um elemento floral estilizado, a zona do capitel apresenta um sistema de folículos, numa das faces, por detrás, é visível que a peça se encontra um pouco deteriorada. Pequenas falhas na argamassa que une a peça à base do monumento permitem constatar que a peça está parcialmente ocultada (Correia, 1995: 495).

16.10. Castelo de Juromenha

Numa das torres da face norte, diferente das outras em termos de alguns materiais e dimensões, encontram-se três peças decoradas. São peças que se encontram na metade superior da face principal da torre, viradas sensivelmente a Norte (Correia, 1995: 493-494).

Uma das peças é uma imposta em mármore da região de Borba-Estremoz que apresenta na sua face visível decoração à base de trifólios, para além de uma zona tosca que se deveria integrar dentro da parede para que originalmente foi concebida. A face que seria a principal e que se encontra embebida na parede da torre deixa ver o arranque de decoração à base de elementos arqueados (Correia, 1995: 494).

Outra peça que faz parte do aparelho construtivo da torre é um fragmento de friso em calcário ou mármore, acinzentado, semelhante a alguns mármores da região de Borba. Apresenta decoração à base de uma trança, definindo uma área sensivelmente oval que contém um elemento decorativo mal definido que poderia ter sido um botão ou uma pequena roseta (Correia, 1995: 494).

Por último, na parede da torre está um pé de altar em mármore do tipo de Borba-Estremoz. É uma peça com uma secção quase quadrangular, na torre foi colocada em posição horizontal. A única face visível apresenta uma cruz patada com botão ao centro, envolto por decoração encordoada; a zona do capitel encontra-se fragmentada, aparentando ter dois sistemas de folículos, a base apresenta decoração de inspiração clássica, muito simples, com uma escócia nítida. É visível, sob a base decorada, a parte da peça que deveria embeber-se no chão (Correia, 1995: 494).

16.11. Ribeira do Matoso II

Entre 2001 e 2004 foram achadas estruturas de habitação compostas por seis compartimentos no sítio da Ribeira do Matoso II na freguesia de N^a S^a da Vila, a este da Barragem dos Minutos e do Cerro do Godelo. Esta área habitacional encontrava-se delimitada por uma linha que corresponde ao talude, separando-a da necrópole situada junto à ribeira do Matoso. Aqui foram identificadas duas sepulturas, ambas com orientação Este-Oeste, sendo que apenas na primeira sepultura se registou a presença de espólio, um jarro trilobado em cerâmica comum. A presença deste jarro, tal como na Fonte da Senhora (Montemor) e na Silveirona (Estremoz), assim como a orientação das sepulturas, podem indicar a presença de uma necrópole tardo-romana cristianizada (Wolfram, 2011: 175-176).

16.12. Fonte da Senhora 7

O sítio da Fonte da Senhora 7 situa-se a menos de dois quilómetros a sul do sítio da Ribeira do Matoso II, perto do Monte da Azinheira (Wolfram, 2011: 176).

Em 2001 foi encontrado um conjunto de 15 sepulturas escavadas na rocha, sendo que de 2 se conservava apenas a fossa de implantação e de outras 2 a estrutura interna (Jorge, 2002, 2003: 82; Wolfram, 2011: 176). Existe uma sepultura em que se registou uma reutilização funerária, sendo que as restantes representam um único momento de enterramento. O interior de cada sepultura encontrava-se preenchido por dois depósitos,

separados por um interface de utilização correspondente à superfície de deposição das oferendas (Jorge, 2003: 82).

Em relação à sepultura que apresenta reutilização, a primeira utilização está documentada pela fossa de implantação escavada na rocha, e por dois depósitos de enchimento separados por um interface de utilização. O segundo momento de utilização implicou a construção de uma pequena estrutura sub-rectangular, da qual se conservavam dois blocos paralelepípedicos, dispostos em cutelo. Apesar do estado da sepultura não ter permitido recuperar com precisão a sua arquitectura, a presença de um recipiente de cerâmica muito fragmentado aponta para uma segunda deposição funerária ou para uma reelaboração da sepultura (Jorge, 2003: 82).

Das 15 sepulturas identificadas, 10 continham espólio funerário, sempre no interior da sepultura. As oferendas, em grande parte, foram colocadas nas extremidades ou junto às paredes dos sepulcros. Nos casos em que o espólio ritual era constituído por um único objecto este localizava-se junto à cabeceira, sempre tombado para o interior. No caso de múltiplas oferendas funerárias, a distribuição dos objectos seguia organizações diversas. Numa sepultura as oferendas tinham sido colocadas nos pés e junto às duas paredes laterais da fossa, no entanto noutra sepultura três recipientes cerâmicos encontravam-se juntos e alinhados, encostados à parede lateral da fossa, próximos da extremidade Sul, correspondendo provavelmente à cabeceira. (Jorge, 2003: 83-84).

Numa sepultura devido à destruição de grande parte da estrutura tumular não foi possível determinar com rigor o padrão das oferendas, embora se tenha conseguido determinar que os recipientes se concentravam junto à parede Norte da fossa. Duas das sepulturas continham um espólio numeroso e diversificado, concentrando-se este, em ambos os casos, junto a uma ou a ambas as extremidades da fossa tumular, sendo que alguns dos recipientes de uma das sepulturas surgem no centro do espaço sepulcral. Estas sepulturas caracterizam-se ainda pela presença de um numeroso conjunto de pregos de grandes dimensões, dispostos ao longo das paredes das fossas e definindo um perímetro rectangular. A sobreposição de três pregos nos cantos da extremidade Oeste de uma das sepulturas contribuiu para comprovar a existência de um caixão de madeira (Jorge, 2003: 84).

As características desta necrópole situam-na no século IV segundo o tipo de construção e espólio funerário, no entanto a autora da intervenção considera seis destas

sepulturas como podendo ser visigóticas (Jorge, 2002: 95; Wolfram, 2011: 176). Estas têm uma orientação nascente-poente, mas existe uma série de variações em relação às épocas do ano em que foram construídas as sepulturas. Uma construção em caixa de lajes ou cerâmica de construção e o espólio compunham-se de uma peça cerâmica comum colocada à cabeceira, por vezes acompanhada por escassos objectos metálicos. Apesar da autora referir que a ausência de elementos associáveis a ambientes de filiação cultural cristã não deixa de ser significativa, a tendência para uma orientação E-W poderá ser um indício de cristianização (Jorge, 2002: 95, 2003: 91; Wolfram, 2011: 176).

16.13. Monte dos Currais 1

No sítio do Monte dos Currais 1 na freguesia do Corval, Reguengos de Monsaraz, foi intervencionada, entre 1998 e 1999, uma estrutura habitacional implantada numa suave encosta com afloramento de granodiorito, na margem da Ribeira do Álamo. Num destes afloramentos com cerca de 10m² foram escavadas duas sepulturas, de um adulto e de uma criança. Estas sepulturas são de planta rectangular e têm os topos ligeiramente arredondados e com rebaixamento destinado a receber uma tampa. O espólio encontrado é escasso e corresponde em grande parte a fragmentos de carvões, de vidro verde e uma bilha. Este sítio parece consistir num conjunto tumular e uma casa de habitação. Os vestígios cerâmicos apresentam semelhanças com a cerâmica tardo-romana/visigótica, podendo tratar-se de um local cristianizado durante este período. (Wolfram, 2011: 180-181).

16.14. Ermida de Santa Catarina

Esta ermida localiza-se no sítio do Outeiro da Forca, a 800 m da localidade do Telheiro que se encontra no raio de visão da ermida, a poucos quilómetros a norte de Monsaraz. É composta por um espaço de planta hexagonal com aspecto acastelado, atribuído ao século XIII, e um corpo rectangular a ele adossado provavelmente construído durante os séculos XVI ou XVII (Wolfram, 2011: 181).

Em 1991 foram efectuados trabalhos de conservação e restauro devido à violação da porta de entrada e de dois *tumuli* no interior, realizando uma limpeza destas sepulturas. O primeiro túmulo era constituído por um sarcófago de mármore onde se conservavam ossos de dois indivíduos. O segundo, adossado à parede do lado norte do

corpo da ermida, era escavado no substrato rochoso e revestido de aparelho de xisto. A limpeza revelou um terceiro túmulo, paralelo a este. Do lado oriental destes dois últimos túmulos, ou seja mais próximo do edifício hexagonal do século XIII, detectou-se um pavimento de *opus signinum*, contendo uma grande quantidade de cal, típico das construções tardo-romanas e paleocristãs. Na cabeceira da ermida, uma pequena sondagem pôs a descoberto um outro muro, em arco, com aparelho idêntico (Wolfram, 2011: 182).

16.15. Igreja de Vera Cruz de Marmelar

A freguesia de Vera Cruz de Marmelar encontra-se na serra do Mendro, entre Portel e Marmelar. No topo da aldeia localiza-se uma grande igreja cujas últimas obras remontam ao século XVII, tendo no entanto origens de época provavelmente visigótica, apesar de nunca terem sido realizadas escavações no local (Fernandes, 2009: 257; Wolfram, 2011: 179-180). As fontes documentais mais antigas datam do século XIII, quando a Ordem dos Hospitalários fundou a aldeia em 1240 e terão promovido a conversão do edifício cristão em mosteiro, cujas ruínas monumentais se avistam ainda hoje atrás da igreja, na parte oriental. No entanto, nenhuma referência documental menciona o edifício anterior e, uma vez que não existem dados arqueológicos, os critérios de datação para os elementos arquitectónicos existentes na cabeceira desta igreja divergem, dependendo da interpretação de cada investigador (Wolfram, 2011: 180).

O aparelho construtivo da abside é constituído por grandes silhares em *opus quadratum*, ainda visíveis nos primeiros três metros dos muros na parte exterior meridional da abside oriental. Este edifício tem embutido nas paredes dos absidiolos que flanqueiam a abside central um grande número de peças arquitectónicas cuja atribuição cronológica varia entre o período visigótico (Almeida, 1954; Schlunk e Hauschild, 1978; Almeida, 1986; Arbeiter, 1996; Wolfram, 2011: 180) e o período moçárabe (Real, 1995; Hoppe, 2000; Wolfram: 2011: 180). Existem igualmente dois frontões decorativos embutidos na parede externa da abside, em parte cobertos pela parede do mosteiro do século XIII (Wolfram, 2011: 180).

A Igreja de Vera Cruz de Marmelar é ainda conhecida por ser um dos melhores exemplos do culto de relíquias no território português. Neste local presta-se, ainda hoje em dia, culto ao Santo Lenho.

16.16. Herdade do Padrãozinho

Este sítio situa-se no actual concelho de Vila Viçosa. Foi um vasto conjunto de sepulturas intervencionadas (189 no total) e dadas a conhecer por Dias de Deus, Henrique Louro e Abel Viana (Deus, Louro e Viana, 1955: 570 e 577; Carneiro, 2014: 426) pertencentes a um “complexo conjunto de necrópoles”. Dois núcleos de sepulturas de inumação espacialmente distantes em 200 metros (necrópole nº 1 com 54 sepulturas, das quais apenas cinco com espólio, denunciando uma cronologia tardia, e nº 3, não intervencionada e com topos de sepulturas aflorando), e também dois conjuntos espacialmente próximos, com o rito de incineração, coberturas com lajes, com telhas ou com pedras sobre as urnas, sendo aparentemente uma ainda da Idade do Ferro (necrópole nº 2, com sete sepulturas); na necrópole nº 4 foram escavadas 128 sepulturas de incineração com grande diversidade formal (Carneiro, 2014: 426-427).

Destaca-se a grande quantidade de espólio, em especial de artefactos em metal. Desconhece-se o ponto de povoamento correlacionado, embora se mencione um local com “vestígios de cimentos de edifícios” onde existiriam silhares de granito e um capitel em mármore (Viana e Deus, 1955; Carneiro, 2014: 427).

Quanto à(s) necrópole(s), trata-se de um conjunto fulcral que merece reavaliação de modo a entender a longuíssima diacronia de um espaço funerário onde uma vasta comunidade se fez tumular (Carneiro, 2014: 427).

16.17. Mosteiros

Este sítio situa-se na margem direita da Ribeira de Oriola, a pouco mais de 1km a sudoeste da aldeia do mesmo nome, na freguesia de S. Bartolomeu do Outeiro. Com a construção da Barragem de Alvito parte deste sítio arqueológico ficou submerso. Este está enquadrado numa região conhecida pelos seus vestígios de época visigótica, sendo a igreja de Vera Cruz de Marmelar o mais conhecido (Alfenim e Lima, 1995: 463).

Em relação ao sítio, os vestígios ocupam uma área considerável, embora impossível de calcular por se encontrar parcialmente submersa, e cronologicamente vai desde o século II até ao início do período islâmico (Alfenim e Lima, 1995: 464).

Este sítio foi provavelmente uma *villa* do século II d.C. que tinha uma necrópole associada e que posteriormente foi cristianizada, tendo sido construído um edifício de culto cristão no século VI d.C. (Alfenim e Lima, 1995: 464).

Este edifício religioso foi alvo de várias escavações clandestinas durante os anos 1970 e 1980, o que levou a direcção do então IPPAR a fazer um levantamento das estruturas e realizar escavações em 1992 e 1995 (Wolfram, 2011: 178).

O monumento é de planta cruciforme, com uma abside semicircular em arco ligeiramente ultrapassado, um transepto com braços rectangulares e uma só nave. Um nártex precede a nave do lado ocidental não se sabendo se é ou não contemporâneo à nave da igreja, distinguindo-se no entanto com um pavimento diferente. O comprimento total da igreja é de 19,10m (com nártex), a largura máxima é de 13,60 m e as paredes têm em média 64cm de grossura. O aparelho de construção de todos os muros é irregular, elaborado maioritariamente por pedras de xisto ligadas com argamassa de cal, os pavimentos da igreja são de *opus signinum* grosseiro enquanto o pavimento do nártex é feito de tijolos colocados horizontalmente. Apesar do elevado nível de destruição dos mausoléus a oeste e este do transepto sul, os arqueólogos conseguiram identificar pavimentos de tijolos como no nártex. Na abside é visível a implantação da mesa de altar no centro, provavelmente fixa com um pé central, entrando-se para o interior da igreja pelo lado oeste, ou seja por uma passagem a oeste da referida antecâmara. Os braços do transepto também têm duas portas de acesso, a oeste e a este, sendo que o braço sul foi posteriormente acrescido de dois mausoléus, a oeste e a este, havendo assim passagem entre os mausoléus funerários e o braço do transepto. O mausoléu oeste tem 4,50m de comprimento, no sentido norte/sul, e 3,60m de largura, no sentido este/oeste, enquanto o mausoléu oriental possui 3,30m no sentido norte/sul e 3,90m no sentido este/oeste (Alfenim e Lima, 1995: 466-467; Utrero, 2009: 25; Feio, 2010: 81-82; Wolfram, 2011: 178).

Em 1992, além do grande número de peças de cerâmica comum e de armazenamento, de tipo *dolia*, surgiram sete fragmentos de peças arquitectónicas (de cancelas, outros indiferenciados, capitel, colunelo, base de coluna) cuja tipologia parece enquadrar-se no período visigótico (Wolfram, 2011: 178).

Em 1995 encontrou-se um fragmento de cruz vazada no interior da igreja. Várias sepulturas foram descobertas dentro e à volta da igreja. Uma no nártex, outra sepultura encostada ao muro oeste do transepto norte construída com fragmentos de telhas, tijolos e pedras miúdas onde foram inumados pelo menos dois indivíduos (redução do primeiro aos pés do segundo). Uma sepultura foi descoberta no interior do mausoléu a oeste do braço sul, assim como uma última sepultura de orientação N-S, enquanto as outras são

todas E-W. Esta última é de secção rectangular e com paredes de aparelho misto como a sepultura do mausoléu a oeste do transepto sul. Os arqueólogos responsáveis detectaram uma reutilização através de dois pavimentos no exterior da igreja, um de pedras de grandes dimensões e outro de tijoleira, propondo uma cronologia de ocupação no século VII e outra no século XIV, respectivamente (Wolfram, 2011: 178-179).

O estudo antropológico do quarto sarcófago visigótico foi realizado em 1995 mas não foi possível perceber o sítio exacto em que se encontrava, uma vez que foi descrito como encontrado junto à igreja. Um pequeno vaso foi descoberto junto à cabeceira (Wolfram, 2011: 179).

O túmulo era coberto por uma grande laje rectangular, apoiada por três barras metálicas, era constituído por uma caixa de mármore de forma rectangular, de 2m de comprimento e 50cm de largura, com uma profundidade aproximada de 60cm. Estava parcialmente cheio por terra de onde foram retirados alguns ossos humanos que produziram os seguintes dados: “Esqueleto nº1: foi o último indivíduo a ser inumado neste sarcófago visigótico. Foi deposto em posição de decúbito dorsal (...). Aparentemente o corpo foi enterrado após redução parcial do enterramento anterior e coberto de terra. (...) pode ver-se que no fundo da sepultura não houve redução completa dos membros inferiores do enterramento anterior, sendo o indivíduo nº1 simplesmente depositado sobre os restos do indivíduo anterior. (...) Indivíduo do sexo masculino entre 35 a 45 anos (...) relativamente são e que teve, a dada altura, um período de crescimento conturbado” (Wolfram, 2011: 179).

16.18. Tourega

A *villa* romana da Tourega situa-se cerca de 10 km a sul da cidade de Évora, na margem esquerda da ribeira de Valverde e a 100m a oeste da igreja paroquial de N^a S^a da Assunção da Tourega. Esta *villa* terá funcionado entre meados do século I e o terceiro quartel do século V (Viegas e Pinto, 2000: 355; Wolfram, 2011: 172).

A sua implantação perto ou sob uma igreja medieval é comum no território da Lusitânia, não constituindo assim provas para justificar uma continuidade de ocupação do sítio. Contudo, a cerca de 300 metros no montículo que domina a mesma igreja paroquial, para o lado nascente, existem as ruínas da capela de *Santa Comba* e *Inonimata*, mártires do hagiólogo lusitano, que a tradição sacrificou neste sítio no ano 305, durante o governo de Décio (Wolfram, 2011: 172).

Não existem hoje provas arqueológicas que comprovem o martírio, mas textos do século XVIII referem-se a S. Jordão como um dos lendários bispos de Eborá e às suas irmãs, Santa Comba e uma irmã anónima, como tendo sido presos, e segundo os textos do referido século, levados a uma “quinta de recreação, que tinha com hum magnifico Palacio, de que hoje se vem vestígios no lugar da Ourga, que ficam em duas legoas de distancia da Cidade de Evora, (...) os mandou degolar (...) Sepultaraõ-se em huma gruta, a que chamaõ hoje a Cova dos Martyres” (Aranha, 1761: 203; Wolfram, 2011: 172).

Existe, além desta capela, a 60m da ermida para o lado norte e na vertente da encosta, um antigo poço onde, segundo a crença popular, tombaram as cabeças degoladas de Santa Comba e sua anónima irmã, aparecendo no local, milagrosamente, a Fonte Santa, e a sua água passou a ser considerada excelente para várias doenças, sobretudo as dos olhos. E assim se fixou a chamada “Cova dos Mártires” ou “Cova de S. Jordão” (Wolfram, 2011: 172).

16.19. Igreja Paroquial de S. Manços

A Igreja Paroquial de S. Manços encontra-se a cerca de 20km de Évora, na povoação de S. Manços, no limite Oeste da mesma, junto à Ribeira de S. Manços, afluente da Ribeira da Azambuja. Este local é conhecido por estar associado aos acontecimentos da *Passio de S. Manços*.

Em 1987, no âmbito do processo de reabilitação e remodelação da Igreja Paroquial de S. Manços, a descoberta de construções em grandes silhares de granito no exterior da capela-mor, pelo Dr. Caetano de Mello Beirão, o então Director do Serviço Regional de Arqueologia do Sul, incentivou uma primeira campanha de escavações no exterior da Igreja, junto à Capela-mor, conseguindo-se localizar uma porta de arco adintelado e vários enterramentos (Maximino, 2010: 81).

Em 1988, após duas primeiras sondagens realizadas no ano anterior procedeu-se à abertura de outras duas sondagens, sendo que a primeira localizou-se no corpo central da Igreja, permitindo, avaliar o grau de conservação da parede Oeste do edifício romano e a profundidade atingida pelos enterramentos cristãos, e na segunda procedeu-se à picagem das paredes da capela-mor, colocando a descoberto a construção romana (Maximino, 2010: 81).

No nível estratigráfico correspondente à época romana foi associado algum espólio que possivelmente resultou da destruição do edifício romano: *tesselae*, *Terra Sigillata*, vidros, contas em pasta vítrea, fragmento em mármore branco que poderá ser de um sarcófago, fragmentos de mármore de revestimento, cerâmicas comuns e cerâmica de construção. Três dos enterramentos detectados nesta primeira unidade estratigráfica encontravam-se em posição de decúbito dorsal, com a cabeça orientada a nascente. Este facto pode indicar a possibilidade de se tratar de enterramentos islâmicos, de acordo com os exemplos que se têm detectado em Portugal. Porém, com menor probabilidade, este rito poderá indicar uma cronologia que corresponde à Alta Idade Média entre os séculos VIII-XI (Maximino, 2010: 82-83).

Em 1989 foram realizadas mais escavações, desta vez a 200m a NE da igreja paroquial, numa zona chamada Álamo da Horta, cujo relatório refere que “(...) o conjunto de muros encontrados (de excelente construção) definem o pátio de um pequeno templo rural, provido de tanque central e com toda a ala Norte coberta por um telhado, como se de um pórtico de tratasse. Este pátio teria sido, num segundo momento, coberto de mosaicos. Nada se sabe, nem das relações de simetria desta construção, nem da área onde estaria a *cella*. Provavelmente a partir do séc. VI esta zona foi utilizada como necrópole”. Estes dados puderam confirmar a presença romana, provavelmente, na forma de uma *villa* ou *vicus* que teria sido utilizado como espaço funerário em época visigótica (Wolfram, 2011: 173).

A igreja é também interessante devido ao aparelho monumental elaborado com silhares de granito na construção da abside, a nascente. D. Fernando de Almeida considera esta construção uma torre que serviria para guiar, de longe, os peregrinos (Wolfram, 2011: 174). A grande altura desta estrutura parece corroborar com o texto antigo que indica como a basílica de São Manços era visível de longe graças às suas torres e que era protegido por um recinto que continha três edifícios, a basílica, a igreja para catecúmenos e o baptistério (Fernández Caton, 1983: 163; Wolfram, 2011: 174).

Os relatórios das escavações confirmam que as estruturas romanas correspondem a um mausoléu romano, de cerca do séc. I d. C. de dimensões consideráveis, cerca de 11 x 13m, construído em *opus quadratum* de granito local, actualmente conservando os seus alçados numa média de 6 a 7m, em três dos seus lados, que formam o exterior da capela-mor da Igreja. Praticamente inalterado na sua estrutura básica, este mausoléu recebeu uma abóbada moderna, bem como

revestimentos e paramentos internos, que incluem pinturas a fresco de estilo maneirista, todos eles relacionados com a construção da igreja. As fases seguintes são de destruição da parede oeste do edifício romano e provável construção de uma nave de que não restam vestígios. As escavações e as fontes documentais disponíveis sugerem o séc. VII como datação para este momento. Todas as fases seguintes até ao período medieval indicam uma intensa utilização do espaço para enterramentos (Wolfram, 2011: 174).

É também importante referir a presença de canalizações romanas encontradas na Horta do Coelho, a menos de um quilómetro a sul de S. Manços (Perpétuo et al. 2007: 434-445; Wolfram, 2011: 175) que abasteceriam a zona de S. Manços. Os autores da intervenção acreditam que as remodelações observadas (reutilização do Canal 1, aplicando-lhe uma cobertura parcial em madeira) comprovam que estas canalizações teriam sido utilizadas ainda no período visigótico, no contexto das novas construções, e infra-estruturas que estas implicariam, no âmbito do culto ao santo (Wolfram, 2011: 175).

17. Sítios Prospectados

17.1. Almo 2

Coordenadas: X: 604743. Y: 4283684.

Altitude: 300msnm.

Perto de uma linha de água.

Descrição do sítio: Foi descoberta uma suposta sepultura construída em granito. Este sítio localiza-se a uma certa altura, perto de uma linha de água e de uma antiga via romana. A orientação da sepultura segue os cânones das estruturas funerárias da Antiguidade Tardia.

No local existe uma ampla mancha de dispersão de cerâmicas comuns romanas e épocas posteriores bem como *tegulae* e tijolos.

17.2. Cortiçal 1

Coordenadas: X 0598930. Y 4285623.

Altitude: 290 msnm.

Orientação das sepulturas: NW-SE.

Perto de uma linha de água.

Descrição do sítio: Foram contabilizadas um total de 7 sepulturas próximas umas das outras. Estavam construídas em rocha granítica, aproveitando o meio que as rodeava. Existe a possibilidade de existirem mais, mas, se for este o caso é provável que estejam por baixo de uma casa. Algumas das sepulturas têm forma rectangular, existe uma completa com as seguintes medidas: 0,8m de largura por 2,10m de comprimento. Devido ao facto do estado de conservação das outras não ser o melhor, optámos por simplesmente documenta-las numericamente e não tirar as respectivas medidas. Observámos que a sepultura que se encontra num estado de conservação mais favorável tem outra que a continua pela parte da cabeceira.

A única sepultura em que se documentou as medidas, possui uma laje na sua parte direita praticamente completa, e na sua parte esquerda uma série de pedras. Sendo assim, podemos afirmar que existe a possibilidade de que seja uma tipologia mista, o que não é uma anomalia nas sepulturas da Antiguidade Tardia no resto do território peninsular.

A escassez de materiais cerâmicos à superfície impede-nos de efectuar uma datação mais segura, mas devido à tipologia das diversas sepulturas encontradas neste sítio, podemos afirmar que se inserem no período da Antiguidade Tardia. Por isso, estas sepulturas podem-se situar cronologicamente entre os séculos VI-VIII. Justificamos a nossa afirmação com o que já foi referido anteriormente, e com outros elementos que são característicos como a tipologia, a direcção, a altitude e a proximidade a uma linha de água.

Por último, é importante referir, que esta é uma zona com vestígios arqueológicos que antecedem este período. Por exemplo, existe um fortim romano que dista aproximadamente uns 150-200 m das sepulturas e a possibilidade de um templo rural. Este último é um elemento importante já que as sepulturas podem ter cumprido uma função de cristianização de um espaço de culto pagão. Colocando outra hipótese, o

templo pode até ser um edifício de culto cristão (igreja ou basílica) e as sepulturas encontradas podem pertencer ao espaço funerário deste, sendo que é pouco provável até se poder confirmar com escavações. Um elemento que pode contribuir para esta interpretação é o facto de terem sido encontradas 2 bases de coluna, uma com 41cm de diâmetro e a outra com 58cm, sendo que estas poderiam ter pertencido a uma igreja, basílica, um templo pagão ou uma *villa*.

Cristão ou pagão, é provável que tenha sido um templo devido ao facto de se terem produzido 2 elementos arquitectónicos para aquela estrutura, requerendo um investimento considerável, tanto a nível económico como de mão-de-obra.

17.3. Parroxa 2

Coordenadas: X 0606335. Y 4287417.

Altitude: 291msnm.

Orientação: NW-SE.

Perto de uma linha de água.

Descrição do sítio: Foi identificada uma sepultura em que a matéria-prima da sua concepção é rocha granitóide. Está implantada ao lado de um afloramento no qual se observa um reaproveitamento para a sepultura (ver foto 59). Pela tipologia este achado parece ser uma sepultura. Para além da sua altura, orientação e proximidade de uma linha de água, está próxima de um antigo caminho romano, sendo um bom indicador.

No que diz respeito à visibilidade actual, não é a mais adequada.

Foram tiradas algumas medidas: 9cm x 37cm segundo as lajes conservadas. Não foram observados vestígios de materiais à superfície nem de outras sepulturas nas redondezas.

18. Conclusões

No que diz respeito à cidade de Évora, embora não possamos afirmar com exactidão, é possível colocar algumas hipóteses em relação à sua composição durante a Antiguidade Tardia.

Existe uma forte possibilidade de por baixo do actual Museu Municipal e da Sé-Catedral estarem não só a principal igreja/basílica da cidade mas todo o complexo episcopal, existe também a probabilidade de esta ter sido destruída. Este, para além do que já foi referido, continha, muito provavelmente, também o palácio do bispo e uma necrópole. O palácio podia também situar-se fora da cidade segundo os exemplos de Cercadilla e Falperra.

É provável que a cidade tivesse um complexo episcopal porque apesar de não ter uma importância que se possa comparar com a capital da província, Mérida, tinha alguma, e esta deveria ser considerável, como foi possível comprovar pela presença do bispo da cidade em diversos concílios.

A necrópole intramuros deve ter-se situado junto à igreja, no actual Largo de Dom Miguel Portugal, estendendo-se até ao actual local da antiga igreja de S. Pedro, podendo ainda ter sido dois núcleos sepulcrais. Prova disto foram as escavações na referida igreja em que se descobriram enterramentos da Antiguidade Tardia.

É também possível observarmos que, como em muitas cidades desta época, o tecido urbano de Évora contraiu-se, sendo que uma parte do recinto amuralhado foi construído sobre a cidade romana.

No que diz respeito ao mundo rural de Évora este tem de ser analisado com alguma precaução.

No caso da Igreja de S. Manços, pode considerar-se que apesar de não existirem dados arqueológicos que confirmem a presença do mártir, para além da *Passio de S. Mancio*, podemos afirmar que esta área foi local de culto e de difusão do cristianismo, o que de certa forma deve ter aumentado o prestígio da cidade de Évora. Confirma-se que a igreja tem a sua origem num mausoléu romano que posteriormente foi sofrendo alterações.

Ainda em relação ao culto martirial na *villa* da Tourega, esta não nos deu nenhum dado arqueológico, físico, para além do literário. Pode ter sido local de martírio, mas não existem provas suficientes que sustentem esta afirmação.

Em relação à cristianização do território existem áreas que denotam mais vestígios que outros, por isso iremos analisá-las individualmente.

No que diz respeito à zona de Portel, esta, segundo a informação recolhida, pareceu-nos uma área em que, muito provavelmente, a presença de elites aristocráticas se fazia sentir, sendo que é uma zona marginal e sem grande aptidão agrícola. Este facto contribui para que a Igreja tivesse menos interesse na área. A igreja de Vera Cruz de Marmelar pode ter sido um centro de difusão do cristianismo, mas se a situação anteriormente descrita se confirmar, pode ter sido construída com o patrocínio das elites aristocráticas. Contudo não pode ser ignorado o facto da igreja desta localidade ser ainda hoje um dos locais de culto de relíquias mais importantes em Portugal, neste sítio ainda hoje é prestado culto ao Santo Lenho. O sítio de Mosteiros pode ter sido uma *villa* romana em que os seus ocupantes se cristianizaram, pelos vestígios de uma necrópole com ocupação desde o século II que posteriormente foi cristianizada. Esta *villa* pode ter sido alvo das mudanças que se assistiram durante a Antiguidade Tardia, pelo facto de, no século VI, ter sido construída uma igreja ou basílica rural (como em Torre de Palma) que desempenhava funções funerárias, para além de litúrgicas, podendo ser um indicador de que a doutrina cristã estava bem implementada na população local.

Devido ao facto de existirem várias necrópoles e sepulturas na área de Portel com indícios cristãos podemos considerar que, muito provavelmente, esta foi uma zona em que o cristianismo acabou por estar fortemente manifestado.

Em relação ao facto de estar na área de influência de Évora, existe uma grande probabilidade, mas é difícil afirmarmos com certeza, porque esta é uma zona de fronteira com a cidade de Beja. É possível que esta área pertencesse a Beja devido ao facto de existirem mais de 40 elementos arquitectónicos paleocristãos na cidade, enquanto Évora possui apenas 3.

No que diz respeito à zona da Igrejinha, esta tem uma forte presença de estruturas funerárias. Apesar de não se saber exactamente onde se situava, a necrópole do Cortiçal, escavada por Leite de Vasconcelos, deveria situar-se nesta região, próxima à necrópole que designámos, nos nossos trabalhos de prospecção, de Cortiçal 1. Esta última está perto de um local que pode ter sido uma igreja rural, pelos vestígios de

elementos arquitectónicos, levando-nos a crer que existia uma crescente comunidade cristã no local. Juntando estes dados às outras sepulturas que foram encontradas na região pode dizer-se que as populações locais denotam fortes características cristianizantes.

Na região de Estremoz existe o caso, já bastante estudado, da necrópole da Silveirona que parece ter assistido à cristianização dos autóctones, pelo facto de existirem duas necrópoles, uma pagã e outra cristã, que parece ser a evolução da primeira. Nesta necrópole assiste-se às sepulturas estarem organizadas em relação a uma estrutura, que pode ter sido local de culto.

Um caso interessante é o do sítio de S. Miguel da Mota em que no local de um antigo santuário a Endovélico assiste-se, muito provavelmente, à construção de uma igreja que serviu para cristianizar um espaço sacro pagão. Aos dados obtidos pode juntar-se também a toponímia da ribeira local, Lucifére, que denota uma espécie de demonização do local, como se fosse um espaço proibido, maldito.

Em Montemor a presença de recintos e estruturas funerárias é mais escasso. No entanto existem alguns que comprovam que a região também tinha uma crescente comunidade cristã, como se pode ver pela necrópole da Fonte da Senhora 7.

Segundo os dados disponíveis, a região de Reguengos de Monsaraz parece ter sido uma zona com uma forte presença cristã. A ermida de Santa Catarina parece ter sido uma igreja rural, também, com funções funerárias, sendo prova disto os túmulos encontrados, contendo um deles um sarcófago que pode ter pertencido a uma pessoa de um estrato social elevado. Esta zona poderia ter pertencido a um aristocrata que aquando da sua morte foi enterrado numa igreja que lhe pertencia ou, mais provavelmente, que financiou a sua construção, já que esta prática era bastante comum durante a Antiguidade Tardia. Um bom exemplo da literacia das elites da zona de Reguengos é a epígrafe de *Venantia*, no Monte da Azinheira. Pelo cuidado na sua produção e material usado (placa de mármore rosado, com veios cinzentos claros) nota-se um alto nível poder económico.

Devido ao facto de se ter encontrado duas sepulturas perto de um contexto habitacional, no sítio do Monte dos Currais 1, pode considerar-se que as populações locais também denotam algumas características cristianizantes.

Existem ainda os elementos arquitectónicos do Castelo da Juromenha e do Cruzeiro de S. Brás dos Matos que devido ao material, mármore, e ao tempo despendido

na sua concepção podem ter pertencido a uma igreja ou basílica rural que se situava na região do Alandroal. Estes elementos arquitectónicos situam-se isolados sem mais nenhum elemento perto, a zona de Alandroal situa-se entre os dois locais sendo provável que estes pertençam a uma estrutura sacra do local. Pode ainda ser o caso dos elementos arquitectónicos de cada local pertencessem a igrejas nas respectivas áreas.

Tendo em consideração tudo o que foi dito anteriormente, durante a Antiguidade Tardia a cidade de Évora teria alguma importância, à escala da Lusitânia. Foi sede de bispado com algum poder, o que nos indica que a cidade poderia ter um complexo episcopal, mas com os vestígios disponíveis actualmente não é possível afirmar esta hipótese com a total segurança. Com mais certeza podemos afirmar que tinha uma igreja principal que teria uma necrópole, ou necrópoles, associada. Contudo, podemos afirmar que o tecido urbano, durante a Antiguidade Tardia, contraiu-se e foi construído um recinto amuralhado, sobre partes da antiga cidade romana, que o delimitava.

Évora é uma cidade com uma clara ligação estabelecida com o mundo rural, um dos elementos que sustenta esta afirmação é o próprio culto martirial não se situar dentro da própria cidade, como é o caso de Mérida e de outras cidades na península, ou no seu subúrbio, mas sim a cerca de 20 km desta.

Toda, ou pelo menos uma parte considerável, do seu mundo rural exhibe sinais de claras características cristianizantes e de uma forte presença das elites aristocráticas, numas áreas mais que outras. A Ermida de Santa Catarina é um dos melhores exemplos da influência e do poder económico das elites que estavam ligadas à terra. A ermida continha o sarcófago de um provável aristocrata da zona, que estando a ela ligado, sem grandes vínculos à urbe e sendo o provável patrono da construção do edifício de culto escolheu ser enterrado na sua propriedade.

A cidade de Évora e a sua esfera rural não seriam tão diferentes de outras áreas. O facto é que para a região que analisámos no presente estudo não existe muita informação que trate especificamente a Antiguidade Tardia e a arqueologia funerária e religiosa. Évora seria uma cidade que, em comparação com outras, deve ter tido algum prestígio e importância, mesmo à escala Ibérica.

19. Bibliografia

19.1. Fontes Consultadas:

- *Liber Iudiciorum sive lex Visigothorum*. M.G.H., Legum Sectio I, Leges Nationum Germanicarum I. Leges Visigothorum, ed. K. Zeumer, Hannoverae-Lipsiae, 1902.
- *Concilios visigóticos e hispano-romanos*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Flórez. VIVES, J. (1963), trad.

19.2. Processos consultados na Direcção Regional de Cultura do Alentejo (Évora):

- Relatório Empresa ARKHAIOS, Intervenção Arqueológica Museu de Évora-1996. Nº 2.00.001.loc.8
- Relatório Empresa ARKHAIOS, Intervenção Arqueológica Museu de Évora-1998. Nº 2.00.001.loc.8
- Relatório Empresa ERA Arqueologia, Remodelação e Valorização do Museu de Évora-Acompanhamento 2008. Nº 2.00.001.loc.8

19.3. Bibliografia:

- AIGRAIN, R. (1953) – *L'hagiographie. Ses sources. Ses méthodes. Son histoire*. (Vol. 80). Societé des bollandistes.
- ALARCÃO, J. (1974) – *Portugal romano*. Editorial Verbo.
- ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Publicações Europa América.
- ALARCÃO, J. (1998) – Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*: (37), pp: 89-120.
- ALBA CALZADO, M. (2005) – Evolución y final de los espacios romanos emeritenses a la luz de los datos arqueológicos (pautas de transformación de la ciudad Tardoantigua y Altomedieval). Nogales, T.(ed.), Augusta Emerita,

- Monografias emeritenses, 8, *Augusta Emerita. Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana*, pp: 209-255.
- ALBUQUERQUE, J.P.M. (1982) – *Atlas do Ambiente*. Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais.
 - ALFENIM, R, LIMA, P. (1995) – Breve notícia sobre a campanha arqueológica de 1992 na Igreja Visigótica do sítio dos Mosteiros, Portel. *IV Reunio d'Arqueologia Cristiana Hispanica, = IV Reunião de Arqueologia Crista Hispanica: Lisboa, 28-20 de setembro, 1-2 d'octubre de 1992= Lisboa, 28-30 setembro, 1-2 outubro 1992*. Institut d'Estudis Catalans, pp: 463-470.
 - ALMEIDA, F. (1954) – *Pedras visigodas de Vera Cruz de Marmelar*. Lisboa.
 - ALMEIDA, F. (1962) – Arte visigótica em Portugal, *O Arqueólogo Português*, Lisboa.
 - ALMEIDA, C. (1986) – *História da Arte em Portugal*. Vol. 2. Arte da Alta Idade Média. Alfa, Lisboa, pp: 9-71.
 - ALMEIDA, F; CAVALEIRO PAIXÃO , J e A. (1978) – Monumentos arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal). *Setúbal Arqueológica* 4, pp: 215-226.
 - ALVES DIAS, M.A e SOUSA GASPARGAR, C.I. (2006) – *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Centro de estudos clássico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
 - ARANHA, B. (1761) – *Cuidados da Morte e Descuidos da Vida. Representados nas vidas dos santos, e santas, dos Varoens illustres em virtudes, e Veneraveis Servas de Deos, que, como refulgentes astros, e luzidissimos Planetas, esmaltarão o Etereo firmamento da Igreja Lusitana*. (Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa).
 - ARBEITER, A. (1996) – Die Anfänge der Quaderarchitektur im westgotenzeitlichen Hispanien. *Innovation in der Spätantike*. Wiesbaden: Reichert Verlag. Kolloquium (Basel, 1994), pp: 11-51.
 - ARCE MARTÍNEZ, J. (2002) – Mérida tardorromana (300-580 d.C). *Cuadernos emeritenses*, 22. Museo nacional de arte romano.
 - ARIÑO GIL, E; GURT, J.M, e PALET MARTÍNEZ, J.M. (2004) – *El pasado presente. Arqueología de los paisajes en la Hispania romana*. Universidad de Salamanca; Edicions Universitat Barcelona.

- AREZES, A. (2014) – Ocupação “Germânica” na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII Volume I. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto.
- ARRIBAS DOMÍNGUEZ, R. (2000) – Los modelos arquitectónicos de culto cristiano en el ámbito rural lusitano: el ejemplo de la villa de El Saucedo (Talavera la Nueva, Toledo). *V Reunión d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Cartagena, 16-19 d'abril de 1998 = V Reunión de Arqueología Cristiana Hispànica: Cartagena, 16-19 de abril 1998*. Institut d'estudis catalans, pp: 103-111.
- AZKÁRATE GARAI-OLAUN, A. (1988) – *Arqueología Cristiana de la Antigüedad Tardía en Álava, Guipúzcoa y Vizcaya*. Vitoria-Gasteiz: Diputación Foral de Álava, Servicio de Publicaciones.
- AZKÁRATE GARAI-OLAUN, A. (2002) – De la Tardoantigüedad al Medioevo cristiano. Una mirada a los estudios arqueológicos sobre el mundo funerario. En: *Espacios y usos funerarios en el Occidente romano: Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5-9 junio, 2001)*. Seminario de Arqueología. 2002. pp: 115-140.
- BARROCA, M. (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Século V a XV)*, Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Texto policopiado.
- BARROSO CABRERA, R e MORÍN DE PABLOS, J. (2008) – El mundo funerario en Hispania en el siglo VI. *Zona arqueológica*, (11). *El tiempo de los "Bárbaros". Pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. V-VI d.C.)*, Comunidad de Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp: 392-409.
- BARROSO CABRERA, R; LÓPEZ QUIROGA, J e MORÍN DE PABLOS, J. (2006) – Mundo funerario y presencia "germánica" en "Hispania"(ss. VII-VII). *Gallia e Hispania en el contexto de la presencia "germánica"(ss. V-VII): balances y perspectivas*. Jorge López Quiroga (coord.), Artemio Manuel Martínez Tejera (coord.), Jorge Morín de Pablos(coord.) John and Erica Hedges (ed.), pp. 225-236.
- BARROSO CABRERA, R; MORÍN DE PABLOS, J e LÓPEZ QUIROGA, J. (2008) – La presencia “bárbara” en Hispania en las necrópolis del siglo V d.C.

- Zona arqueológica*, (11). *El tiempo de los "Bárbaros". Pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. V-VI d.C.)*, Comunidad de Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp: 134-147.
- BARROSO CABRERA, R e MORÍN de PABLOS, J. (2007) – Regia Sedes Toletana. *El Toledo visigodo a través de su escultura monumental*.
 - BATATA, C; BOAVENTURA, R e CARNEIRO A. (2000) – A inscrição paleocristã de Palhinha 1 e o seu enquadramento, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 3, nº 2.
 - BELTRÁN, J. (2010) – Barcino, de colonia augustea a sede regia en época visigoda. Las transformaciones urbanas a la luz de las nuevas aportaciones de la arqueología. *Arqueología, Patrimonio y desarrollo urbano problemática y soluciones. Actas del Seminario de Girona, 3 de julio de 2009*. Ajuntament de Girona, pp: 31-49.
 - BENDALA GALÁN, M e ABAD CASAL, L. (2008) – La villa romana en el marco conceptual e ideológico de la ciudad tardorromana. C. FERNÁNDEZ OCHOA, V. GARCÍA ENTERO e F. GIL SENDINO (eds.). *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función*, IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, pp: 17-30.
 - BERMEJO MELÉNDEZ, J e CAMPOS CARRASCO, J. (2014) – El mundo tardoantiguo al occidente del "conventus" Hispalensis. *La transformación y ruptura del modelo clásico. Ciudad y territorio: transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Altomedioevo*. coord. Desiderio Vaquerizo Gil, José Antonio Garriguet Mata, Alberto León Muñoz. Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones, pp. 283-292.
 - BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.M, (2008) – La iglesia Hispana. Orígenes en Lusitania. La Venida de Pablo. *Cuadernos emeritense*, 34. Museo nacional de arte romano pp: 61-100.
 - BONET, CH e BELTRÁN, J. (2000) – El primer grupo episcopal de Barcelona. G. RIPOLL e J.M. GURT (eds.) *Sedes Regiae (400-800 d.C)*. Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona, 25, pp: 467-490.
 - BROWN, P. (1971) – *The world of late antiquity, AD 150-750*. Harcourt College Pub.

- BROWN, P. (1981) – *The cult of the Saint. Its rise and function in Latin Christianity*. University of Chicago Press.
- CAMERON, A. (1998) – *El mundo mediterráneo en la Antigüedad Tardía. 395-600*. Editorial crítica. Barcelona.
- CANTINO WATAGHIN, G. (1999) – The ideology of urban burials. G.P Brogiolo e B. Ward Perkins (eds.). *The idea and ideal of towns between Late Antiquity and Early Middle Ages*, vol. 4. Brill. pp: 147-180.
- CANTINO WATAGHIN, G. (2007) – Spazio urbano tardoantico: insediamenti e mura nell'Italia Annonaria. M. Marcenaro (ed.). *Albenga città episcopale. Tempi e dinamiche della cristianizzazione tra Liguria di Ponente e Provenza. Convegno Internazionale e Tavola Rotonda. Albenga, Palazzo, Vescovile: Sala degli Stemmi e Sala degli Arazzi, 21-23* Istituto internazionale di studi liguri., pp: 109-148.
- CANTINO WATAGHIN, G e GUYON, J. (2007) – Tempi e modi di formazione dei gruppi episcopali in Italia Annonaria e Provenza. M. Marcenaro (ed.). *Albenga città episcopale. Tempi e dinamiche della cristianizzazione tra Liguria di Ponente e Provenza. Convegno Internazionale e Tavola Rotonda. Albenga, Palazzo, Vescovile: Sala degli Stemmi e Sala degli Arazzi, 21-23*, Istituto internazionale di studi liguri., pp: 285-328.
- CARMONA BERENGUER, S. (1998) – *Mundo funerario rural en la Andalucía tardoantigua y de época visigoda. La necrópolis de El Ruedo (Almedinilla, Córdoba)*. Córdoba : Diputación Provincial de Córdoba.
- CARNEIRO, A. (2009) – Sobre a cristianização da Lusitania: Novas reflexões a partir dos dados históricos e as evidências arqueológicas. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie I, Nuevas Épocas, Prehistoria y Arqueología*, 2, pp: 205-220.
- CARNEIRO, A. (2014) – *Lugares, tempos e pessoas: povoamento rural romano no Alto Alentejo-vol. II*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- CERRILLO MARTÍN de CÁCERES, E. (1978) – *Las construcciones basilicales de época paleocristiana y visigoda de la antigua Lusitania*. Tesis doctoral inédita, Salamanca.

- CERRILLO MARTÍN de CÁCERES, E. (1989) – El mundo funerario y religioso en época visigoda. *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, pp: 89-110. Oviedo.
- CERRILLO MARTÍN de CÁCERES, E. (1995a) – Los últimos romanos en Lusitania. Entre la tradición y el cambio. *Cuadernos emeritenses*, 10. Museo nacional de arte romano, pp: 11-48.
- CERRILLO MARTÍN de CÁCERES, E. (1995b) – Cristianización y Arqueología Primitiva de la Lusitania: las áreas rurales. *IV Reunio d'Arqueologia Cristiana Hispanica, = IV Reunião de Arqueologia Cristiana Hispanica: Lisboa, 28-20 de setembro, 1-2 d'octubre de 1992= Lisboa, 28-30 setembro, 1-2 outubro 1992*. Institut d'Estudis Catalans. pp: 359-375.
- CERRILLO MARTÍN de CÁCERES, E. (2008) – Páganos y cristianos en los campos lusitanos. *Cuadernos emeritenses*, 34. Museo nacional de arte romano pp: 173-207.
- CERRILLO MARTÍN de CÁCERES, E; ONGIL, M.I e SAUCEDA, M.I. (1984) – Espacio y religión aproximación a una Arqueología de la religión. *Arqueología espacial coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos*, 1, pp: 41-54. Teruel.
- CHAVARRÍA ARNAU, A. (2004). *Monasterios, campesinos y villae en la Hispania visigoda: La trágica historia del abad Nancto*. C. Balmelle, P. Chevalier, G. Ripoll (eds.), Studiola in honorem Noël Duval, (Bibliothèque de l'Antiquité Tardive 5), Turnhout, pp. 113-125.
- CHAVARRÍA ARNAU, A. (2007a) – Aristocracias tardoantiguas y cristianización del territorio (siglos IV-V): ¿otro mito historiográfico?. *Rivista di Archeologia Cristiana*, 82, pp: 201-230.
- CHAVARRÍA ARNAU, A. (2007b) – *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VII d.C)*. Brepols, Turnhout.
- CHAVARRÍA ARNAU, A. (2015) – Tumbas e iglesias en la Hispania tardoantigua. *Arqueologia medieval els espais sagrats*. pp. 13-45.
- CHAVARRÍA ARNAU, A; ARCE MARTÍNEZ, J e RIPOLL LÓPEZ, G. (2007) – The urban domus in Late Antique *Hispania*: examples from Emerita, Barcino and Complutum. *Housing in Late Antiquity-Volume 3.2*, Brill, pp: 303-336.

- COLLINS, R. (2004) – *Visigothic Spain 409-711*. John Wiley & Sons.
- CORDERO RUIZ, T. (2013) – *El territorio emeritense durante la Antigüedad Tardía (siglos IV-VIII). Génesis y evolución del mundo rural lusitano*. Anejos AEspA LXVI. Mérida.
- CORREIA, F. (1995) – Materiais de época visigótica de Juromenha (Alentejo). *IV Reunio d'Arqueologia Cristiana Hispanica, = IV Reunião de Arqueologia Crista Hispanica: Lisboa, 28-20 de setembro, 1-2 d'octubre de 1992= Lisboa, 28-30 setembro, 1-2 outubro 1992*. Institut d'Estudis Catalans, pp: 493-498.
- CUNHA, M. (2007) – As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Reflexões sobre a Antiguidade Tardia. *Vipasca*, (2), pp: 678-685.
- CUNHA, M. (2008) – As Necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz): Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia. Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo português. Supl. 4*.
- DEUS, A. LOURO, H e VIANA, A. (1955) – Apontamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). III Congresso Arqueológico Nacional (Galicia 1953). Zaragoza, pp: 568-578.
- DÍAZ MARTÍNEZ, P.C. (1992) – Propiedad y explotación de la tierra en la Lusitania tardoantigua. *Studia Historica. Historia Antigua*, 10 (11), pp: 297-309.
- DÍAZ MARTÍNEZ, P.C. (1995) – Propiedad y poder: La iglesia Lusitana en el siglo VII. *Cuadernos emeritenses*, 10. Museo nacional de Arte romano, pp: 49-72.
- DÍAZ MARTÍNEZ, P.C; MARTÍNEZ MAZA, C e SANZ HUESMA, F.J. (2007) – *Hispania tardoantigua y visigoda*. Madrid, Istmo.
- DÍAZ, P e TORRES, J. (2000) – Pervivencias paganas en el Cristianismo hispano (siglos IV-VI). Santos, J.; Teja, R. (eds.). *El cristianismo. Aspectos históricos de su origen y difusión en Hispania*. Actas del Symposium de Vitoria-Gasteiz (25-27 de noviembre de 1996). Vitoria-Gasteiz, pp: 235-261.
- EFFROS, B. (1997) – Beyond cemetery walls: early medieval funerary topography and Christian salvation. *Early Medieval Europe*, 6.I, pp: 1-23.
- ESPANCA, T. (1966) – *Inventário artístico de Portugal: Concelho de Evora. VI. Academia nacional de belas-artes*.
- FABIÃO, C, et al. (2008) - *Sit Tibi Terra Levis. Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal*.

- FARIA, J. (2002) – Ocupações romanas e tardo-romanas afectadas pelo regolfo de Alqueva. Bloco 11: do afluente do Álamo ao rio Degebe. *al-madan, II série, nº 11*, pp: 139-144.
- FEIO, J. (2010) – *Marcas Arquitectónico-Artísticas da Cristianização do Território entre Évora e Beja*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Especialização em História da Arte da Antiguidade. Universidade Nova de Lisboa.
- FEIO, J. (2012) – A iconografia dos epitáfios paleocristãos como possível fonte de estabelecimento de critérios cronológicos: alguns exemplos práticos. *Revista de História da Arte, n.º 10*, pp:266-277.
- FERNÁNDEZ ALONSO, J. (1955) – *La cuna pastoral en la España romanovisigoda*. Roma.
- FERNÁNDEZ CATON, J. (1983) – *San Mancio. Culto, leyenda y reliquias. Ensayo de crítica hagiográfica*. (Colección “Fuentes y estudios de historia leonesa”, nº 30). León : Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, CSIC-CECEL.
- FUENTES DOMÍNGUEZ, A. (1989) – *La necrópolis tardorromana de Albalate de las Nogueras (Cuenca) y el problema de las denominadas “Necrópolis del Duero”*. Serie Arqueología Conquense, X. Cuenca.
- GAMO PARRAS, B. (1992) – Las necrópolis visigodas del norte de la provincia de Albacete. *Cultural Albacete*, 64, pp: 3-16.
- GAMO PARRAS, B. (1998) – *La Antigüedad Tardía en la provincia de Albacete*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses.
- GARCÍA IGLESIAS, L. (1989) – Las posesiones de la iglesia emeritense en época visigoda. *Gerión*, (2), pp: 391-402.
- GARCÍA MORENO, L.A. (1981) – Las invasiones y la época visigoda. Reinos y condados cristianos, M. Tuñón de Lara (dir.), *Romanismo y germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (ss. IV-X)*, *Historia de España*, II. Barcelona, Labor.
- GARCÍA MORENO, L.A. (1986) – Las transformaciones de la topografía de las ciudades en Lusitania en la Antigüedad Tardía. *Revista de estudios extremeños*, 42(1), pp: 97-114.

- GARCÍA MORENO, L.A. (1999) – La ciudad en la Antigüedad Tardía (siglos V a VIII). *Acta Antiqua Complutense, I. Complutum y las ciudades hispanas en la Antigüedad Tardía*. L.A GARCÍA MORENO e S. RASCÓN MARQUÉS (eds.). pp: 7-25. Alcalá de Henares.
- GARCÍA MORENO, L.A. (2013) – Judíos y mártires hispano – cristianos. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Tomo CCX. Cuaderno III, pp: 377-403.
- GIUNTELLA, A.M. (1998) – Note su alcuni aspetti della ritualità funeraria nell'altomedioevo. Consuetudini e innovazioni. (eds). Brogiolo, G.P; Cantino, G. *Sepulture tra IV e VIII secolo*, pp: 61-75.
- GRÉGORIE, R. (1984) – La funzione dei calendari nel culto dei santi. *L'agiografia latina nei secoli IV-VII. XII Incontro di studiosi dell'antichità cristiana (Augustinianum XXIV. 1-2)* Roma, pp: 21-32.
- GODOY FERNÁNDEZ, C. (1995) – *Arqueología y liturgia. Iglesias hispánicas (s. IV-VIII)*. Universitat de Barcelona.
- GODOY FERNÁNDEZ, C. (2005) – Les ciutats d'Hispania sota la protecció dels sants màrtirs. Transformacions del concepte espai religiós entre l'Antiguitat Tardana i l'edat Mitjana. J.M Gurt e A.V Ribera (eds.). *Actas VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. Les ciutats tardoantiques d'Hispana: cristianizació i topografia. València, 8, 9 i 10 de maig de 2003* (Vol. 9). Institut d'Estudis Catalans, pp: 63-72.
- GONZÁLEZ SALINERO, R. (1998) – Los judíos y la gran propiedad en la Hispania tardoantigua: el reflejo de una realidad en la Passio Mantii. *Gerión*, 16. pp: 437-450.
- GUERRA, A; SCHATTNER, T; FABIÃO, C e ALMEIDA, R (2003) – Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal: a campanha de 2002). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, n.º 2, pp: 415-479.
- GURT ESPARRAGERA, J.M e SÁNCHEZ RAMOS, I. (2008) – Las ciudades hispanas durante la Antigüedad Tardía: una lectura arqueológica. *Zona Arqueológica*, 9. Ejemplar dedicado a: Recópolis y la ciudad en la época visigoda, pp: 181-200.

- GURT ESPARRAGERA, J.M e SÁNCHEZ RAMOS, I. (2010) –Topografía cristiana en Hispania durante los siglos V y VI. *El tiempo de los bárbaros. Pervivencia y transformación en Gallia e Hispania (ss. V–VI dC). Zona Arqueológica*, 11. El tiempo de los "Bárbaros". Pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. V-VI d.C), pp: 320-345
- GUYON, J. (2005) – Les groupes épiscopaux en Occident. J.M Gurt e A.V Ribera (eds.). *Actas VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. Les ciutats tardoantiques d'Hispana: cristianizació i topografia. València, 8, 9 i 10 de maig de 2003* (Vol. 9). Institut d'Estudis Catalans, pp:15-35.
- HAUSCHILD, T. (1987) – Arquitectura em Portugal sob o domínio dos visigodos. *XXXIV Corso di Cultura Sull'arte Ravennate e Bizantina, Ravenna*, Edizione del Girassole.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português, Nova Série, vol. 3*, Lisboa, pp: 221-237.
- HERTLING, L. (1989) – *Historia de la Iglesia*. Editorial Herder. Barcelona.
- JAN, Lina M.^a Branco de Freitas, Coord. (2003) – Atlas do Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo. Setúbal: Comissão de Coordenação da Região Alentejo.
- JORGE, A. (2002) – L' épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (IIIème - VIIème siècles). *Trabalhos de Arqueologia*, 21. Lisboa.
- JORGE, A. (2003) – A morte no mundo tardo-romano na região de Montemor-o-Novo: a necrópole tardo-romana da Fonte Senhora 7. *Era Arqueologia. N° 5*, pp: 80-103.
- LEPALLEY, C. (1998) – Le patronat épiscopal aux IV^e et V^e siècles: continuités et ruptures avec le patronat classique. Rebillard, E., Sotinel, C. (ed.) *L'évêque dans la cité du IV^e au VI^e siècle. Image et autorité*. Publications de l'École française de Rome, 248(1) pp: 17-33.
- LIMÃO, F. (2014) – Rostos da Lusitânia: uma introdução ao retrato escultórico na Antiguidade Clássica e Antiguidade Tardia no actual território português, *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa*, Lisboa.
- LOPES, L. (1995) - *Caracterização geológico – estrutural do flanco sudoeste do Anticlinal de Estremoz*. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Geologia Dinâmica Interna. Lisboa.

- LÓPEZ QUIROGA, J e BANGO GARCÍA, C. (2005) – Los edificios de culto como elemento morfogenético de transformación y configuración del paisaje rural en la Gallaecia y en la Lusitania entre los siglos IV y IX. *CuPAUAM 31-32, 2005-2006*, pp: 29-59.
- LÓPEZ LÓPEZ, T.A. (2008) – Los primeros cristianos en Extremadura. *Cuadernos emeritense*, 34. Museo nacional de arte romano, pp: 123-145.
- LULL, A e PICAZO, M. (1989) – Arqueología de la muerte y estructura social. *AEA*, 62, pp: 5-20.
- MACIEL, J. (1993) - *Arte Romana, Tardia e Paleocristã em Portugal*, Volume I. Dissertação de Doutoramento em História da Arte da Antiguidade apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- MACIEL, J. (1996) - *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*. Edições Colibrí.- Lisboa.
- MARTINS, A; LOPES, G e CARDOSO, M. (2014) – Intervenção arqueológica nas Necrópoles do Monte da Pecena I e Cabida da Raposa 2. *4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva*, pp: 289-293.
- MAXIMINO, P. (2010) – *S. Manços Aspectos da Romanização e da Cristianização*. Tese de Mestrado, Universidade de Évora.
- MÉNDEZ MADARIAGA, A e RASCÓN MARQUÉS, S. (1989) – *Los visigodos en Alcalá de Henares*. Cuadernos del Juncal 1. Banco de comercio, Madrid.
- MOITA, S. (2008) – *Granitóides no SW da zona de Ossa-Morena (Montemo-o-novo). Petrogénese e procesos geodinâmicos*. Tese de doutoramento. Universidad de Évora.
- NOLEN, J. (1985) – Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.
- OLIVEIRA, J. T; OLIVEIRA, V e PIÇARRA, J.M. (1991) – Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa Morena. *Síntese crítica do estado actual dos conhecimentos. Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa: Ministério da indústria e Eenergia, T.77, pp: 3-26.
- PALOL I SALELLAS, P. (1966) – Demografía y Arqueología Hispánicas de los siglos IV al VIII. *B.S.A.A., XXXII*, pp: 5-66.

- PAGARÁ, A; SILVA, N e SERRÃO, B. (2006) – *Igreja Vera Cruz de Marmelar*.
- PERPETUO, J; BARBOSA, R e BERNARDES, J. (2007) – Aproveitamento hidráulico romano da Horta do Coelho (São Manços, Évora). *Vipasca: Arqueologia e História*. N.º 2, 2ª série, pp: 434-445.
- PONTE, S da. (1986) – Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora. *Conimbriga*, pp: 99-129.
- RAMÍREZ SÁBADA, J.L e MATEOS CRUZ, P. (2000) – Catálogo de las inscripciones cristianas de Mérida. *Cuadernos emeritenses*, (16), Museo nacional de arte romano.
- REAL, M. (1995) – Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade cristã no ocidente peninsular. *IV Reunio d'Arqueologia Cristiana Hispanica = IV Reunião de Arqueologia Crista Hispanica: Lisboa, 28-20 de setembro, 1-2 d'octubre de 1992= Lisboa, 28-30 setembro, 1-2 outubro 1992*, Institut d'Estudis Catalans, pp: 17-68.
- RIBEIRO, A; ANTUNES, M.T; FERREIRA, M.P; ROCHA, R; SOARES, A.F; ZBYSZEWSKI, G; MOITINHO de ALMEIDA, F; CARVALHO, D e MONTEIRO, J. H. (1979) – *Introduction à la geologie général du Portugal*. Lisboa; Serviços Geológicos de Portugal.
- REYNAUD, J. F. (1999) – Aux origines des paroisses. *Alle origini della parrocchia rurale (IV-VIII sec.) (Ph. Pergola, Ed.)*, Ciudad del Vaticano, pp: 83-101.
- RIPOLL LÓPEZ, G. (1989) – Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania. *Espacio, tiempo y forma*, 2. pp: 389-418.
- RIPOLL LÓPEZ, G. (1998) – *Toreútica en la Bética (siglos VI- VII d.C)*. Reial Acadèmia de Bones Lletres. Barcelona.
- ROMÁN PUNZÓN, J. M. (2004) – *Mundo funerario rural en la provincia de Granada durante la Antigüedad Tardía*. Universidad de Granada, Granada.
- ROMÁN PUNZÓN, J. M. (2007) – Evidencias arqueológicas de intolerancia religiosa durante la Antigüedad Tardía en la Península Ibérica. Marcos, M.; Fernández, J. (eds.). *Libertad e intolerancia religiosa en el Imperio romano*.

- Seminario celebrado en la Universidad de Cantabria, 9-10 de noviembre de 2006. *Ilu*, Revista de Ciencias de las Religiones. Madrid, pp: 167-193.
- ROMÁN PUNZÓN, J.M. (2009) – Espacio funerarios en la bética durante la Antigüedad Tardía: mundo urbano vs. mundo rural. Pinar-Juárez (ed.). Contextos funeraris (s.V-VIII), *Gausac* 34-35, pp: 121-130.
 - ROMANÍ SALA, N e ACERO PÉREZ, J. (2014) – La red de sanemiento de las ciudades hispanorromanas en época bajoimperial y tardoantigua: transformación y abandono. *XVIII CIAC: Centro y periferia en el mundo clásico*, pp: 1801-1805.
 - SALVADOR VENTURA, F. (2012) – El centro de Andalucía entre los siglos V y VII: de las ciudades herederas de Roma a las sedes episcopales hispanovisigodas. *Habis*, 43, pp: 233-247.
 - SASTRE de DEIGO, I. (2015) – Mérida capital cristiana de Roma a Al-Andalus. *Cuadernos emeritenses*, 41. Museo nacional de arte romano.
 - SÁNCHEZ RAMOS, I. (2006) – La cristianización de la topografía funeraria en las ciudades occidentales: *Corduba* en la Antigüedad Tardía. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 17, II, pp: 85-102.
 - SÁNCHEZ RAMOS, I e MORÍN DE PABLOS, J. (2015) – Los paisajes urbanos de la Antigüedad tardía en Hispania = Urban landscapes in Hispania during Late Antiquity. *Espacio Tiempo y Forma. Serie I, Prehistoria y Arqueología*, (7), pp: 97-128.
 - SÁNCHEZ SALOR, E. (2008) – Orígenes del cristianismo en la Lusitania. Los Libeláticos de la Carta 67 de Cipriano y otros hechos del siglo III. *Cuadernos emeritense*, 34. Museo nacional de arte romano, pp: 17-59.
 - SANZ SERRANO, R. (1995) – Hacia un nuevo planteamiento del conflicto paganismo-cristianismo en la Península Ibérica. *Ilu. Revista de Ciencias de las Religiones*, pp: 237-248.
 - SANZ SERRANO, R. (1986) – Aproximación al estudio de los ejércitos privados en Hispania durante la antigüedad tardía. *Gerión*, 4, pp: 225-264.
 - SANZ SERRANO, R. (2003) – Los paganismos peninsulares. *Anejos Geirón*, pp: 39-95.

- SAXER, V. (1999) – Le chiese rurali prima che fossero parrocchiali (IV-VIII sec.): proposta per una soteria di quelle di Provenza. *Alle origini della parrocchia rurale (IV-VIII sec.)* (Ph. Pergola, Ed.), Ciudad del Vaticano, pp: 17-43.
- SCHATTNER, T; GUERRA A. e FABIÃO C. (2005) – La investigación del santuário de Endovelico en São Miguel da Motta (Portugal). *Acta Paleohispanica IX. Paleohispanica. Barcelona: Universitat de Barcelona 5*, pp: 893-908.
- SCHLUNK, H e HAUSCHILD, T. (1978) – Die Denkmäler der frühchristlichen und westgotischen Zeit. *Mains am Rhein: Verlag Philipp von Zabern. (Colecção Hispania Antiqua)*.
- SIMÃO, I e BRAZUNA, S. (2010) – Evolução urbana na colina central de Évora. Contributo da intervenção arqueológica no museu de Évora. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6, pp: 75-82.
- UTRERO AGUDO, M.A. (2006) – Iglesias tardoantiguas y altomedievales en la Península Ibérica: Análisis arqueológico y sistemas de abovedamiento. *Anejos de Archivo Español de Arqueología, XL*.
- UTRERO AGUDO, M.A. (2009) – Sepulturas e iglesias en la Hispania tardoantigua. Una relación difícil. Pinar-Juárez (ed.). Contextos funeraris (s.V-VIII), *Gausac 34-35*, pp: 17-34.
- VAQUERIZO GIL, D. (2008) – Topografía y usos funerarios en la capital de la Bética. *Archeología classica, LIX*, pp: 63-111.
- VASCONCELOS, J. (1906) – Bibliographia. *O Archeologo Português, Série I, vol. 11*, pp: 321-382.
- VASCONCELOS, J. (1913) – *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa.
- VASCONCELOS, J. (1915) – *História do Museu Etnológico Português*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- VELÁZQUEZ I. (2002) – *Hagiografía y culto a los santos en la Hispania visigoda: aproximación a sus manifestaciones literarias*. Cuadernos emeritenses 32. Museo nacional de arte romano.
- VIANA, A e DE DEUS, A. (1950) – Necrópolis céltico-romanas del Concejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, vol. 23, no 80.

- VIEGAS, C e PINTO, I. (2000) – As termas da villa romana da Tourega (Évora Portugal). *Termas romanas en el Occidente del Imperio (II Coloquio Internacional de Arqueologia en Gijón)*. Eds. FERNANDEZ OCHOA, C, GARCIA ENTERO, V. pp: 355-359.
- VIDAL ÁLVAREZ, S. (2005) – La escultura hispánica figurada de la Antigüedad Tardía (siglos IV-VII). *Corpus Signorum Imperii Romani*, 2. 2 vols. Murcia: Tabularium.
- VIZCAÍNO SÁNCHEZ, J. (2009) – *La presencia bizantina en Hispania (siglos VI-VII)*. *La documentación arqueológica*. Antigüedad y Cristianismo, vol. 24. Murcia.
- WRENCH, L. (2008) – Decoração arquitectónica na Antiguidade Tardia. Tese de doutoramento em História de Arte da Antiguidade apresentada à Universidade Nova de Lisboa [texto policopiado].
- WOLFRAM, M. (2011) – *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitânia*. *Arqueologia – Arquitectura – Epigrafia*. Dissertação de doutoramento em História, na especialidade de Arqueologia apresentada à FLUL/Université Paris IV Sorbonne, 3 volumes.
- WOLFRAM, M. (2013) – O poder durante a Antiguidade Tardia no Império romano ocidental e na Lusitania em particular. *Saberes e poderes no Mundo Antigo: estudos ibero-latinoamericanos*, vol. II-dos poderes; Fabio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves e Delfim Leão (orgs.), pp: 283-293.

19.4. Recursos electrónicos:

- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663541&vs=176831> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663543&vs=176831> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663497&vs=176766> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663499&vs=176766> (24/08/2016).

- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663500&vs=176766> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663498&vs=176766>(24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663496&vs=176766> (24/09/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663495&vs=176766> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663501&vs=176766> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663504&vs=176766> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663505&vs=176766> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663503&vs=176766> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663494&vs=176766> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663207> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663206> (24/08/2016).
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663214> (24/08/2016).
- <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/site-visitatar/concelho/monumentos/Paginas/Ermida-de-Santa-Catarina.aspx> (24/08/2016).

20. Anexos

20.1. Anexo I: Sítios Analisados

20.1.1. Monte da Pecena I



Fig. 1- Sepultura 1 do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 290).



Fig. 2 - Sepultura 2 do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 290).



Fig. 3 - Sepultura 3 do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 290).



Fig. 4 - Sepultura 4 do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 291).

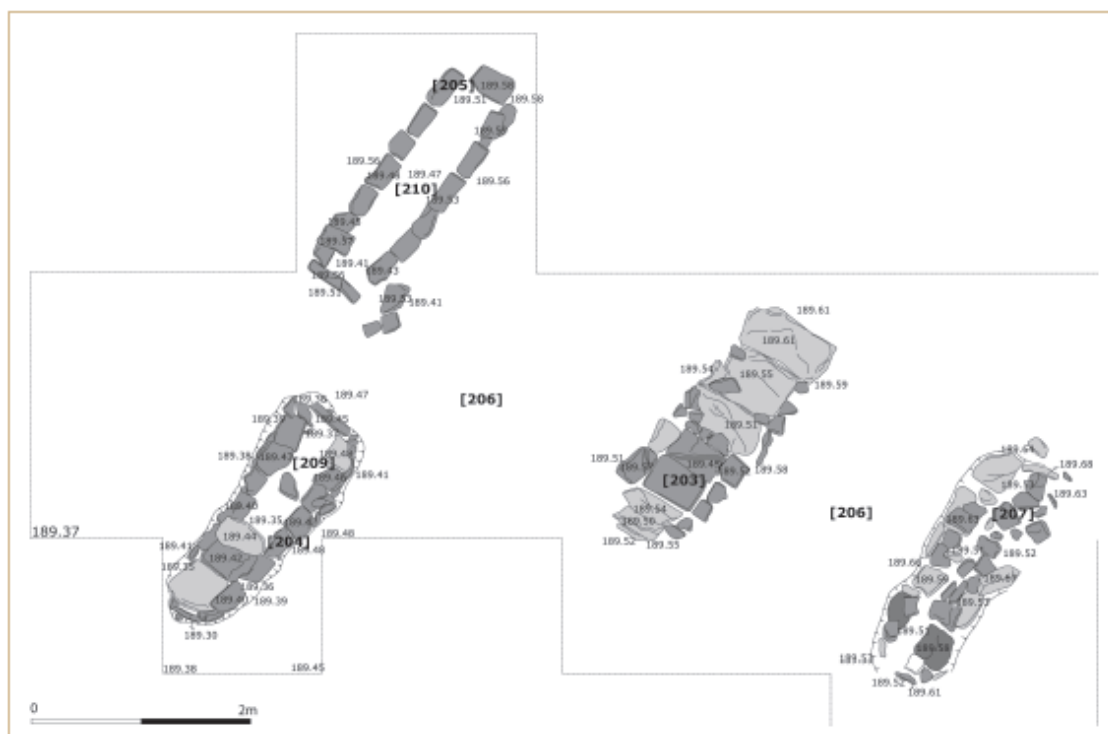


Fig. 5 – Planta da necrópole do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 293).

20.1.2. Cabida da Raposa 2



Fig. 6 – Sepultura da Cabida da Raposa 2. (Martins, et al, 2014: 291).

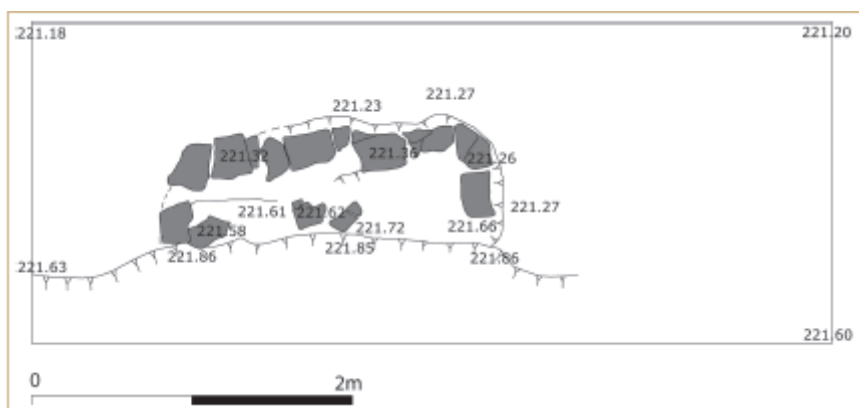


Fig. 7 – Desenho da sepultura da Cabida da Raposa 2. (Martins, et al, 2014: 293).

20.1.3. S. Miguel da Mota

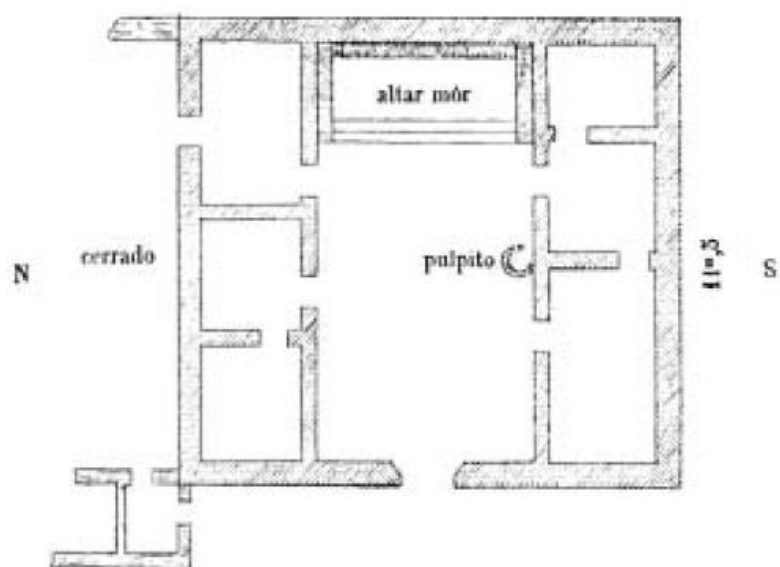


Fig. 8 – A ermida de S. Miguel da Mota, segundo Gabriel Pereira (1889). (Guerra et al, 2003: 435).



Fig. 9 – Sepultura 1 de S. Miguel da Mota. (Guerra et al, 2003: 438).

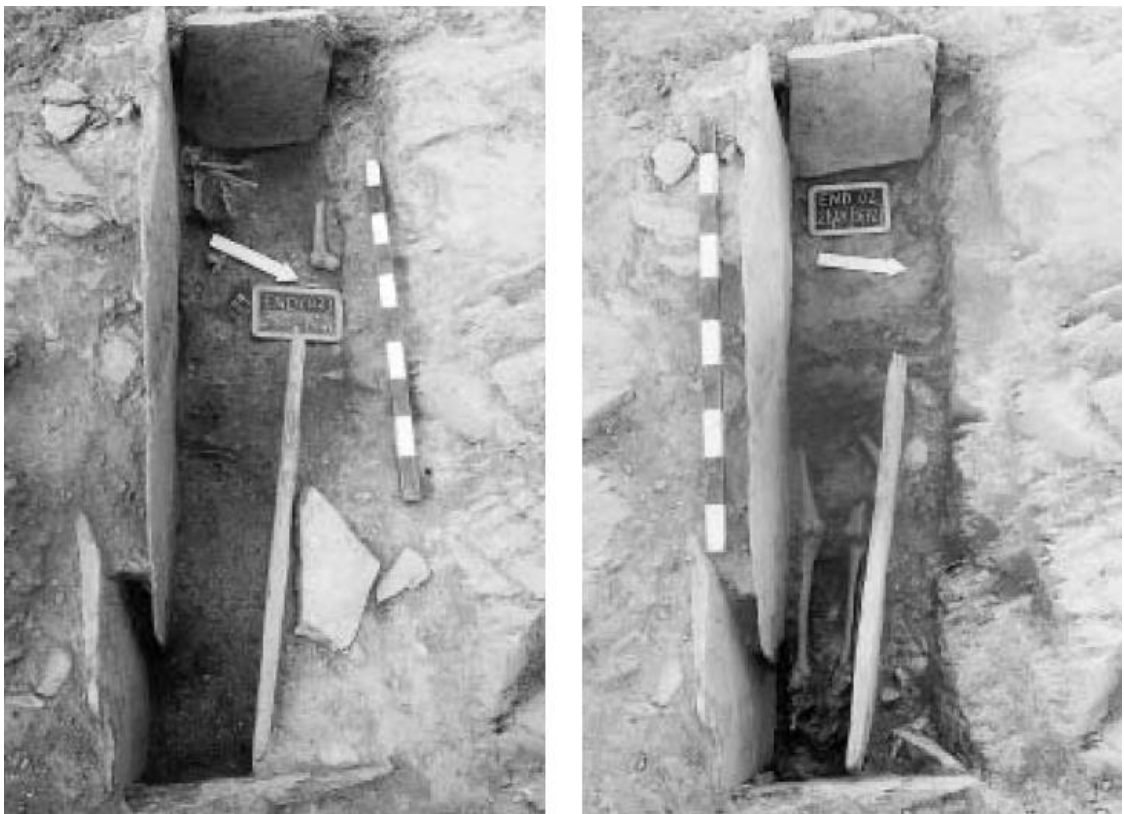


Fig.10 – Sepultura 2 de S. Miguel da Mota em diversas fases de escavação. (Guerra et al, 2003: 444).



Fig. 11 – Sepultura 3 de S. Miguel da Mota. (Guerra et al, 2003: 443).

20.1.4. Silveirona

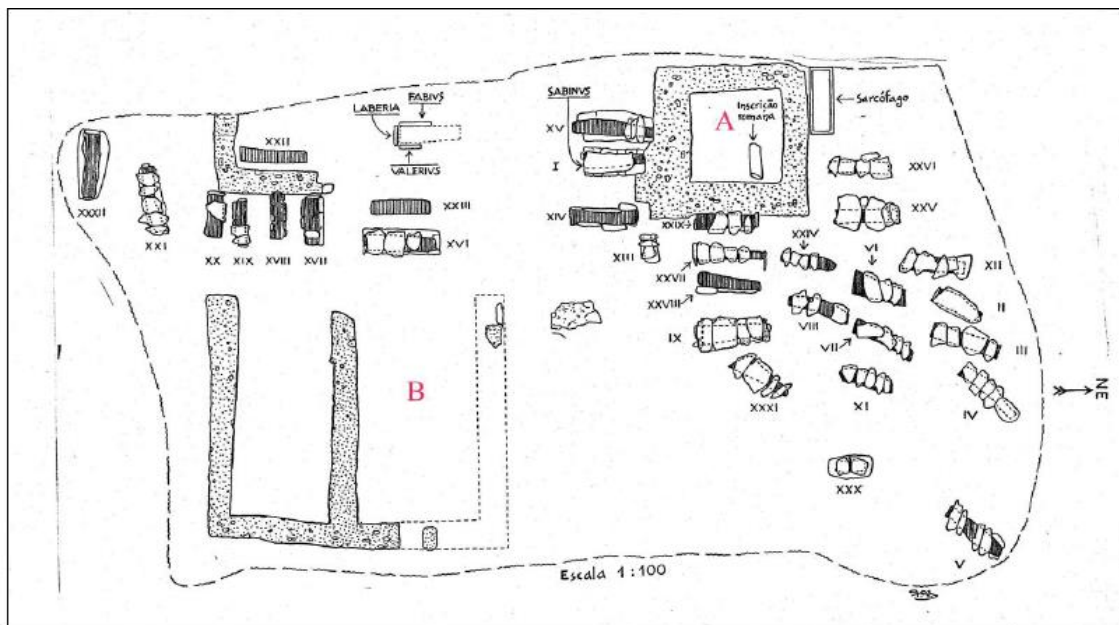


Fig. 12 – Planta da Silveirona II, desenhada por Francisco Valença, cerca de 1934 (Arq. M.N.A.). (Wolfram, 2011: 318).



Fig. 13 – Alguns material exumado antes das escavações de Manuel Heleno, 1934 (Arq. M.N.A.). (Wolfram, 2011: 318).



Fig. 14 – Vista do mausóleo e o friso decorativo, 1934 (Arq. M.N.A.). (Wolfram, 2011: 319).



Fig. 15 – Sepultura XXI durante o processo de escavação (Cunha 2004: 172).



Fig. 16 – Um dos sarcófagos monolíticos. (Wolfram, 2011: 326).



Fig. 17 – Imposta, vista frontal e lateral. (Wolfram, 2011: 328).

20.1.5. Monte Musgos 7



Fig. 18 – Imagem da sepultura.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663541&vs=176831> (24/08/2016).



Fig. 19 – Imagem da sepultura.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663543&vs=176831> (24/08/2016).

20.1.6. Pego do Lobo de Lá



Fig. 20 – Sepultura 3.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663497&vs=176766> (24/08/2016).



Fig. 21 – Sepultura 4.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663499&vs=176766> (24/08/2016).



Fig. 22 – Sepultura 5.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663500&vs=176766> (24/08/2016).



Fig. 23 – Sepultura 9.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663498&vs=176766> (24/08/2016).



Fig. 24 – Sepultura 10.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663496&vs=176766> (24/09/2016).

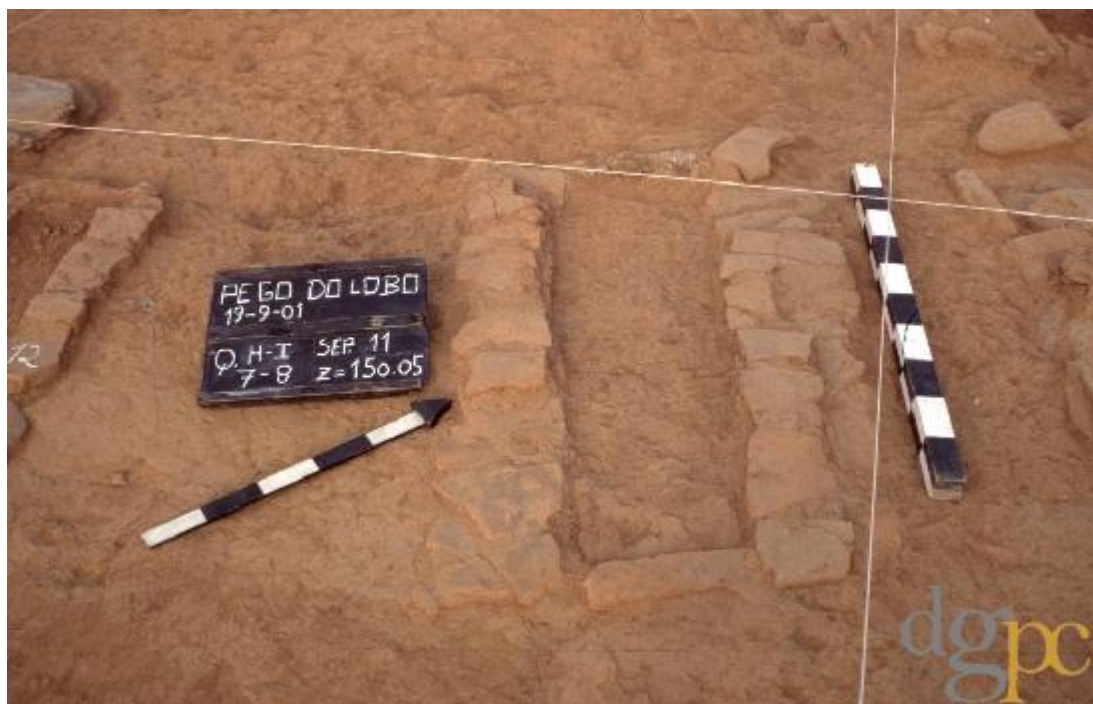


Fig. 25 – Sepultura 11.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663495&vs=176766> (24/08/2016).



Fig. 26 – Sepultura 12.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663501&vs=176766> (24/08/2016).



Fig. 27 – Sepultura 14.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663504&vs=176766> (24/08/2016).



Fig. 28 – Sepultura 15.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663505&vs=176766>
6 (24/08/2016).



Fig. 29 – Sepultura 19.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663503&vs=176766>
6 (24/08/2016).



Fig. 30 – Sepultura 29.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663494&vs=176766> (24/08/2016).

20.1.7 Ribeira do Matoso II



Fig. 31 – Vista geral do sítio.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663207> (24/08/2016).



Fig. 32 – Imagem de uma das sepulturas da necrópole.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663206>
(24/08/2016).



Fig. 33 – Imagem de uma das sepulturas da necrópole.

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663214>
(24/08/2016).

20.1.8. Fonte da Senhora 7

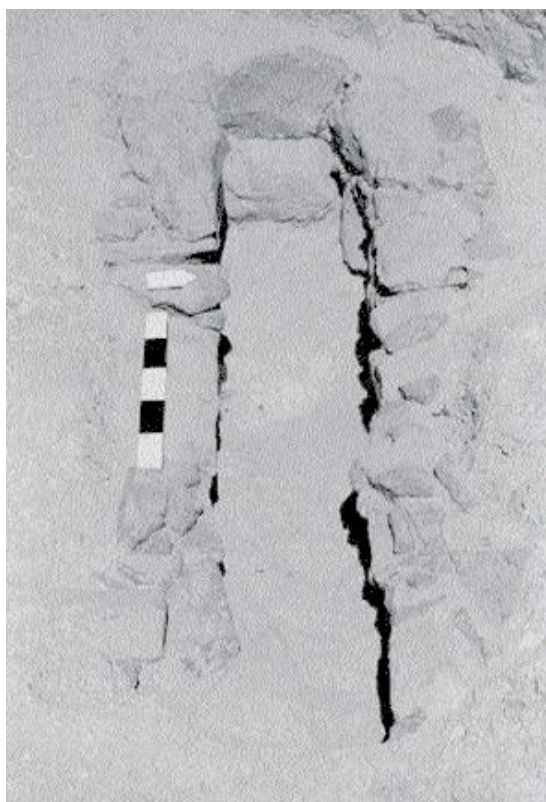


Fig. 34 – Sepultura 3 da necrópole da Fonte da Senhora 7. (Jorge, 2003: 91).

20.1.9 Ermida de Santa Catarina



Fig. 35 – Ermida de Santa Catarina. <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/site-visitatar/concelho/monumentos/Paginas/Ermida-de-Santa-Catarina.aspx> (24/08/2016).

20.1.10 Igreja de Vera Cruz de Marmelar

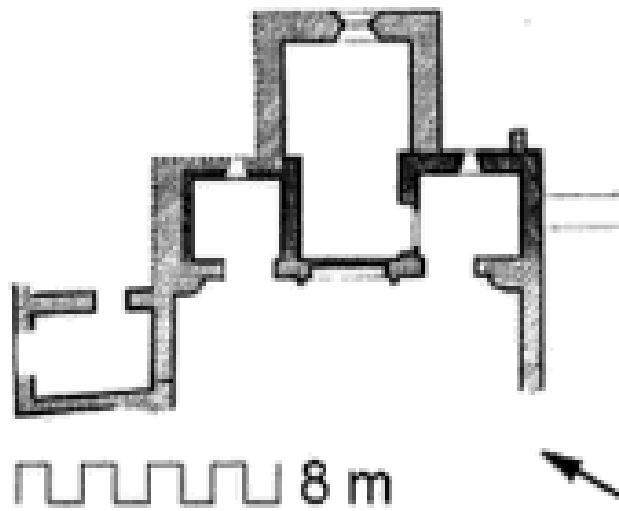


Fig. 36 – Planta da igreja de Vera Cruz de Marmelar, segundo Hauschild e Schlunk. (Utrero, 2006: 605).



Fig. 37 – Nicho do absidíolo Sul de Vera Cruz de Marmelar. (Pagará et al, 2006: 141).



Fig. 38 - Pormenor do frontão decorativo. (Pagará et al, 2006: 138).



Fig. 39 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. (Pagará et al, 2006: 134).



Fig. 40 – Parte traseira da Igreja de Vera Cruz de Marmelar. (Pagará et al, 2006: 48).

20.1.11 Mosteiros

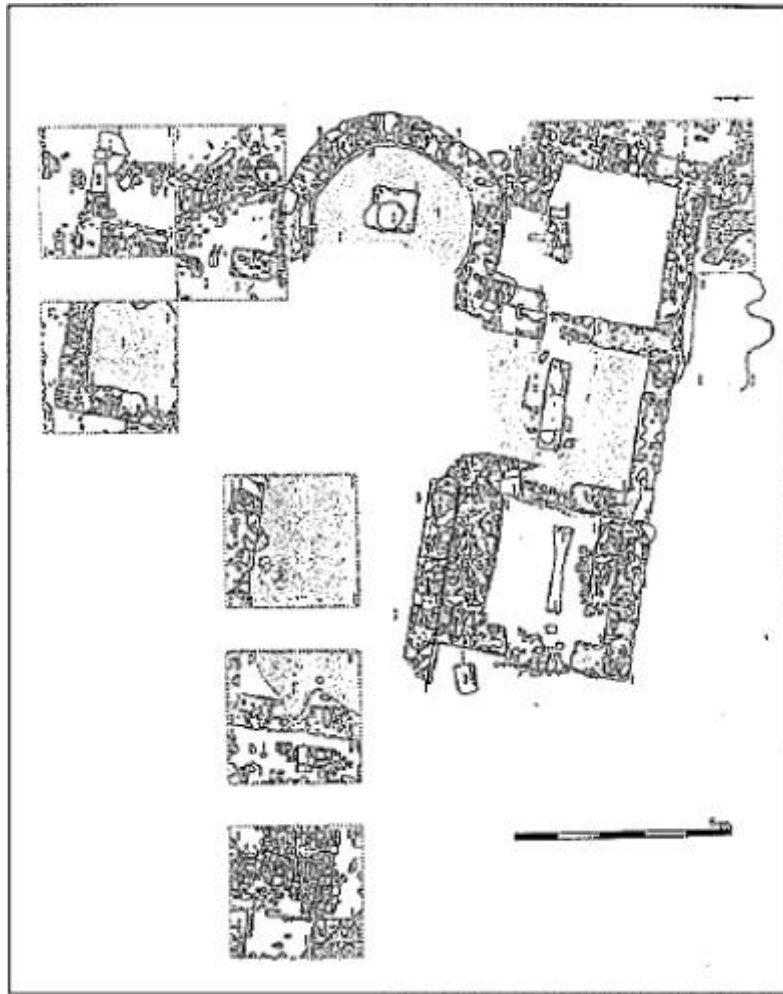


Fig. 41 - Levantamento topográfico do sítio de Mosteiros (Alfenim e Lima, 1995: 467).



Fig. 42 - Basílica do Sítio dos Mosteiros, sentido W/E. (Feio, 2010: 206).



Fig. 43 - Pormenor do mausoléu sudeste. (Feio, 2010: 207).



Fig. 44 - Sítio de Mosteiros, sentido SE/NW. (Feio, 2010: 207).

20.1.12. Igreja Paroquial de S. Manços



Fig. 45 - Exterior da Igreja Paroquial de S. Manços. (Maximino, 2010:134).



Fig. 46 - Corpo exterior da Capela-mor, onde são visíveis os silhares romanos. (Maximino, 2010:135).



Fig. 47 - Entrada do Mausoléu. (Maximino, 2010:137).



Fig. 48 - Interior da entrada do Mausoléu. (Maximino, 2010:137).



Fig. 49 - Abertura na parede Este do Mausoléu. (Maximino, 2010:138).

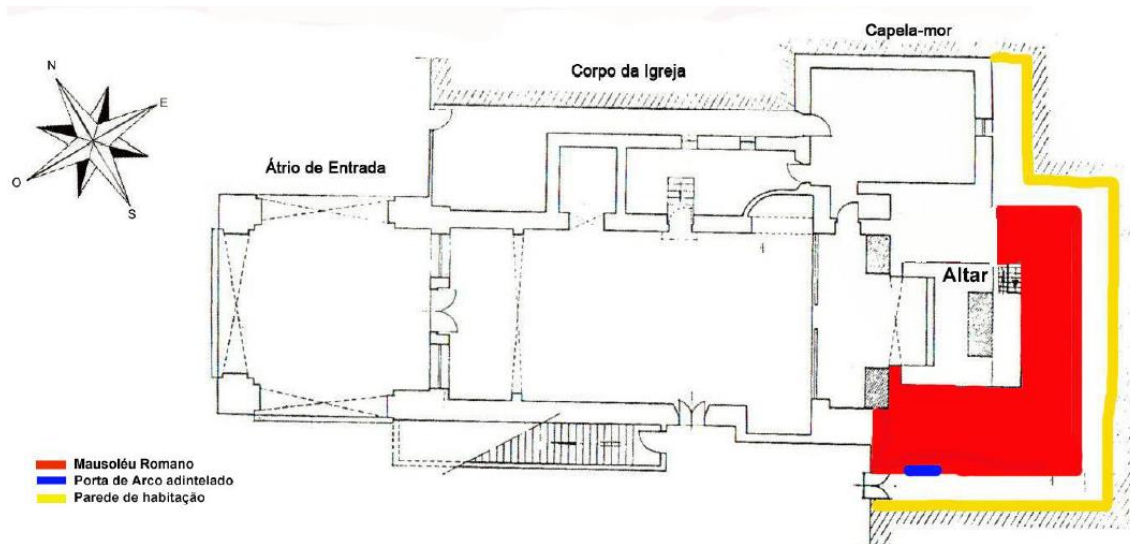


Fig. 50 – Planta da Igreja Paroquial de S. Manços com identificação dos limites visíveis do Mausoléu romano no exterior da Capela-mor. (Maximino, 2010:190; Fernandez Catón, 1983: 177).

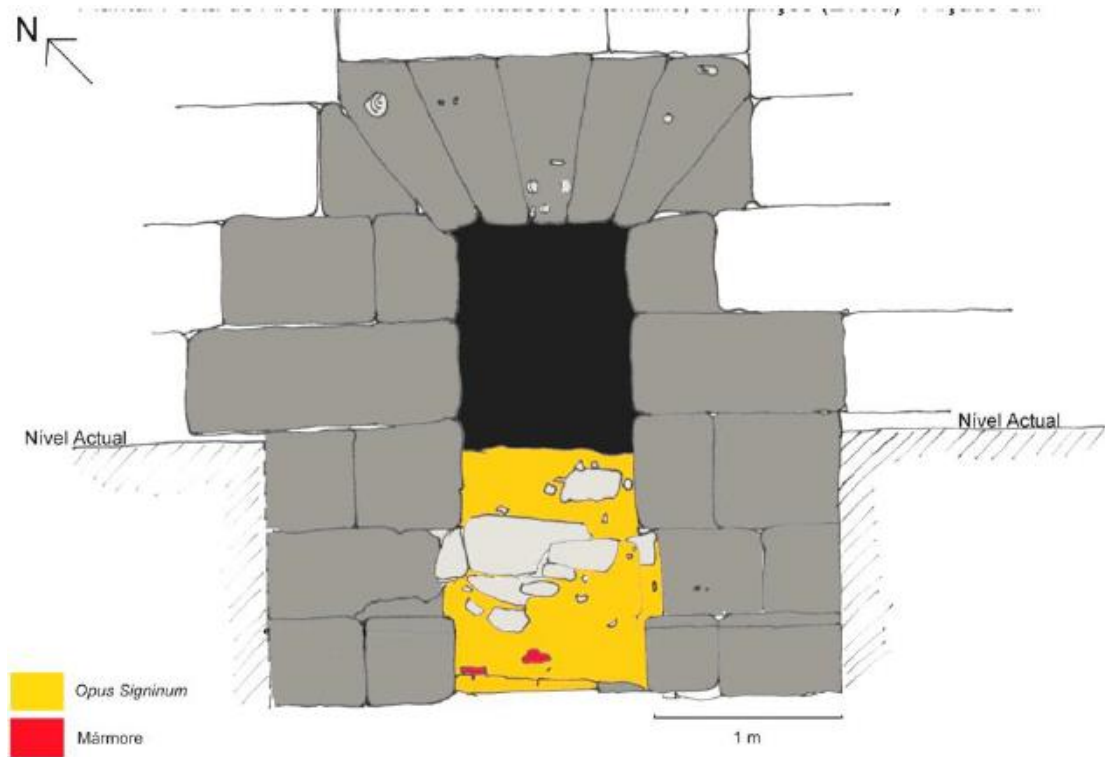


Fig. 51 - Planta da Porta de arco adintelado do Mausoléu romano. (Maximino, 2010:154).

20.2. Anexo II: Sítios Prospectados

20.2.1. Almo 2



Fig. 52 – Imagem da possível sepultura. (Fotografia de autoria própria).



Fig. 53 – Imagem da possível sepultura. (Fotografia de autoria própria).

20.2.2. Cortical 1



Fig. 54 – Imagem de uma das sepulturas. (Fotografia de autoria própria).



Fig. 55 – Imagem de uma das sepulturas. (Fotografia de autoria própria).



Fig. 56 – Imagem de uma das sepulturas. (Fotografia de autoria própria).



Fig. 57 – Imagem da base de coluna com 58cm de diâmetro. (Autoria de Ruben Barbosa).



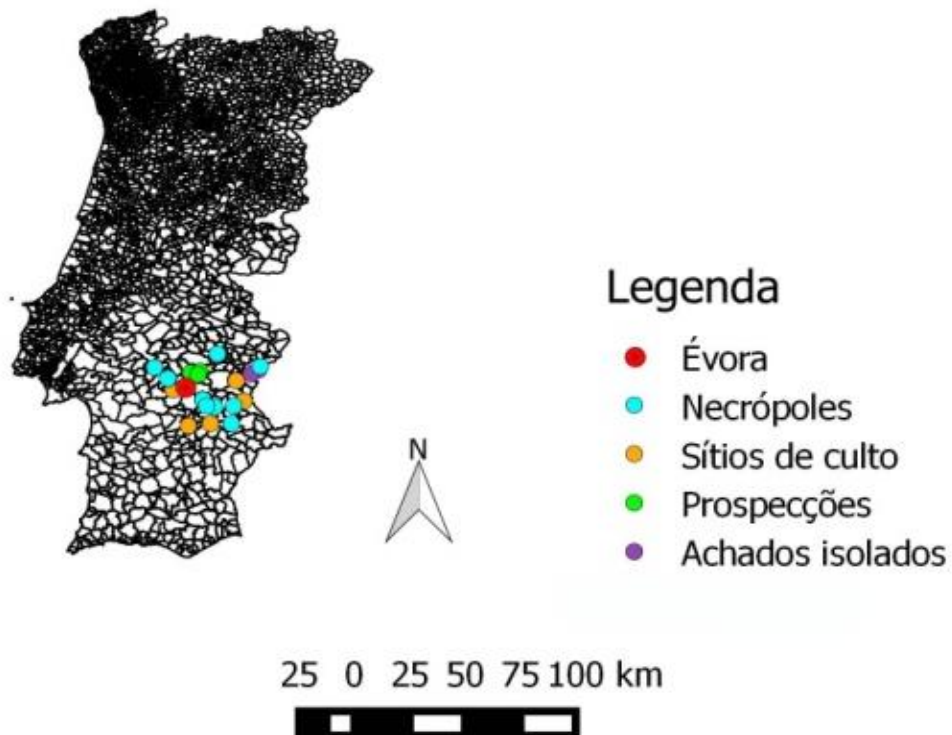
Fig. 58 – Imagem da base de coluna com 41 cm de diâmetro. (Autoria de Ruben Barbosa).

20.2.3. Parroxa 2

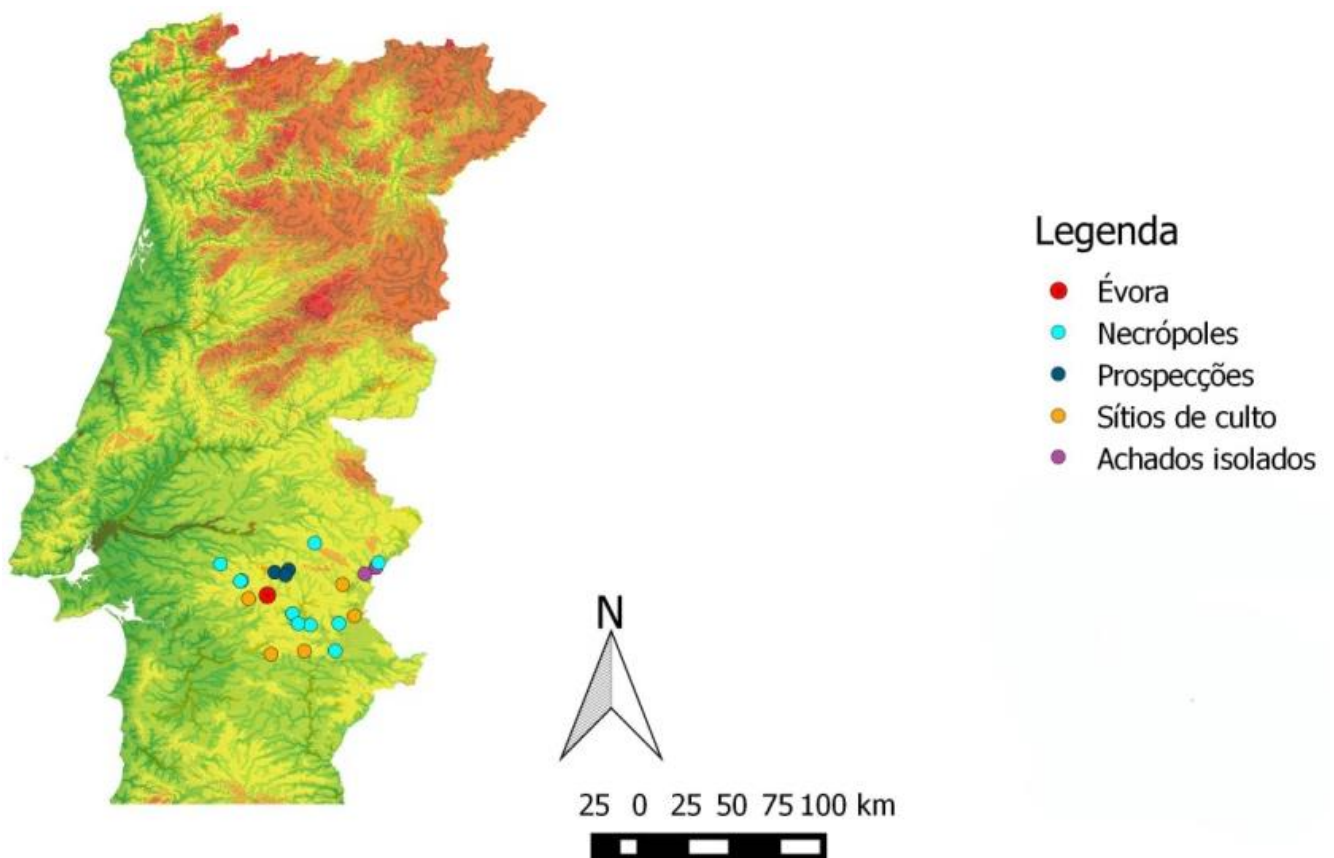
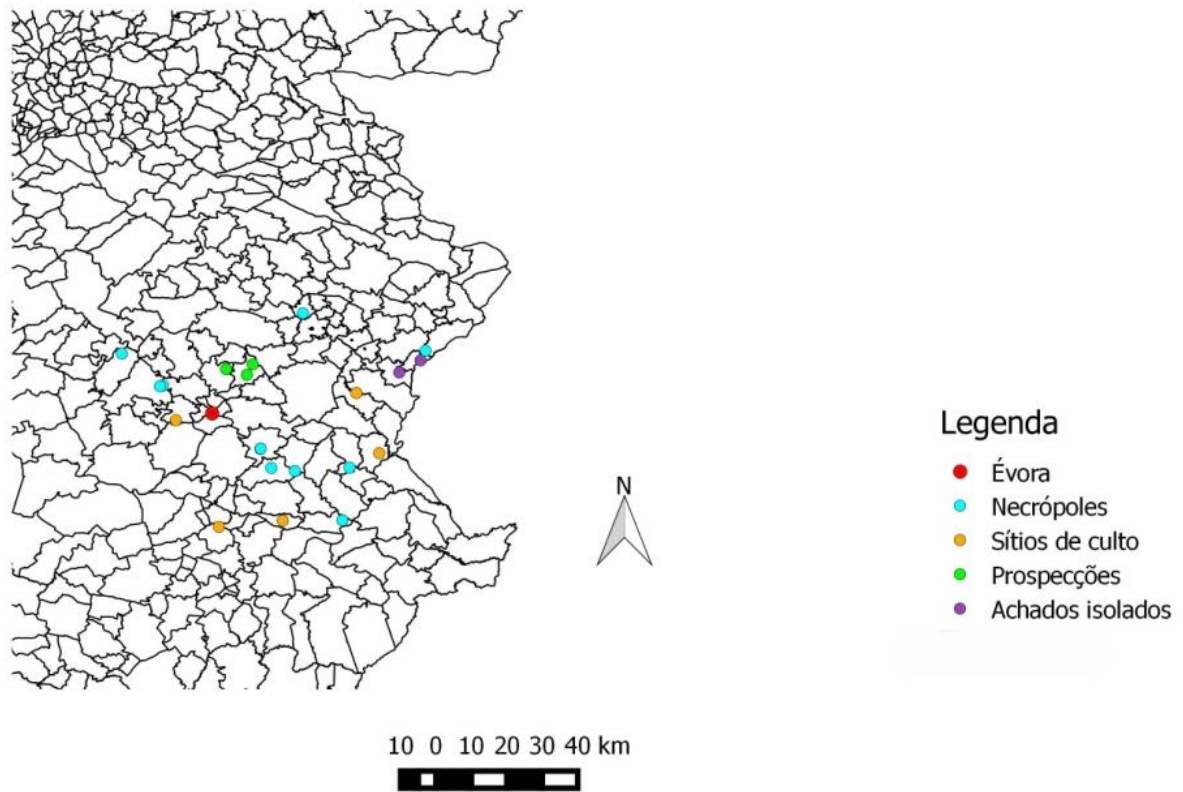


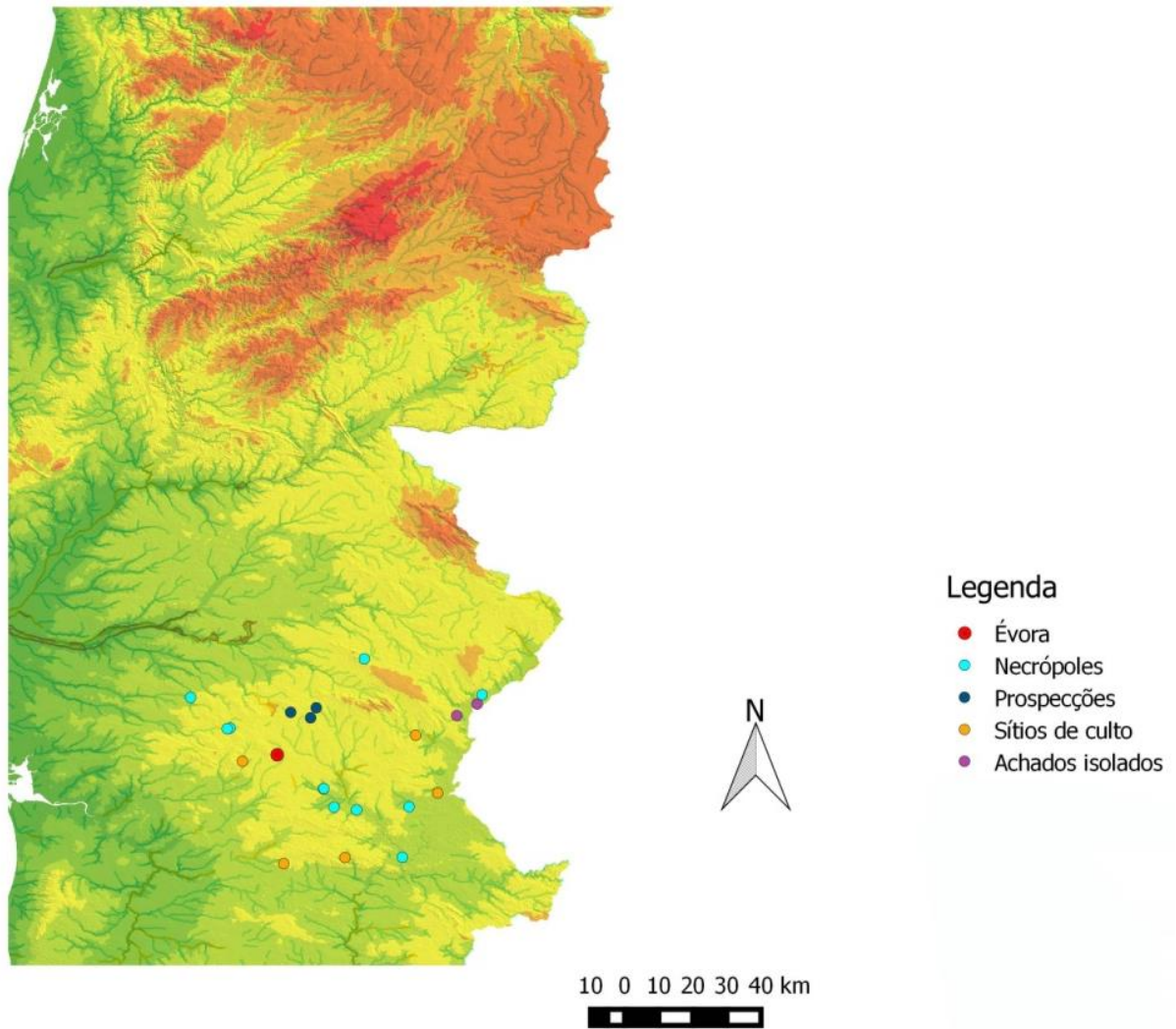
Fig. 59 – Imagem da possível sepultura. (Fotografia de autoria própria).

20.3. Anexo III: Mapas



Mapa 1 – Localização dos sítios nos concelhos do distrito de Évora.





Mapa 4 – Aproximação da localização dos sítios. (Elaboração própria a partir dos dados do IGEO).

20.4. Anexo IV: Tabela

<u>Sítio</u>	<u>CNS</u>	<u>Concelho</u>	<u>Categoria</u>
Cabida da Raposa II	31345	Évora	Necrópole
Tourega	5593	Évora	Culto
Igreja Paroquial de S. Manços	14358	Évora	Culto
Cortiçal	-	Arraiolos	Necrópole
Herdade do Padrãozinho	1310	Vila Viçosa	Necrópole
Silveirona	4916	Estremoz	Necrópole
S. Miguel da Mota	1771	Alandroal	Culto
São Geraldo	5279	Montemor-o-Novo	Necrópole
Fonte da Senhora 7	15698	Montemor-o-Novo	Necrópole
Ribeira do Matoso II	16224	Montemor-o-Novo	Necrópole
Monte dos Currais 1	13594	Reguengos de Monsaraz	Necrópole
Ermida de Santa Catarina	11594	Reguengos de Monsaraz	Culto
Monte da Pecena I	31344	Portel	Necrópole
Monte Musgos 7	16329	Portel	Necrópole
Pego do Lobo de Lá	16323	Portel	Necrópole
Igreja de Vera Cruz de Marmelar	4871	Portel	Culto
Mosteiros	17550	Portel	Culto

Tabela 1 – Sítios analisados.

20.5. Anexo V: Fichas dos sítios prospectados

Nº 1: Almo 2	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438
UTM X: 604743 UTM Y: 4283684	Altitude (m): 300
Cronologia: Romano/Antiguidade Tardia	
Tipologia: Sepultura.	
Geomorfologia: Situa-se no topo de uma pequena elevação com boa visibilidade para Norte e Oeste.	
Hidrografia: No sopé da encosta encontra-se um afluente da Ribeira do Castelinho.	
Ocupação dos solos: Mato médio com montado de sobro e azinho. Zona com terra revolvida que permitiu a identificação de algum material de diferentes cronologias: romano, tardio e medieval.	
Aptidão dos solos: C.	
Descrição: Pequena mancha de materiais de construção (<i>tegulae</i> e tijolos). Foram identificados vários fragmentos de cerâmica comum de época romana e posterior. Neste local encontra-se a sepultura, sendo que esta está construída em lajes de granito.	
Bibliografia: PDM de Évora.	

Nº 2: Cortiçal 1	
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	C.M.P: 438
UTM X: 598930 UTM Y: 4285623	Altitude (m): 290
Cronologia: Antiguidade Tardia.	
Tipologia: Necrópole.	
Geomorfologia: Situa-se no topo aplanado de um pequeno outeiro, junto à parede Norte do monte do Cortiçal (actualmente Codeçal de Baixo).	
Hidrografia: Nas imediações da Ribeira da Anta e da Ribeira da Vala do Brejo.	
Ocupação dos solos: Grande concentração de pasto que dificulta a interpretação do sítio.	
Aptidão dos solos: B	
Descrição: Foram identificadas seis sepulturas escavadas na rocha com orientação Noroeste-Sudeste. Poderia estar relacionada com o possível <i>vicus</i> do Cortiçal, embora apontem para uma fase posterior à romanização, demonstrando uma continuidade no povoamento da área. Apesar de José Leite de Vasconcelos descrever a escavação numa necrópole da área, em que foi recuperado um prato com grafito (Vasconcelos, 1913) e algum espólio vítreo, devidamente estudado, não nos parece que o arqueólogo se referisse a este caso, pelas características apresentadas.	
Bibliografia: Inédito. Este sítio foi identificado no seguimento de dados auferidos pela população.	

Nº 3: Parroxa 2	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438
UTM X: 606335 UTM Y: 4287417	Altitude (m): 291
Cronologia: Antiguidade Tardia.	
Tipologia: Sepultura.	
Geomorfologia: Situa-se no sopé de um pequeno cerro, característico da paisagem ondulada, sem grande visibilidade para qualquer quadrante.	
Hidrografia: Junto a um pequeno afluente da Ribeira do Pinheiro.	
Ocupação dos solos: Zona de mato denso e de grande actividade agrícola.	
Aptidão dos solos: B.	
Descrição: Foi identificada uma possível sepultura com direcção Noroeste-Sudeste, ladeada por lajes de granito.	
Bibliografia: Inédito.	

20.6. Anexo VI: Índice de figuras, mapas e tabela

- **Fig. 1**- Sepultura 1 do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 290).
- **Fig. 2** - Sepultura 2 do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 290).
- **Fig. 3** - Sepultura 3 do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 290).
- **Fig. 4** - Sepultura 4 do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 291).
- **Fig. 5** – Planta da necrópole do Monte da Pecena I. (Martins, et al, 2014: 293).
- **Fig. 6** – Sepultura da Cabida da Raposa 2. (Martins, et al, 2014: 291).
- **Fig. 7** – Desenho da sepultura da Cabida da Raposa 2. (Martins, et al, 2014: 293).
- **Fig. 8** – A ermida de S. Miguel da Mota, segundo Gabriel Pereira (1889). (Guerra et al, 2003: 435).

- **Fig. 9** – Sepultura 1 de S. Miguel da Mota. (Guerra et al, 2003: 438).
- **Fig.10** – Sepultura 2 de S. Miguel da Mota em diversas fases de escavação. (Guerra et al, 2003: 444).
- **Fig. 11** – Sepultura 3 de S. Miguel da Mota. (Guerra et al, 2003: 443).
- **Fig. 12** – Planta da Silveirona II, desenhada por Francisco Valença, cerca de 1934 (Arq. M.N.A.). (Wolfram, 2011: 318).
- **Fig. 13** – Algum material exumado antes das escavações de Manuel Heleno, 1934 (Arq. M.N.A.). (Wolfram, 2011: 318).
- **Fig. 14** – Vista do mausoléu e o friso decorativo, 1934 (Arq. M.N.A.). (Wolfram, 2011: 319).
- **Fig. 15** – Sepultura XXI durante o processo de escavação (Cunha 2004: 172).
- **Fig. 16** – Um dos sarcófagos monolíticos. (Wolfram, 2011: 326).
- **Fig. 17** – Imposta, vista frontal e lateral. (Wolfram, 2011: 328).
- **Fig. 18– Imagem da sepultura.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663541&vs=176831> (24/08/2016).
- **Fig. 19 – Imagem da sepultura.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663543&vs=176831> (24/08/2016).
- **Fig. 20 – Sepultura 3.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663497&vs=176766> (24/08/2016).
- **Fig. 21 – Sepultura 4.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663499&vs=176766> (24/08/2016).
- **Fig. 22 – Sepultura 5.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663500&vs=176766> (24/08/2016).
- **Fig. 23 – Sepultura 9.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663498&vs=176766>(24/08/2016).

- **Fig. 24 – Sepultura 10.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663496&vs=176766> (24/09/2016).
- **Fig. 25 – Sepultura 11.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663495&vs=176766> (24/08/2016).
- **Fig. 26 – Sepultura 12.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663501&vs=176766> (24/08/2016).
- **Fig. 27 – Sepultura 14.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663504&vs=176766> (24/08/2016).
- **Fig. 28 – Sepultura 15.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663505&vs=176766> (24/08/2016).
- **Fig. 29 – Sepultura 19.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663503&vs=176766> (24/08/2016).
- **Fig. 30 – Sepultura 29.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663494&vs=176766> (24/08/2016).
- **Fig. 31 – Vista geral do sítio.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663207> (24/08/2016).
- **Fig. 32 – Imagem de uma das sepulturas da necrópole.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663206> (24/08/2016).
- **Fig. 33 – Imagem de uma das sepulturas da necrópole.**
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=imagens.resultados&subsid=2663214> (24/08/2016).
- **Fig. 34 – Sepultura 3 da necrópole da Fonte da Senhora 7.** (Jorge, 2003: 91).

- **Fig. 35** – Ermida de Santa Catarina. <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/site-visitado/concelho/monumentos/Paginas/Ermida-de-Santa-Catarina.aspx> (24/08/2016).
- **Fig. 36** – Planta da igreja de Vera Cruz de Marmelar, segundo Hauschild e Schlunk. (Utrero, 2006: 605).
- **Fig. 37** – Nicho do absidíolo Sul de Vera Cruz de Marmelar. (Pagará et al, 2006: 141).
- **Fig. 38** - Pormenor do frontão decorativo. (Pagará et al, 2006: 138).
- **Fig. 39** – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. (Pagará et al, 2006: 134).
- **Fig. 40** – Parte traseira da Igreja de Vera Cruz de Marmelar. (Pagará et al, 2006: 48).
- **Fig. 41** - Levantamento topográfico do sítio de Mosteiros (Alfenim e Lima, 1995: 467).
- **Fig. 42** - Basílica do Sítio dos Mosteiros, sentido W/E. (Feio, 2010: 206).
- **Fig. 43** - Pormenor do mausoléu sudeste. (Feio, 2010: 207).
- **Fig. 44** - Sítio de Mosteiros, sentido SE/NW. (Feio, 2010: 207).
- **Fig. 45** - Exterior da Igreja Paroquial de S. Manços. (Maximino, 2010:134).
- **Fig. 46** - Corpo exterior da Capela-mor, onde são visíveis os silhares romanos. (Maximino, 2010:135).
- **Fig. 47** - Entrada do Mausoléu. (Maximino, 2010:137).
- **Fig. 48** - Interior da entrada do Mausoléu. (Maximino, 2010:137).
- **Fig. 49** - Abertura na parede Este do Mausoléu. (Maximino, 2010:138).
- **Fig. 50** – Planta da Igreja Paroquial de S. Manços com identificação dos limites visíveis do Mausoléu romano no exterior da Capela-mor. (Maximino, 2010:190; Fernandez Catón, 1983: 177). **Fig. 51** - Planta da Porta de arco adintelado do Mausoléu romano. (Maximino, 2010:154).
- **Fig. 52** – Imagem da possível sepultura. (Fotografia de autoria própria).
- **Fig. 53** – Imagem da possível sepultura. (Fotografia de autoria própria).
- **Fig. 54** – Imagem de uma das sepulturas. (Fotografia de autoria própria).
- **Fig. 55** – Imagem de uma das sepulturas. (Fotografia de autoria própria).
- **Fig. 56** – Imagem de uma das sepulturas. (Fotografia de autoria própria).
- **Fig. 57** – Imagem da base de coluna com 58cm de diâmetro. (Autoria de Ruben Barbosa).

- **Fig. 58** – Imagem da base de coluna com 41cm de diâmetro. (Autoria de Ruben Barbosa).
- **Fig. 59** – Imagem da possível sepultura. (Fotografia de autoria própria).
- **Mapa 1** – Localização dos sítios nos concelhos do distrito de Évora.
- **Mapa 2** – Aproximação da localização dos sítios nos concelhos do distrito de Évora.
- **Mapa 3** – Localização dos sítios. (Elaboração própria a partir dos dados do IGEO).
- **Mapa 4** – Aproximação da localização dos sítios. (Elaboração própria a partir dos dados do IGEO).
- **Tabela 1** – Sítios analisados.